

**UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE
MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADO DO TERRITÓRIO – GIT**

FABIO TERTO GOUVEIA TORETTA

**Reconstrução simbólica e identitária no processo de reassentamento do
distrito de Bento Rodrigues pertencente ao município de Mariana – MG**

Governador Valadares – MG
2022

FABIO TERTO GOUVEIA TORETTA

**RECONSTRUÇÃO SIMBÓLICA E IDENTITÁRIA NO PROCESSO DE
REASSENTAMENTO DO DISTRITO DE BENTO RODRIGUES PERTENCENTE AO
MUNICÍPIO DE MARIANA – MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

ORIENTADORA: Dr^a. Fernanda Cristina de Paula

COORIENTADORA: Dr^a. Patrícia Falco Genovez

FICHA CATALOGRÁFICA

T681r Toretta, Fabio Terto Gouveia.

Reconstrução simbólica e identitária no processo de reassentamento do distrito de Bento Rodrigues pertencente ao município de Mariana – MG / Fabio Terto Gouveia Toretta. – 2022.

124 f.

Orientadora: Fernanda Cristina de Paula.

Coorientador: Patrícia Falco Genovez.

Dissertação (mestrado em Gestão Integrada do Território) – UNIVALE – Universidade do Vale do Rio Doce, 2022.

1. Barragem – Mariana (MG) 2. Identidade. 3. Patrimônio. I. Paula, Fernanda Cristina. II. Genovez, Patrícia Falco. III. Título.

CDU-622.1



UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

FÁBIO TERTO GOUVEIA TORETTA

“RECONSTRUÇÃO SIMBÓLICA E IDENTITÁRIA NO PROCESSO DE
REASSENTAMENTO DO DISTRITO DE BENTO RODRIGUES PERTENCENTE
AO MUNICÍPIO DE MARIANA – MG”

Dissertação aprovada em 23 de junho de 2022,
pela banca examinadora com a seguinte
composição:

Prof.ª Dr.ª Fernanda Cristina de Paula
Orientadora – GIT/Univale

Prof.ª Dr.ª Patrícia Fatco Genovez
Coorientadora – GIT/Univale

Prof. Dr. Eduardo José Marandola Júnior
Examinador – UNICAMP

Prof.ª Dr.ª Cristiana Maria de Oliveira Guimarães
Examinadora – IGMG e GIT/Univale

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação aos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão em
Mariana – MG, no dia 05/11/2015.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é o sentimento mais forte em mim enquanto escrevo estas linhas. Nunca imaginei que pudesse estar tão grato ao digitar algo.

Começo agradecendo à Deus, pois nestes últimos anos tive a certeza de que sem ele nada é possível. Pois, ter tido saúde em tempos tão difíceis como os de pandemia é por suposto uma benção divina.

Gratidão a minha mãe, Miriam Terto Gouveia, por ser uma mulher guerreira, mesmo sem uma instrução formal, sempre me inspirou, por meio de sua presença, perseverança e amor incondicional na minha vida. Esta dissertação é a prova de que seus esforços pela minha educação não foram em vão e valeram a pena. Te amo!

Ao meu melhor amigo, companheiro e amor da minha vida, não tenho palavras para descrever o quão importante você foi neste trajeto. Como um bom educador, me incentiva e respeita meus tempos, sempre com amorosidade pela compreensão da importância deste trabalho para mim. Célio, obrigado por ter sido meus pés quando não pude andar e minha cabeça quando meus pensamentos me levavam à escuridão.

Sou grato aos professores do programa de Gestão Integrada de Territórios da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE pelo apoio, profissionalismo e conhecimento transmitido.

Agradeço a minha orientadora, Fernanda de Paula pela leve condução deste processo de pesquisa, por sempre me fazer pensar e questionar sobre o tema do meu trabalho, certo de que se não fosse sua calma em meio ao caos, teria me perdido nos caminhos.

RESUMO

O processo de transformação simbólica e identitária do território de Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana - MG, causado pela desterritorialização, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, gerou conflitos territoriais. Tais conflitos ocorreram a partir da territorialização da barragem e da desterritorialização dos sujeitos sociais, sujeitos esses que ainda passarão por um processo de reterritorialização. Na busca da construção de abordagens que buscam compreender as transformações simbólicas e identitárias relacionadas à reconstrução do território, este estudo intenta mapear as narrativas dos atingidos dessa comunidade elucidadas pelo Jornal A Sirene sobre o fenômeno de des-re-territorialização. Para tal, foi utilizada uma abordagem fenomenológica, pois, por meio dessa metodologia, foi possível compreender os significados e as experiências geradas pelo fenômeno do rompimento, através da ótica de quem vivenciou tal evento. Dessa forma, clarificar o devir e os fatores envolvidos nos auxiliaram na reflexão sobre o processo de reassentamento para os atingidos, trazendo a compreensão entre espaço, sujeitos, habitar e o tempo, desvelando, então, a essência do processo de reconstrução simbólica e identitária. Percebe-se, que, pensar e repensar o conceito de patrimônio relativo à reterritorialização dos atingidos de Bento Rodrigues, bem como sua participação social, na reconstrução de suas simbologias e identidades, pode-se configurar como um trânsito entre o passado, o presente e o futuro.

Palavras-chave: des-re-territorialização; identidade; barragem; patrimônio.

ABSTRACT

The process of symbolic and identity transformation of the territory of Bento Rodrigues, sub-district of Mariana - MG, caused by deterritorialization, as a result of the rupture of the Fundão dam, generated territorial conflicts. Such conflicts occurred from the territorialization of the dam and the deterritorialization of social subjects, subjects that will still go through a process of reterritorialization. In the search for the construction of approaches that seek to understand the symbolic and identity transformations related to the reconstruction of the territory, this study intends to map the narratives of those affected by this community elucidated by the newspaper A Sirene on the phenomenon of de-re-territorialization. For this, a phenomenological approach was used, because, through this methodology, it was possible to understand the meanings and experiences generated by the rupture phenomenon, through the perspective of those who experienced such an event. In this way, clarifying the future and the factors involved helped us to reflect on the resettlement process for those affected, bringing understanding between space, subjects, dwelling and time, thus revealing the essence of the process of symbolic and identity reconstruction. It is noticed that, thinking and rethinking the concept of heritage related to the reterritorialization of those affected by Bento Rodrigues, as well as their social participation, in the reconstruction of their symbologies and identities, can be configured as a transit between the past, the present and the future.

Keywords: de-re-territorialization; identity; dam; patrimony.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Postagem sobre o rompimento nas redes sociais.....	11
Figura 2: Postagem sobre o rompimento nas redes sociais 02.....	12
Figura 3: Localização de Bento Rodrigues – Mariana MG	34
Figura 4: Técnica de alteamento a montante.	43
Figura 5: Exemplo de barragem de contenção de rejeitos com a técnica de alteamento a montante	43
Figura 6: Complexo da de Germano e do subdistrito Bento Rodrigues antes do rompimento da barragem do Fundão.	45
Figura 7: Bento Rodrigues após onda de lama.	46
Figura 8: Resumo das principais informações do rompimento e percurso da lama até a foz do rio Doce	47
Figura 9: Esquema de método fenomenológico para pesquisas em comunicação...	61
Figura 10: Capa da edição zero do jornal A Sirene de FEV/2016	66
Figura 11: Marco da Estrada Real de Bento Rodrigues submerso em lama.....	73
Figura 12: Depoimentos sobre quem foi a sirene para os atingidos.....	74
Figura 13: Capela de são Bento em Bento Rodrigues	78
Figura 14: Atingidos abrigados em um ginásio da cidade de Mariana.	81
Figura 15: Procissão de Nossa Senhora das Mercês, em Bento Rodrigues, 2019...	85
Figura 16: Recorte do jornal A Sirene sobre a reconstrução de Bento	86
Figura 17: Reinvidicações para construção do novo Bento	87
Figura 18: Distância entre a antiga Bento e o reassentamento.....	92
Figura 19: Área lavoura com a divisão dos terrenos.	93
Figura 20: Comparação do traçado da rua principal das Bentos.....	95
Figura 21: Processo de desenho das casas proposição x ideal.....	97
Figura 22: Linha do tempo com principais eventos envolvendo o reassentamento ..	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Exportações no Brasil (US\$).	37
Tabela 2: Exportações no Brasil (ton).	37
Tabela 3: Exportações minerais em Minas Gerais (US\$).....	38
Tabela 4: Arrecadação da CFEM (R\$) - Maiores municípios arrecadadores, em 2017, em Minas Gerais.	39
Tabela 5: Cronologia do processo de licenciamento da barragem do Fundão.	43
Tabela 6 Composição das análises de sentido	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
ANM	Agência Nacional de Mineração
BHP	<i>Broken Hill Proprietary</i>
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
FJP	Fundação João Pinheiro
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços.
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
QFe	Quadrilátero Ferrífero
T-D-R	Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização
TTAC	Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
VAF	Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. TERRITÓRIO E IDENTIDADE: DO CONCRETO AO SIMBÓLICO	20
2.1 DEMARCANDO TERRITÓRIO	20
2.2 TERRITORIALIDADE: O SENTIDO DO VIVIDO, IDENTIDADE.....	25
2.3 DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO	30
3. TENSIONAMENTO DAS ATIVIDADES MINERÁRIAS: ENTRE A MINERAÇÃO E O USO DA TERRA.....	34
3.1 A BARRAGEM, O ROMPIMENTO E SEUS IMPACTOS.....	42
3.2 O FENÔMENO DA DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO: DO CONCRETO AO SIMBÓLICO.....	49
4. A FENOMENOLOGIA COMO VISÃO DE MUNDO E ABORGEM INVESTIGATIVA.....	55
4.1 FENOMENOLOGIA E SUAS RAÍZES	56
4.2 A FENOMENOLOGIA COMO ABORDAGEM DE PESQUISA	60
4.3 “O TOCAR DA SIRENE”: A APLICAÇÃO DO MÉTODO.....	63
5. ENTRE SUJEITOS E PATRIMÔNIO: CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES DE SENTIDO	69
5.1 DO VIVER EM RISCO A CONSTITUIÇÃO DO HABITAR: A CASA COMO LUGAR	72
5.2 O DESPERTAR DA IDENTIDADE: DA PERDA À LUTA PELA RECONSTRUÇÃO DO PASSADO.....	80
5.3 PARTICIPAÇÃO DOS ATINGIDOS NA CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO: NOVAS LENTES PARA ENXERGAR O FUTURO	89
5.4 DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO EM TRÂNSITO.....	102
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS.....	113

PREFÁCIO

Chega um tempo que as lembranças boas fazem a gente acreditar no sonho de um amanhã melhor.

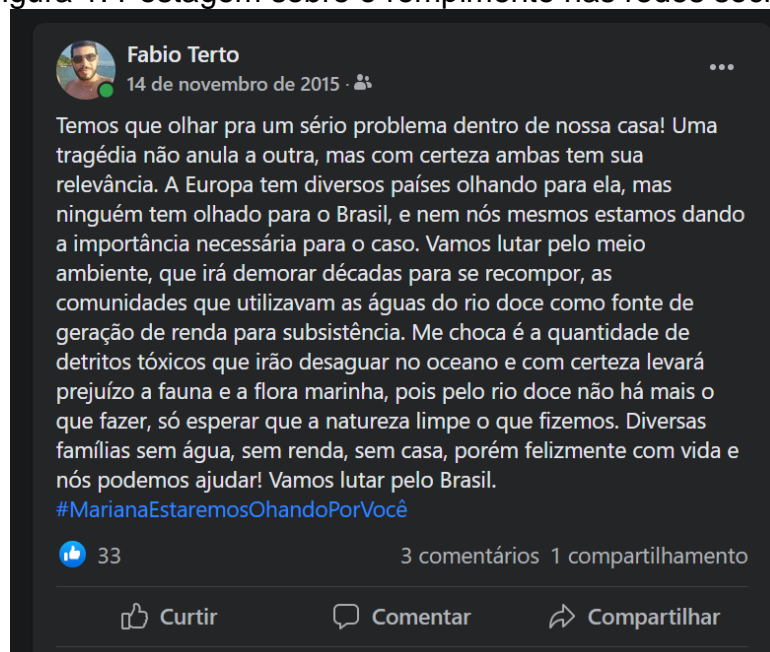
Mário Bonita e Poesia

Considero importante iniciar este texto contextualizando um pouco minha relação com as escolhas teóricas e com meu objeto de pesquisa que, de forma particular, foi entrelaçada à minha vida pessoal e profissional. Nascido no Rio de Janeiro, até 2015 não tinha pisado nas terras mineiras e nem cogitava morar no Estado. Após concluir a graduação em Administração e ter trilhado uma carreira profissional nesta área, resolvi deixar a vida seguir novos rumos e fui morar em Dublin, capital da República da Irlanda.

Meu contato com o Brasil era por meio de imagens, via redes sociais e através de conversas com amigos e familiares. Contudo, o inesperado aconteceu, quando no dia 05 de novembro de 2015, ao final do dia, após um turno de 12h como garçom em um restaurante, ao abrir minhas redes sociais, ouvi um áudio da minha mãe me dizendo que uma barragem da mineradora Vale S/A, empresa que eu havia trabalhado teria se rompido e matado milhares de pessoas. Fiquei incrédulo e logo fui buscar notícias sobre o acontecido. Liguei para alguns amigos que ainda trabalhavam na Vale e fui informado que, sim, o desastre havia acontecido, mas ainda não tinham a dimensão da tragédia e nem da quantidade de mortos. Não dormi nesta noite, mesmo estando cansado após horas afinco, de pé, carregando bandejas e servindo bebidas.

Os dias se passaram e sentia, mesmo de longe, uma dor terrível. Fiquei fanático em busca de notícias. Acompanhava de longe o sofrimento das pessoas atingidas, e o sentimento era como se eu estivesse perdendo parte de mim. A sensação de patriotismo cresceu dia após dia. Lembro-me que havia acontecido um atentado em Paris, na França, na mesma época, e muitas pessoas em minhas redes não se importavam e/ou noticiavam a tragédia ocorrida em Mariana-MG. Com isso, eu indignado, postei a seguinte publicação:

Figura 1: Postagem sobre o rompimento nas redes sociais



Fonte: Autor da pesquisa, 2022.

No Brasil, eu trabalhava na área de relacionamento com comunidades em empresas ligadas a mineração, e sempre acreditei ser um agente de mudança de culturas (internas da empresa), de modo que as comunidades fossem ouvidas e que suas demandas fossem atendidas para o desenvolvimento e a participação social.

Uma cena, em particular, me assolava. Fiquei apático no trabalho e era perceptível aos meus colegas, quando expliquei a eles o que havia ocorrido no Brasil. Eles foram empáticos, compreendendo a situação, e se indignaram, como se fossem brasileiros. Meus pensamentos ruminavam como ondas, indo e vindo visualizando o rejeito de mineração destruindo o rio Doce e transformando o litoral do Espírito Santo, deturpando a paisagem, trazendo a miséria pela perda dos ofícios tradicionais como a pesca. Eu precisava expressar o que estava sentindo e fiz outra publicação nas redes sociais, representando aquilo que me assombrava noite e dia.

Figura 2: Postagem sobre o rompimento nas redes sociais 02.



Fonte: Autor da pesquisa, 2022.

Passou-se um ano desde o rompimento da barragem e retornei ao meu país. Contudo, dentro de mim, existia um incomodo com aquela tragédia, afinal, eu tinha conhecimento de que a atividade minerária implicava em pontos positivos e negativos para as comunidades próximas às suas operações, uma vez que estas vivenciam, em seu cotidiano, a rotina da atividade das companhias deste ramo.

É no tocante destas lembranças e sensações que me peguei pesquisando como a reparação de Mariana poderia ocorrer de modo que as comunidades pudessem ter seus modos de vida reestabelecidos. Dessa forma, em 2017, o que eu não esperava aconteceu. Comecei a morar em Minas Gerais e iniciei minha trajetória na Fundação Renova, entidade responsável por reparar e compensar os danos causados pelo desastre da empresa Samarco.

Na Renova, desenvolvi diversas ações de diálogo e desenvolvimento social com os atingidos das cidades de Naque e de Governador Valadares, que compõem o médio rio Doce, territórios também atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão

em Mariana-MG. Durante meu percurso de trabalho sempre me questionava sobre o que estava acontecendo com as famílias de Bento Rodrigues e em como seria o processo de reassentamento.

No trabalho com a mineração, reconheci e distingui os dois lados da atividade, percebendo os aspectos que se mostravam positivos com a movimentação econômica, como as arrecadações municipais, a extração de matéria prima essencial para diversos produtos cotidianos, além das atividades condicionantes de responsabilidade social e ambiental. Contudo, principalmente após o desastre de Mariana, ficam evidentes questões negativas como poluição, produção de rejeitos, assoreamento, consumo excessivo de água, desmatamento e o deslocamento forçado das comunidades, ou seja, a desterritorialização.

Diante disso, morando em Governador Valadares e participando da reparação, em 2019 começo a cursar disciplinas isoladas no programa de mestrado em Gestão Integrada do Território (GIT) da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. Esse movimento me fez enxergar pela teoria o que eu desenvolvia na prática, além da possibilidade de pesquisar sobre os impactos sociais relacionados ao rompimento da barragem de Fundão. Em 2020 passei a fazer parte do corpo discente efetivo do programa com o intuito de pesquisar como seria possível uma reparação simbólica e identitária por meio de um reassentamento. E é assim que minha aventura no campo da pesquisa se inicia...

1. INTRODUÇÃO

Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?

Carlos Drummond de Andrade

A mineração representa para o país, Estados, municípios e comunidades que possuem esse tipo de atividade um balanço positivo pela arrecadação de impostos, geração de empregos, ações sociais, ambientais etc. Esses pontos, muitas vezes, são destacados pelas mineradoras e governos pelo ‘crescimento’ que essas localidades apresentam em detrimento da extração mineral. Por vezes, os resultados “positivos” sobressaem aos impactos ambientais causados pela prática extrativista da mineração. É notório nos relatórios, *websites* das empresas e outros que a afirmativa de desenvolvimento tecnológico para extração do minério e as ações condicionantes de implantação do empreendimento reduzem os impactos, conferindo às empresas o *status* de “sustentáveis”.

Pelo viés da “sustentabilidade”, os danos causados pela mineração aparecem como inferiores aos resultados positivos divulgados. As grandes mineradoras como a Vale, a Samarco, a BHP e outras, se destacam pelos índices de melhores empresas para se trabalhar, sobretudo pela quantidade de impostos pagos às localidades de atuação. Contudo, no dia 05 de novembro de 2015, Mariana em Minas Gerais, se destacou a nível mundial com o rompimento da barragem de Fundão pertencente a mineradora Samarco. Nesse dia, a alocução positiva da atividade minerária se tornou frágil, expondo um problema sistêmico que em algumas situações foi acompanhada com a anuência dos governantes e mostrou o verdadeiro custo da extração mineral para as comunidades e o meio ambiente.

Os danos causados pelo desastre geraram diversos impactos que foram sentidos diretamente por 39 municípios baseados na calha do rio Doce pois, com rompimento, formou-se uma onda de milhões de metros cúbicos de rejeitos proveniente da mineração chegando até os rios Gualaxo do Norte e Carmo,

formadores do rio Doce. A onda de rejeitos soterrou a comunidade de Bento Rodrigues, dizimando a paisagem, ceifando vidas, histórias e símbolos destruindo o patrimônio material e imaterial da comunidade, denominando aos moradores de Bento e outras cidades a categoria de atingidos.

Os prejuízos foram sentidos na economia, na reputação das empresas diante do mercado acionário, nas comunidades, nas multas impostas pelos governos, pelas críticas nacionais e internacionais etc. Contudo, para os atingidos que perderam seus ofícios, suas casas, parentes e amigos qual seria o principal prejuízo? As grandes mineradoras controladoras da Samarco, Vale S/A e BHP *Billiton*, poderiam indenizar aos atingidos, uma vez que a mineração apresentava resultados positivos para a balança comercial no ano anterior ao rompimento. No entanto, os atingidos (*status* dado pela tragédia), amparados pela opinião pública e por diversas entidades de pesquisa etc., não aceitaram apenas uma reparação ou compensação financeira, uma vez que as florestas, os rios, a fauna, entre outros lugares necessitavam de ações emergenciais e de longo prazo para recomposição.

Os efeitos do rompimento, apesar das lutas estabelecidas, por vezes não poderiam ser reparados, como as 19 mortes causadas pela onda de lama da Samarco. Para Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo em Mariana e Gesteira em Barra Longa – MG os impactos foram maiores, pois estas localidades foram inundadas pela enxurrada de lama. As famílias de Bento e Paracatu foram, de forma compulsiva, desterritorializadas e forçadas a abandonar seus patrimônios, visto que esses territórios foram territorializados pelos rejeitos de minério e lama, enquanto os seus habitantes foram reterritorializados em um local sem significados para grande parte desses sujeitos.

Diante dessa problemática, surge a inquietação na busca de compreender: como seria possível uma reconstrução dos modos de vidas dos atingidos uma vez que o território vivido destes não poderia ser recomposto no mesmo lugar? É a partir desse questionamento que esta pesquisa se desenha, com o objetivo de compreender a reconstrução simbólica e identitária daqueles que foram obrigados a se reterritorializar em função do rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG.

Dessa forma, investigaremos o recorte territorial de Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana – MG, na busca por compreender, a trajetória de quem vivenciou o processo de sair do seu território e passar por um processo forçado de reassentamento ocasionado pelo rompimento da barragem. Para isso, será investigado como a identidade desses sujeitos foi afetada e como ocorre a reconstrução neste processo de reterritorialização.

Inicialmente, esta pesquisa foi pensada com a realização de trabalhos de campo, cuja intenção era explorar a cidade de Mariana e realizar entrevistas por meio de gravações e formulários pré-estabelecidos, com diário de campo e transcrições para podermos perceber o que se apresentaria por meio das narrativas dos entrevistados. Contudo, durante a jornada acadêmica de pesquisadores, fomos assolados pela pandemia do vírus da COVID-19, em que foram estabelecidos protocolos de saúde pública, fechamento dos estabelecimentos públicos e privados, empresas, paralisação dos transportes e viagens intermunicipais e estaduais.

Dessa forma, foi necessário reinventar esta pesquisa, dado que, com o agravamento da pandemia, não era possível chegar ao campo e estabelecer um contato direto e confiável com os sujeitos. Era preciso respeitar os protocolos de saúde e, acima de tudo, preocupar-se com o luto dos moradores desterritorializados. Em meio às noites em claro, medos e angústias que encontramos no processo de pesquisa um editorial denominado “A Sirene: para não esquecer” e, ao iniciar a leitura deste material, percebemos que a pesquisa não estava perdida, visto que o “Jornal A Sirene” trazia em suas edições as narrativas, de forma mensal, de quem foi atingido pelo rompimento da barragem.

Um coletivo denominado como “#UmMinutodeSirene” foi criado logo após o rompimento, em 2015, integrando os atingidos e a sociedade civil. Na sequência, nasce em janeiro de 2016, o jornal “A Sirene” com sua primeira edição midiaticizada em 05 de fevereiro. O jornal é uma faceta importante da luta e da resistência travada entre os atingidos e outros movimentos contra as mineradoras causadoras da tragédia, dando visibilidade e lembrança às memórias e identidades de um território submerso em lama.

Ao longo de suas edições, o Jornal apresenta diversos aspectos da luta, dos anseios, dos medos, das perspectivas de futuro, mas também como está ocorrendo a reparação e, como os atingidos estão participando da reconstrução de seu futuro território. Interessante notar que os responsáveis oficiais pelo planejamento do reassentamento criaram estratégias para que as casas as quais as famílias serão reassentadas reflitam o território e o habitar anterior ao rompimento da barragem. A partir disso, surge a pergunta: como se dá a reconstrução simbólica e identitária no contexto de um território construído para “compensar” um anterior?

Para isso, será necessário a compreensão do processo de identidade dos sujeitos e de suas relações com o território, tanto simbólico quanto concreto, sendo que uma das características principais da identidade territorial e de seus símbolos, é a dimensão histórica advinda do espaço-tempo e das relações sociais, tendo como referência o território (HAESBAERT, 2004). Dessa forma, temos como principais pontos a serem analisados: o que significa reconstruir uma comunidade? A simples construção de uma habitação e de prédios públicos refaz o lugar? “Dar” uma nova casa para as pessoas que foram compulsoriamente removidas de seus lares garante à comunidade seu projeto de vida? Criar uma paisagem pensada como um cenário original é suficiente para permitir um recomeço?

Para a compreensão das questões apresentadas iremos aprofundar o entendimento de um desastre ambiental sem precedentes que forçou centenas de pessoas a um deslocamento, ou seja, uma desterritorialização forçada que gerou diversos impactos para a vidas destes sujeitos como a perda dos modos de vida, símbolos, signos e, conseqüentemente, a perda das referências de identidade. Diante disso, os atingidos tiveram que se reorganizar, pois com a perda dos tecidos sociais, a maneira de se comunicar precisou ser revista para manutenção das memórias.

A partir da perda do território, houve uma conscientização do patrimônio perdido, uma vez que o antigo território vivido já não existe da mesma maneira. As narrativas dos atingidos de Bento trazidas pelo jornal mostram que o processo de reconstrução pode ser evidenciado pela apropriação do território submerso como forma de conexão com uma identidade que é trazida pelas memórias coletivas e individuais.

Dada a complexidade do entendimento do fenômeno de des-reterritorialização, a utilização de uma abordagem fenomenológica, qualitativa e interdisciplinar se faz necessária para que possamos compreender com clareza os sentimentos, sensações e percepções dos atingidos com o território antes e depois do rompimento da barragem de Fundão em Mariana - MG.

A metodologia fenomenológica é de cunho qualitativo e diz respeito a uma abordagem compreensiva e interpretativa do objeto de estudo com o intuito de clarificar e apreender as múltiplas possibilidades geradas pelo fenômeno, valorizando o agir e pensar das pessoas a partir da experiência. Assim, todos os procedimentos de análises estão voltados para apreender qualitativamente como os indivíduos participam, se enxergam e desempenham o seu papel dentro do processo de reassentamento com o intuito de preservação de suas identidades (DE PAULA, 2010).

Muitas são as perspectivas metodológicas com enfoque fenomenológico, contudo, balizado no referencial teórico deste método, foi necessário agregar aspectos das ciências relacionadas à comunicação para aplicação prática, por meio das análises e da organização das narrativas dos atingidos elucidadas pelo “Jornal A Sirene”, visto que a abordagem de mediação das narrativas contidas no jornal é direcionada ao sujeito, sua consciência intencional e experiência vivida a partir do rompimento.

O levantamento teórico realizado robustecerá o entendimento sobre os aspectos centrais a serem abordados, tecendo uma teia de aproximações com a pesquisa. Os aspectos identitários, simbólicos, ambientais, arquitetônicos etc. terão um olhar voltado para melhor delinear as formas como os elementos da des-reterritorialização se expressam (por meio do jornal) e se relacionam com o espaço em sua dimensão vivida a ser reassentada. As epistemologias humanistas serão essenciais para entender e privilegiar o entendimento das identidades das pessoas e suas relações com o ambiente (consoante aos objetivos dessa pesquisa).

Nesse sentido, o trabalho será dividido em 4 capítulos seguido das considerações finais. No Capítulo 1 contextualizamos o conceito de território e seus desdobramentos, no que tange aos aspectos políticos, econômicos e culturais, com recorte para o campo da Geografia Humanista. Além destes, as territorialidades e os

processos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização darão luz ao conceito e à dinâmica de um espaço que está sempre em construção. No capítulo 2 apresentamos as atividades minerárias, seus processos de territorialização nos territórios em especial para Bento Rodrigues e, descrevemos o processo de desterritorialização ocorrido pelo rompimento de uma barragem. No capítulo 3, apresentamos os percursos metodológicos em que utilizamos a abordagem geográfico-fenomenológica sujeito e espaço que nos permitiu a compreensão dos fenômenos causados pelo rompimento e detalhamos a metodologia utilizada na pesquisa. No Capítulo 4, já a partir dos resultados de nossa pesquisa, explanamos sobre como era morar em Bento Rodrigues; e, a partir desta reflexão, apresentamos a discussão sobre a reconstrução simbólica e identitária a partir de um aprofundamento nas narrativas dos atingidos trazidas pelo Jornal A Sirene.

2. TERRITÓRIO E IDENTIDADE: DO CONCRETO AO SIMBÓLICO

2.1 DEMARCANDO TERRITÓRIO

Ao longo deste capítulo abordaremos o conceito de território e seus desdobramentos, no que tange aos aspectos políticos, econômicos e culturais, sob o ponto de vista geográfico, com recorte para o campo da Geografia Humanista. Além destes, as territorialidades e os processos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização darão luz ao conceito e à dinâmica de um espaço que está sempre em construção. Estes conceitos nos auxiliarão a refletir e a compreender um cenário tão complexo como uma reconstrução simbólica e identitária, foco deste estudo.

Faz-se importante que, ao longo deste texto, possamos refletir as transformações do espaço, mas não somente as de cunho político-econômicas, mas, principalmente, as abordagens identitárias, simbólicas-culturais que são manifestadas e experienciadas nas relações entre os sujeitos com o território vivido, ou seja, nas territorialidades.

Haesbaert (2009), em seus estudos sobre o território, destaca que mais importante que responder “o que é” ou “o ser” território, é a aplicabilidade do conceito frente a complexidade que transcende os estudos e as discussões territoriais. Então, a partir dos conceitos destacados no parágrafo anterior, refletiremos as múltiplas dimensões (política, econômica, identitária simbólico-cultural etc.) do território de forma aplicada, trazendo à tona o aporte teórico a ser apresentado.

Muitas áreas do conhecimento se apropriam da palavra território, muitas vezes, sem se aprofundar a discussão conceitual de suas terminologias. É importante sabermos que o termo território, hoje, difundido em diversas áreas do conhecimento, principalmente entre os geógrafos, não é um conceito que originalmente incidiu da geografia, tal conceito advém das ciências da natureza, de estudos Etológicos, principalmente das áreas zoológicas e biológicas (HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2010).

O conceito de território, como conhecemos, nasce com grandes contribuições dos estudos do geógrafo alemão Friedrich Ratzel nos anos de 1870. Para este autor, o território poderia ser classificado como o espaço na superfície terrestre que oferece aos sujeitos recursos naturais adequados para sua ocupação, denominando-o como

espaço vital para o desenvolvimento do Estado-Nação (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2006).

A própria noção de território passa a ser um termo de disputa, visto que, nos anos seguintes, as ideias de espaço e de região foram amplamente difundidas com grande contribuição de Paul Vidal de La Blache, também geógrafo advindo da escola francesa. La Blache utilizou o conceito de região como contraponto ao termo território. De certa forma, todos estes conceitos emergem em novas discussões nos anos de 1960 dando uma nova roupagem ao conceito de território e aproximando-o da configuração que conhecemos hoje (SAQUET, 2007; 2010).

Claude Raffestin (1993), um dos principais geógrafos e pensadores da abordagem territorial “moderna”, pontua que o território é forjado no espaço onde o poder permeia nos aspectos sociais em níveis diversos, ou seja, o território se constitui no espaço pelas ações dos sujeitos e é definido pelas relações de poder dentro dos aspectos econômicos, políticos e sociais.

As palavras território e espaço começam a se embaralhar, visto que parecem ter o mesmo sentido, contudo, esses diálogos são importantes para compreendermos as terminologias das palavras, pois ao mesmo tempo que parecem sinônimos nos provocam, visto que Raffestin (1993) nos leva a refletir trazendo a ideia de que

[...] espaço e território não são termos equivalentes [...]. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintomático (ator que realiza um programa) em qualquer nível (...) ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, 143).

Notamos, assim, que o espaço delimitado e definido por relações de poder será caracterizado como território, mas as relações de poder não se restringem somente ao Estado e, de certa maneira, não deve se confundir com violência e/ou dominação. Dessa forma, o território perpassa o conceito de Estado-Nação.

É importante destacar a grande contribuição de Raffestin (1993) para as reflexões sobre o território. Souza (2001) concorda com a posição de que o espaço é anterior ao território, mas pontua que a escala dada ao conceito pelo geógrafo tende a reduzir o espaço a um “espaço natural” onde não houve a interação com o homem e, automaticamente, torna o território e sua complexidade apenas um espaço social.

sem dúvida sempre que houve homens em interação com o espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território e não só de um espaço econômico; [no entanto] é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém (SOUZA, 2001, p. 96).

Souza (2001) mostra que as relações de acesso e de controle do espaço não definem o que venha a ser território, em qualquer escala. Dessa forma, destaca que o poder permeia as relações sociais, mas que não significa que todos os espaços sociais irão se configurar como território, ou seja, o autor nos leva a reflexão de que o território pode ser definido para além das barreiras concretas e materiais, mostrando uma pluralidade que Raffestin (1993) não ultrapassa em seus estudos.

Nesse sentido, o conceito de território ganha novas interpretações com as relações que são formadas de maneira mais subjetiva, em que aspectos sociais passam a ter uma conotação mais cultural, isto é, a relação de vínculo com a terra passa a ter um caráter material e imaterial compreendendo que a relação entre os sujeitos e o espaço provocam fortes vínculos de sociabilidade e identificação com o espaço/território.

É a partir das contribuições dos estudos sobre o território, em sua dimensão Humanista e Cultural, que acontece uma virada nos estudos no campo da Geografia, uma vez que a dimensão geográfica mais concreta passa a considerar os modos pelos quais os seres humanos se apropriam e se relacionam com e nos territórios.

O território está imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “[...] desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, pp. 95-96).

É importante destacar que, nesse sentido, o território passa de uma visão geográfica para uma visão interdisciplinar devido a sua complexidade, trazendo, por exemplo, abordagens do campo da história para entendimento da constituição do território e interpretação simbólica e cultural, como apresenta Abrão, (2010):

O território se forma a partir de uma relação espaço/tempo e ao se apropriar de um espaço, em determinado tempo, a sociedade o territorializa. A utilização do território pelo homem cria o espaço, projetado pelo trabalho. Neste sentido, se faz necessário compreender

a história, numa relação dialética, envolvendo o tempo curto, o médio, a longa duração (ABRÃO, 2010, p. 61).

Geografia, História, território concreto e simbólico, narrativas e memórias se fundem nos diálogos territoriais, visto que não há como discutir o território sem levar em consideração os sujeitos que o compõe, pensando em suas identidades e territorialidades, vividos nos ambientes.

A partir deste ponto, Saquet (2009) aponta que o ambiente natural e o ambiente organizado socialmente podem ser configurados como espaço, mas que o território se constitui por ações históricas que se materializam em tempos diferentes e que se sobrepõe criando diferentes paisagens dando então, ao território, a roupagem da dinâmica socioespacial, elucidando que o território é uma apropriação social do ambiente.

Conforme já destacado, Haesbaert (2004) elucida que o território é um *continuum* entre o concreto e simbólico, então o entendimento do território, a partir deste ponto, passa a ser compreendido somente diante de sua totalidade em sua dimensão de apropriação do espaço, de sua temporalidade e a base histórica carregada de significados.

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”. O território é “funcional” a começar pelo papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados “recursos naturais” (HAESBAERT, 2007a, p. 23 – aspas do autor).

Mais importante que olhar as duas vertentes, concreta e simbólica, é compreender o papel e os contextos históricos e geográficos, pois, com isso, conseguiremos compreender os processos de territorialização, que significa a apropriação e a dominação do espaço em ambos os aspectos, e compreender que a simbologia e as paisagens apresentadas são compostas ao longo do tempo, formando então os territórios (HAESBAERT, 2004).

O território simbólico é caracterizado de forma mais ‘subjéctiva’ e pode ser compreendido quase que indelével em sua relação direta com a apropriação e dominação do território ‘concreto’ revelando que as territorializações possuem intenção em função dos diversos interesses dos sujeitos dominantes. Dessa forma, ao distinguir os sujeitos, grupos sociais, Estados etc., conseguiremos compreender as

características diversas que compõem o território, que provém do simbólico (HAESBAERT, 2007).

O território é um resultado de diversos fatores que são amparados pelas relações naturais e sociais que têm como pilares as concepções políticas, econômicas e culturais que podem ser compreendidas de forma interna ou externa ao território. “O social contém a natureza homem e sua natureza exterior. Nós homens (e mulheres) somos, estamos e reproduzimos a natureza e sociedade, simultaneamente. Produzimos território(s) e territorialidade(s)” (SAQUET, 2010, p. 173).

Diversas são as epistemologias que tentam conceituar o território, mas, o que nos cabe, até aqui, é a compreensão de que o território pode ser caracterizado como espaço onde ocorrem as apropriações e, conseqüentemente, as relações de poder. Entretanto, território é onde acontecem as territorialidades que podem ser resumidas nesta pesquisa como o processo das relações sociais internas e externas dos sujeitos que compõem seus territórios consolidando as suas relações, simbologias e identidades.

2.2 TERRITORIALIDADE: O SENTIDO DO VIVIDO, IDENTIDADE.

Território e territorialidade apresentam certa afinidade quanto a questão semântica, contudo, não devem ser confundidos, uma vez que as questões que envolvem as territorialidades apresentam suas próprias especificidades. Hasbaert (2007) propõe que a territorialidade, dependendo do grupo social, pode ser concebida como uma dimensão que perpassa o território, podendo se caracterizar como uma vertente dentro do conceito de território ou pode ser classificada como um conceito separado de território.

As territorialidades, em suas mais diversas interpretações, nos auxiliam de maneira a identificar os territórios em suas diferentes conotações, dimensões e conteúdo. É importante destacar que as territorialidades dependem das distinções em diferentes escalas: nível local, regional ou ao nível nacional e supranacional (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

Para entender como este reconhecimento dos territórios acontece é importante que se leve em consideração como as relações que ocorrem no território de forma qualitativa dão significado a ele, ou seja, na dinâmica internas destes. Para tal, Saquet (2009) apresenta a reflexão de que

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009, p. 88).

Dessa forma, podemos compreender que, para Saquet (2009), as características e dinâmicas que acontecem pela vivência nos territórios, por meio das relações entre os sujeitos e o espaço e, conseqüentemente, criando referências a estes. Isso ocorre, pois a territorialidade apresentada neste trabalho pode ser entendida como a parte qualitativa das relações territoriais, ou seja, “a distinção entre territórios oriundos da dimensão vivida e a territorialidade está no papel que a dimensão vivida tem dentro destas noções” (DE PAULA, 2011, p. 109).

Em uma outra perspectiva da territorialidade, Hasbaert (2009, p. 106) nos apresenta que “embora todo território tenha uma territorialidade [...] nem toda

territorialidade, – ou se quisermos, também, aqui, espacialidade – possui um território (no sentido de sua efetivação material)”.

Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo da “Terra Prometida” dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente (HAESBAERT, 2007, p, 23).

O território subjetivo não precisa estar em sua forma concreta para que a territorialidade se manifeste por meio do sujeito, dessa forma, entende-se que a territorialidade não necessariamente precisa de um lugar, mas sim, de uma ligação com a simbologia que representa um grupo, além dos objetos concretos (SANTOS, 2006).

As territorialidades, orientam as dinâmicas socioespaciais considerando as correlações objetivas e subjetivas, criando significado e dando intenção, mesmo que inconsciente, nas mais diversas ações dos indivíduos nas interrelações tanto econômicas quanto políticas e culturais. Dessa forma, na maior parte das vezes, a territorialidade se interrelaciona com a porção concreta do território, materializando, então, uma identidade territorial (SAQUET, 2003).

Antes de explorarmos os conceitos de identidade territorial é importante entender o conceito de identidade. Percebemos que, apesar das várias discussões sobre este tema, existe um consenso de que toda identidade pode ser caracterizada como uma construção social que, ao longo do tempo, criam significados, símbolos e identificações.

Refletimos, a partir deste entendimento, que a territorialidade é classificada como um processo de identificação do indivíduo na concretude e na dimensão subjetiva, fornecendo subsídio para que a identidade pessoal e/ou coletiva floresça, levando em conta as relações entre os sujeitos e o meio para compreensão de suas características.

Partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Percebe-se, então, que as subjetividades são a base para construção de uma identidade que pode ou não estar ligada ao coletivo, dando o sentido de pertencimento, ou seja, identificando os sujeitos a algo. Dessa forma, a imaterialidade e simbologias das relações devem ser consideradas nas mais diversas apreciações sobre a produção do espaço e das características em relação a materialidade das territorialidades e territórios.

Outro fator existente na discussão sobre o conceito de identidade é a linguagem em paralelo com os sistemas sociais e culturais marcados por símbolos, como destacado por Woodward (2007):

Os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre “quem nós somos”. A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade (WOODWARD, 2007, p. 81).

Neste viés, temos consciência de que a cultura e a linguagem darão significado à experiência a partir do momento que os sujeitos expressarem estas posições de forma consciente ou não, pois estas representações (i)materiais constituem as identidades em seus mais diversos aspectos (WOODWARD, 2007).

Para compreensão das identidades é preciso dividi-las em dimensões para localizar ou até mesmo distinguir um grupo, território ou alguma particularidade, pois são pontos essenciais de como os sujeitos se identificam dentro das diversas territorialidades. De acordo com Woodward (2007), a marcação de traços se torna essencial para compreensão das diferenças em níveis simbólico, social e concreto. Cada traço ou sinal é produto de inscrições simbólicas e representacionais, de modo que a identidade pode ser expressa materialmente e imaterialmente.

Podemos compreender que a identidade é relacional, seja de forma material (concreta, por exemplo, símbolos religiosos) ou imaterial (simbólica, por exemplo, crenças). Sua diferença está na representação estabelecida relativamente com outras identidades, como é o caso do social e do simbólico que se referem a processos distintos, mas que necessitam de manutenção e construção em cada um. Neste caso, a identidade está ligada às suas representações simbólicas e sociais que só irá existir a partir das diferenças com ou entre os sujeitos cotidianamente.

Existe uma correlação entre identidade e diferença, isto é, uma depende da outra, pois a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades em que este encadeamento é definido pelos sistemas sociais aos quais os sujeitos estão imersos em suas relações cotidianas, históricas e culturais.

Saquet & Briskievicz (2009), afirmam que

a identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas etc. (SAQUET & BRISKIEVICZ, 2009, p. 9).

Os autores complementam que as identidades podem ser definidas como resultado das territorialidades, entretanto, essas identidades influenciam e dão contorno, de certa forma, às territorialidades e às suas representações nos territórios e em seus patrimônios. Podemos dizer que a identidade territorial passa por um processo de construção a partir das identidades sociais que permeiam o território através das territorialidades advindas das ideias, dos espaços e das culturas.

Diante desse entendimento, compreendemos que a identidade territorial se constitui pelas representações advindas do sentimento de pertença dos sujeitos traçando, assim, os aspectos representacionais de suas identidades e, conseqüentemente, diferenciando-se de outros por meio das suas subjetividades, simbologias e a materialização destas. Para tal, Hasbaert (1999) expõe que:

[...] De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes. (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Levando-se em consideração esses aspectos, fica expresso que os territórios se distinguem por suas características imateriais e materiais, constituídas historicamente pelas identidades sociais, principalmente pelas políticas econômicas e culturais, dando às identidades territoriais formas próprias com seus signos, símbolos e pertencimentos.

Hasbarert (1999) explana que o símbolo em atuação pode ser classificado como poder simbólico. Dessa forma, o autor continua o pensamento trazendo que os símbolos têm relação direta com a linguagem como destacado por Woodward (2007). Contudo, Hasbaert coloca que esta tem a ver com a nomeação, ou seja, o poder de

nomear coisas e sujeitos, criando sentidos, diretos ou não, e podendo, de certa forma, ser inesperados por meio dos símbolos nomeados. Entendemos, então, que através de um símbolo alocado em um ponto do espaço-tempo de forma (in)consciente ocorre a ação como fator essencial para a construção do poder simbólico.

O autor continua ao dizer que o sentido dado a um símbolo não pode ser absoluto e que este sempre precisa de referencial na concretude tempo-espaço para se realizar. Diante disso, podemos refletir que o poder simbólico, por meio da naturalização consentida das representações pelos sujeitos, consolida a identidade no território que se compõe de forma espontânea de tempos em tempos, de geração para geração, pois “seu poder, assim, é muitas vezes mais forte e eficaz do que o poder ‘objetivo’, mais concreto, porque o poder simbólico é mais sutil em suas formas de manifestação e, portanto, mais dificilmente reconhecido” (HAESBAERT, 1999, p. 178).

Exploraremos, todavia, mais as questões de identidade, territorialidades, identidade territorial, poder simbólico etc. nos capítulos posteriores, principalmente com a prerrogativa de entendermos uma “reconstrução simbólica e identitária”. Contudo, podemos, de forma ampla, dizer que as identidades são fundeadas no espaço-tempo pela sua espontaneidade, trazendo, de certa forma, um fator qualitativo para matéria a partir das territorialidades e memórias.

2.3 DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO

A produção do território pelo processo de territorialização é de grande interesse desta pesquisa, pois traz uma discussão além da apropriação dos espaços pelos sujeitos e seus interesses, bem como sua utilização para compreender as dinâmicas que ocorrem no território. Nesse sentido, para ampla compreensão dos termos, precisamos ir além, compreendendo a dinâmica de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R).

Percebemos que o território possui diversas formas de manifestações, mas, em linhas gerais, podemos entender o território como composto por duas principais dimensões das quais temos a compreensão da composição territorial. A primeira é a uma dimensão funcional, ou seja, uma construção concreta onde as perspectivas políticas e econômicas dão estruturas à materialidade; e a segunda, sendo uma dimensão simbólica-identitária que se baseia nas relações dos sujeitos e grupos sociais no espaço-tempo (HASBAERT, 2007a).

Diante do exposto, podemos perceber como o espaço é territorializado. A territorialização pode ser expressada pelo exercício de dominação e apropriação de um espaço e pelas relações sociais que envolvem o poder a partir dos instrumentos jurídicos, econômicos e materiais (aspectos funcionais), que necessitam da perspectiva mais subjetiva que são baseadas na territorialidade, nos símbolos e nas identidades de um território (HAESBAERT, 2007a).

Compreendendo a dinâmica territorial, podemos dizer que o território não é estático e que está sempre em movimento de acordo com o interesse dos agentes, classes sociais, organizações etc. Diante disso, as mudanças podem ser mais rápidas ou mais lentas, mas dão ao território a constituição dos seus processos para determinada finalidade. As relações de poder estão sempre ligadas a estes movimentos provocados por sujeitos que tendem a produzir um território, segundo os seus interesses. (HAESBAERT 2006).

Diante das diversas transformações territoriais que ocorrem pelas dinâmicas sociais, percebemos que o tempo é um fator quase intrínseco ao processo, visto que a partir de uma linha temporal percebemos o desenvolvimento no sentido de descobrimento de novas técnicas, recursos, avanços tecnológicos, dentre outros. Contudo, todos esses fatores provocam a construção de novos territórios e destruição

de outros em prol do desenvolvimento que se intensifica, principalmente, com o avanço do capitalismo.

O marco temporal desta construção e desconstrução territorial, de forma geral, pode ser classificado pela virada entre o século XIX e o século XX, pois, segundo Haesbaert (2006), os movimentos e estudos sobre os processos de desterritorialização e reterritorialização neste período ganham ênfase. Para o autor, nessa época, o intuito dos estudos era dar luz aos movimentos no e pelo espaço, a partir de ideias de controle social. Assim, os territórios ganham novos contornos por meio das transformações ocasionadas pelos sujeitos e pelas novas formas de produção, podendo ser classificados como a chegada da modernidade pelo viés da produção capitalista, que rompe com os modelos antigos trazendo novas formas de consumo e de circulação. Isso ocorre dando concretude as novas maneiras e pensamentos da sociedade moderna no território, desestruturando-o e/ou desestabilizando-o. (HAESBAERT 2006).

A modernidade materializada insere-se no contexto territorial pelo movimento/mobilidade que a sociedade adquire a partir da mobilidade. De acordo com Milton Santos (2006):

A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias. Tudo voa. Daí a ideia de desterritorialização. Desterritorialização é, frequentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é também, desculturização (SANTOS, 2006, p. 222).

A circulação trazida pela modernidade impõe aos sujeitos conhecer o novo, contudo, muitas vezes, isso não ocorre de forma voluntária, mas por interesses de empresas, desastres que causam deslocamentos de forma compulsória e, de certa forma, causa-lhes estranhamento que pode ser classificado neste trabalho como desterritorialização. Nesse viés é que novas formas de fazer, agir, portar etc. são apresentadas, trazendo reflexões de que existem outras maneiras de se relacionar com o território. Estas novas maneiras causam estranhamento inicial, porém, ao longo do espaço-tempo são incorporadas partindo das territorialidades que modificam o

funcionamento do território tornando os *modus operandi*¹ anteriores obsoletos aos novos.

Haesbaert (2006) mostra, em uma progressão temporal, como as sociedades podem ser classificadas de acordo com o desenvolvimento trazido pelos movimentos impostos pela modernidade e suas novas práticas:

As sociedades tradicionais conjugam a construção material (funcional) do território como abrigo e base de recursos com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes símbolos fundamentais à manutenção de sua cultura. Já na sociedade “disciplinar” moderna (até por volta do século XIX) vigorava a funcionalidade de um “enclausuramento disciplinar” individualizante, através do espaço – não dissociada, é claro, da construção da identidade (individual, mais que um grupo). [...] Mais recentemente, nas sociedades “de controle” ou pós-modernas, vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões – o território passa, então, gradativamente, de um território mais “zonal”, ou de controle de áreas, para um “território-rede”, ou de controle de redes (HAESBAERT 2005, p. 6778).

Em consequência desta modernização das relações territoriais, podemos perceber o avanço do processo de globalização que, em sua concepção, pode ser classificado como um mundo cada vez mais desenraizado, móvel em contraponto ao mais enraizado ou territorial. Do ponto de vista teórico, por desterritorialização, entende-se o sentido de extroversão, desenraizamento, massificação e quantificação reforçando o sentido de desigualdade e hierarquia, levando-se a perda do sentido de território atrelado aos termos comunidade (tribo ou nação); identidade simbólica, identitária ou funcional; estabilidade e fronteiras (HAESBAERT, 1995; 2004).

É preciso destacar que, apesar de existir a desterritorialização, os territórios não acabam pelos movimentos/desenraizamento dos sujeitos, mas criam redes, pois as relações sociais, as formas de fazer vão com as pessoas para o novo espaço vinculando o saber e as vivências ao novo, acrescentando valor às novas relações em diversos aspectos reterritorializando-as. Para Haesbaert (2004), existe uma dependência entre territorialização, desterritorialização e reterritorialização, visto que são processos simultâneos e essenciais para entender as diversas dinâmicas territoriais e como as práticas são aprimoradas por estes processos.

¹ Modus operandi é uma expressão que significa "modo de operação". Utilizada para designar uma maneira de agir, operar ou executar uma atividade seguindo geralmente os mesmos procedimentos.

Para Deleuze e Guattari (2011), é evidente que os processos de desterritorialização não caminham de forma singular, pois destacam que “no limite, é impossível distinguir a desterritorialização e a reterritorialização, que estão presas uma à outra ou são como o avesso e o direito de um mesmo processo” (DELEUZE E GUATTARI, 2011, p. 343).

Para Saquet (2007) este movimento pode ser entendido a partir da concepção de que:

O velho é criado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade, de continuidade e de superações. A continuidade se dá na mudança e na própria descontinuidade, que contém, em si, elementos do momento e da totalidade anteriores. Com isso, o velho não é suprimido, eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente, no novo. É um processo inerente ao movimento universal e à dinâmica territorial, histórica e geográfica (SAQUET, 2007, p.161).

Dessa forma, podemos dizer que, na contramão da desterritorialização, mas não de forma separada, a reterritorialização implica em processos de enraizamento, introversão e identificação que redefinem a possibilidade de distinção, diferenciação e alteridade socioespacial que leva a deixar o estado de simples aglomerados (como massas, subclasses de deslocados e desclassificados, sem identidade, em espaços com limites difusos e grupos suscetíveis à mobilidade) (HAESBAERT, 1995; 2004).

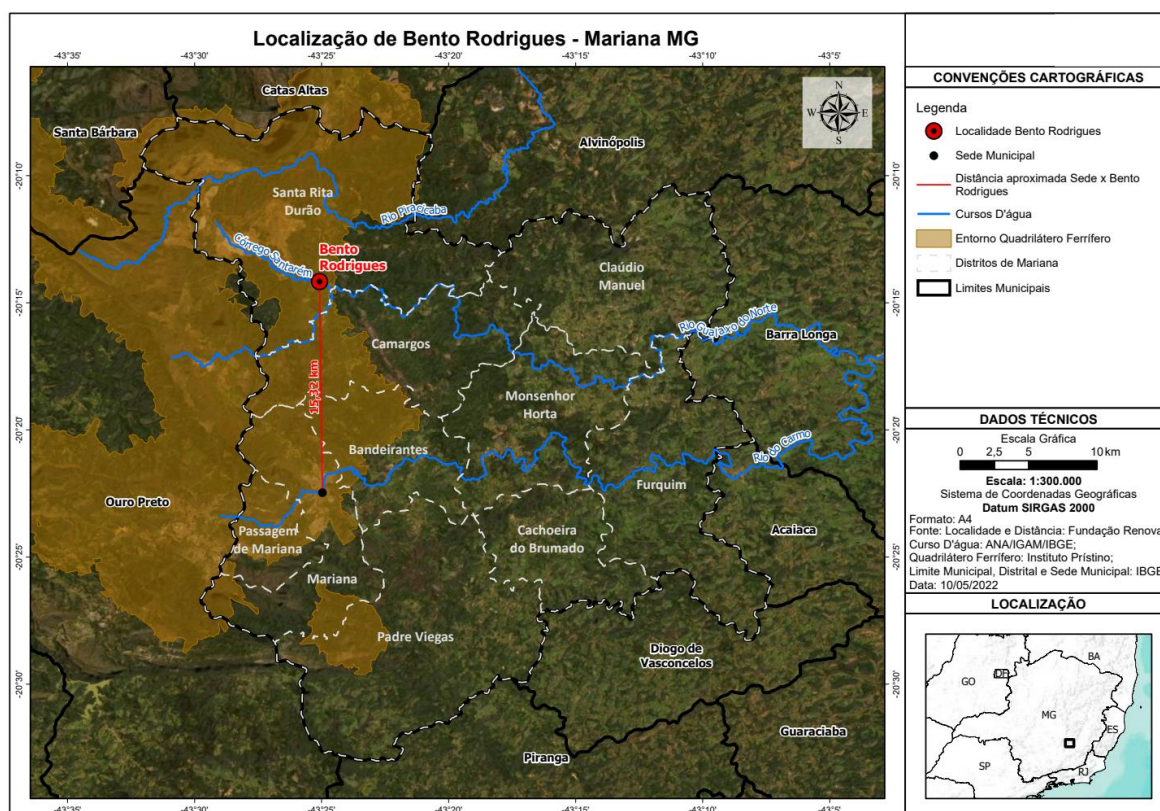
Então, para entendimento do território, as dinâmicas sociais, as territorialidades dentro do espaço-tempo são de extrema importância, contudo, com a sociedade moderna, como destacado, o movimento passa a ser um condutor dos processos de desterritorialização e de reterritorialização que possuem características distintas, mas que estão diretamente ligados, considerando que quando ocorre uma desterritorialização o processo reterritorialização já está ocorrendo. Como destaca Haesbaert (2006), esses processos estão ligados à condição humana como forma de organização da sociedade e dos territórios.

No contexto da desterritorialização é importante frisar que este não significa o fim do território, mas o território passa a ter outras funções em relação aos interesses dos sujeitos. Dessa forma, a reterritorialização concede ao novo espaço novas formas, significados, por meio das relações que são estabelecidas e que podem carregar características dos territórios “deixados”.

3. TENSIONAMENTO DAS ATIVIDADES MINERÁRIAS: ENTRE A MINERAÇÃO E O USO DA TERRA

Bento Rodrigues é uma comunidade do distrito de Santa Rita Durão, localizada a 24 quilômetros da cidade de Mariana, no Estado de Minas Gerais, Brasil. A comunidade, está localizada às margens do rio Gualaxo do Norte, sub-bacia do rio Doce dentro do Quadrilátero Ferrífero².

Figura 3: Localização de Bento Rodrigues – Mariana MG



Fonte: Autor da pesquisa, 2022.

A região de Bento Rodrigues foi descoberta no final do século XVII, quando o cabo Bento Rodrigues, à procura de ouro, o descobriu em terras próximas ao rio Gualaxo do Norte, ricas neste mineral. Seu povoamento teve início com as atividades

² “O QFe é considerado umas das principais regiões mineradoras do mundo, com importantes depósitos de ferro, ouro e manganês. As grandes jazidas de minério de ferro no QFe estão contidas nas rochas metamórficas pré-cambrianas, sendo a Formação Cauê, de idade paleoproterozóica, a que oferece maior interesse econômico, devido aos seus importantes depósitos ferríferos de elevado teor e pureza” (GODOY, 2017, p. 21).

minerárias no início do século XVIII, cujo caminho da Estrada Real³ foi usado para desbravar o interior brasileiro e ligá-lo ao litoral carioca, atravessando o seu centro urbano. “Esse caminho definiu, inicialmente, a ocupação do vilarejo com a primeira edificação, a Capela de São Bento, possivelmente construída em 1718, em uma das extremidades da via principal” (TEIXEIRA; MEDEIROS; PEREIRA, 2020, p. 2).

A comunidade de Bento Rodrigues transcurso um crescimento lento e sem muitas modificações desde sua fundação no século XVIII. Contudo, a mineração de ferro no Brasil ganhou relevância econômica entre as décadas de 1960 e 1970 com a chegada de grandes mineradoras na região, entre elas, a “Samarco Mineração S.A., iniciou suas atividades à noroeste do povoado, nas minas de Alegria e Germano, em 1977, e passou a reconfigurar a paisagem local” (TEIXEIRA, MEDEIROS, PEREIRA, 2020, p. 2).

Nos anos 2000, a mineradora Vale S.A. adquiriu a Sociedade Anônima Mineração da Trindade – SAMITRI, na qual a Samarco era seu principal ativo. Na aquisição, foi decidido pela manutenção do modelo de governança autônoma da empresa. Após a aquisição da SAMITRI, a Vale S.A divulgou que as operações da Samarco seriam divididas entre a empresa e a australiana *The Broken Hill Proprietary Company Limited* – BHP que, posteriormente, passaria por uma fusão e seria conhecida como BHP Billiton. Ambas as empresas possuem o mesmo percentual de propriedade da Samarco, ou seja, uma composição igualitária. Nesse ponto, é interessante notar que a Samarco não abriu seu capital para o mercado financeiro na comercialização de ações, mantendo seu foco na produção e venda das *commodities*⁴, contudo, sua alta rentabilidade valorizava as ações de suas controladoras (VALE S.A. 2000).

³ Estrada Real, é a rota que liga a cidade do Rio de Janeiro até o Arraial do Tijuco, atual Diamantina, passando por várias localidades mineiras. Bento Rodrigues se desenvolveu, assim como diversas outras cidades de Minas Gerais que surgiram durante o ciclo do ouro, ao longo dessa rota colonial.

⁴ Commodities podem ser definidas como produtos em estado bruto ou pequeno grau de modificação, ou seja, matéria prima a serem beneficiadas. Geralmente de origem agropecuária ou de extração mineral produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria.

O modelo de operação da Samarco se propôs a manter o capital fechado, atuando no segmento de mineração, uma *joint venture*⁵ de propriedade da Vale e BHP, e criaram as condições necessárias para que a empresa se tornasse um modelo de alta produção e rentabilidade. No ano de 2014⁶, último ano antes do rompimento, a Samarco teve uma receita bruta de aproximadamente 7,6 bilhões de reais, bem como um lucro líquido de 2,8 bilhões de reais no mesmo período (SAMARCO, 2015).

Na ótica financeira, a Samarco se destacava como uma empresa rentável e, inclusive, figurando-se, algumas vezes, na revista *Você S/A*, da Editora Abril como umas das melhores empresas para se trabalhar, contudo, o seu alto consumo de água nas operações mostrava o quão impactante era sua atividade ao meio ambiente.

Praticamente todos os procedimentos operacionais da empresa se davam mediante o tensionamento intensivo das águas, verificados através da técnica úmida de deposição de rejeitos, do uso de minerodutos que utilizam uma polpa à base de água para o transporte de minério de ferro, da geração de energia através de usinas hidrelétricas e o próprio terminal portuário marítimo (SOUZA, 2017, p. 22).

Apesar deste fator, até 2014, a Samarco compunha parte da rentabilidade da mineração para o país, pois as exportações do setor minerário foram responsáveis por 21,40% das exportações brasileiras em 2013. A exportação, ainda em 2013, foi em sua maioria de *commodities* e, dentro do setor minerário, o minério de ferro foi o principal ativo comercializado, cerca de 89% de todos os bens primários que foram exportados naquele ano (DNPM, 2014).

Podemos notar, na tabela 1, abaixo, que mesmo após o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em 2015, que o minério de ferro continuou sendo o principal produto de origem mineral de exportação do país. Nota-

⁵ Segundo Pitofsky (1969, p. 1.007), de forma mais ampla, esta pode ser definida como as situações em que duas ou mais empresas unem forças para alcançar um objetivo comum. Esse termo pode abranger várias situações como acordos para a realização de compras, vendas, pesquisa e desenvolvimento (P&D), exploração, produção, acordos verticais, ou ainda fusões parciais ou completas.

⁶ Último ano antes do rompimento de suas barragens no qual falaremos mais à frente.

se um aumento da comercialização do minério de ferro, produto propulsor no mercado, contribuiu com 68% do comércio.

Tabela 1: Exportações no Brasil (US\$).

Produtos de Origem Mineral	2015	2016	2017	2018
Ferro	14.076.103.623	13.289.341.812	19.199.154.102	20.215.662.390
Ouro	2.324.615.261	2.893.054.837	2.801.244.039	2.814.408.337
Ferronióbio	1.568.413.941	1.331.514.767	1.608.188.069	2.011.847.526
Cobre	1.984.113.856	1.928.278.468	2.485.258.236	2.640.445.360
Bauxita	266.502.050	265.340.707	237.835.361	269.280.617
Manganês	149.146.661	201.815.071	365.636.404	406.305.644
Pedras Nat. E Revest. Ornamentais	1.209.133.230	1.138.347.911	1.107.448.266	992.548.146
Caulim	197.001.755	180.228.358	181.799.682	170.380.968
Outros	509.937.225	388.681.226	391.911.095	437.756.294
TOTAL	22.284.967.602	21.616.603.157	28.378.475.254	29.958.635.282
Valores expressos em US\$ FOB				

Fonte: MDIC/Sistema Comex Stat, 2018.

Na tabela 2, abaixo, podemos comparar o aumento significativo total da quantidade em toneladas, de produtos de origem mineral, exportados no contexto nacional.

Tabela 2: Exportações no Brasil (ton).

Produtos de Origem Mineral	2015	2016	2017	2018
-----------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Ferro	366.194.450	373.962.968	383.537.172	389.807.191
Ouro	70	79	75	95
Ferronióbio	68.576	64.658	80.717	95.528
Cobre	1.084.812	1.155.476	1.248.346	1.246.568
Bauxita	9.334.893	10.449.818	8.969.740	8.472.005
Manganês	1.897.703	2.010.141	2.683.295	2.614.998
Pedras Nat. e Revest. Ornamentais	2.323.605	2.458.881	2.424.568	2.195.983
Caulim	1.875.089	1.717.430	1.661.987	1.551.647
Outros	2.258.071	2.497.881	2.790.097	3.201.192
TOTAL	385.037.270	394.317.332	403.395.999	409.185.208
Valores expressos em toneladas				

Fonte: MDIC/Sistema Comex Stat, 2018.

Já em uma escala territorial do Estado de Minas Gerais, do setor de mineração, o minério de ferro foi a principal substância explorada e correspondeu a 7,5% do valor adicionado bruto estadual em 2013 (FJP, 2014). Em 2017, as exportações de minerais foram de 70%, e 60% em 2018, respectivamente, contribuindo, desta forma, no saldo comercial de todo o Estado de Minas Gerais, conforme tabela 3, abaixo:

Tabela 3: Exportações minerais em Minas Gerais (US\$).

Produtos de Origem Mineral	2016	2017	2018
Ferro	6.921,1	8.680,0	7.289,9
Ouro	1.269,0	1.174,3	1.222,2
Ferronióbio	1.103,8	1.341,6	1.696,5
Bauxita	1,9	1,6	2,3
Manganês	1,5	1,3	4,8

Pedras Nat. e Revest. Ornamentais	132,4	959,2	120,8
Outros	83,7	64,5	84,1
TOTAL	9.513,5	12.222,5	10.420,6
Valores expressos em US\$ FOB			

Fonte: MDIC/Sistema Comex Stat, 2018.

No contexto municipal, podemos notar que a mineração contribui de forma expressiva, principalmente para o município de Mariana – MG. Em 2010, por exemplo, segundo o Valor Adicionado Fiscal - VAF do município, o setor de mineração contribuiu com 93,55% da quantia arrecadada no ano em comparação com o ano 2000, em que o setor contribuiu com 68,80% do VAF. A partir disso, podemos notar um aumento expressivo e a importância da mineração para Mariana (FJP, 2013).

Dessa forma, percebe-se que a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) é de grande importância para os municípios que possuem atividade minerárias, pois a partir da Lei Nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017, foi determinado que os recursos sejam aplicados em projetos que tragam benefícios para a comunidade local. Podemos verificar, no quadro 4, abaixo, os municípios de Minas Gerais que mais arrecadaram com a mineração em 2017.

Tabela 4: Arrecadação da CFEM (R\$) - Maiores municípios arrecadadores, em 2017, em Minas Gerais.

Município	Arrecadação
1º Nova Lima	103.433.272,91
2º Itabira	83.557.035,48
3º Congonhas	81.106.393,80
4º São Gonçalo do Rio Abaixo	69.454.756,70
5º Mariana	65.841.958,09
6º Conceição do Mato Dentro	64.635.110,59
7º Itabirito	60.420.840,93
8º Brumadinho	34.705.156,78

9º Ouro Preto	20.762.936,76
10º Paracatu	18.835.383,96

Fonte: DNPM/ANM, 2018.

Para a comunidade de Bento Rodrigues, a mineração era a força motriz de sua economia, pois, com a proximidade das operações da Samarco, a contratação de mão de obra local era responsável por movimentar sua economia. Uma outra fonte de renda da comunidade era agricultura familiar, que para além da subsistência, havia a comercialização dos produtos locais, com destaque para a produção da geleia de pimenta biquinho, que se tornou um símbolo da região após a abertura de uma cooperativa empreendida por um grupo de mulheres locais.

No caso de Bento Rodrigues, houve a territorialização de uma barragem nas proximidades das comunidades, sendo assim, um possível avanço para a geração de renda a partir dos postos de empregos criados por meio de obras necessárias para construção das barragens.

Esse pensamento globalizado nos aproxima das ideias de Bruno Latour (1997), as quais entendemos que a modernidade requer distanciamento, isto é, dissociação da natureza como uma atitude de progresso. Nesse sentido, podemos perceber que “[...] vivemos em um mundo onde predomina a visão utilitarista da terra, onde a técnica é pensada como forma de podermos extrair dela os recursos que estariam à disposição principalmente, para a sua exploração econômica” (DO CARMO e PÁDUA, 2017, p. 17). Dessa forma, podemos associar que o processo dos eventos de desterritorialização por barragens estaria associado ao progresso e à prosperidade, mas sem levar em conta o vínculo intrínseco do saber tradicional das comunidades e dos processos identitários a partir dos seus signos, símbolos, redes etc.

Por vezes, é possível perceber que os empreendimentos utilizam de estratégias de enfraquecimento e pressão sobre as comunidades, ampliando suas áreas de exploração da terra sem levar em consideração o habitar, os valores simbólicos e identitários, mas destacando os valores econômicos e riquezas geradas a partir da exploração do recurso natural. Algumas vezes, esses empreendimentos utilizam-se

de estratégias de compras individuais de propriedades para enfraquecimento dos laços territoriais, contudo, alguns moradores resistem firmemente pela ligação com a terra (PASSOS; COELHO; DIAS, 2017).

Todo esse processo é acompanhado da anuência dos políticos nas diferentes escalas de governo que, em sua grande maioria, são financiados pelas mineradoras nas suas campanhas eleitorais e, portanto, são incapazes de romper com o modelo exploratório da mineração que somente visa à majoração do lucro em detrimento dos direitos coletivos (VIANA, 2012, p. 79).

Neste viés, compreendemos dois paradoxos territoriais; aquele visto pelo processo de territorialização das barragens que tem o poder de assegurar o desenvolvimento tecnológico e comercial e; da comunidade, que tem o poder de acesso de estar, viver e conviver em seu lugar. Ou seja, há uma disputa pelo poder, o que neste sentido, Raffestin (1993) aponta que a construção do território é marcada pelas relações de poder exercidas por pessoas ou grupos, as quais sem elas não poderiam existir os territórios.

Percebemos que, para o cenário nacional, estadual e das comunidades que se beneficiam da mineração, existe um sentimento de “melhorias” diversas, por exemplo, nos modos de vida pela geração de emprego e renda, pelas arrecadações tributárias e pela balança comercial favorável do país pelas exportações. Contudo, pela lógica desenvolvimentista e exploratória dos recursos naturais desses empreendimentos, veremos no próximo tópico que existem outros acontecimentos e sentimentos controversos em relação à mineração e seus impactos para todas as escalas citadas, particularmente, para as comunidades que abrigam as operações e impactos da atividade minerária. Entende-se que, por vezes, não se levam em conta as populações que habitam esses espaços e as relações de afetividades materiais e imateriais que envolvem toda a prática da territorialização.

3.1 A BARRAGEM, O ROMPIMENTO E SEUS IMPACTOS

O setor minerário, como explicitado na seção anterior, é considerado uma das principais atividades comerciais do Brasil pela exportação de *commodities*. Tal fato pode ser explicado pelo aumento exponencial da população mundial, visto que esse aumento da extração mineral torna-se cada vez maior para o atendimento da demanda mundial. Dessa forma, a ampliação da extração de minerais pelas mineradoras acarreta transformações e impactos ao meio ambiente (ALBUQUERQUE FILHO, 2004).

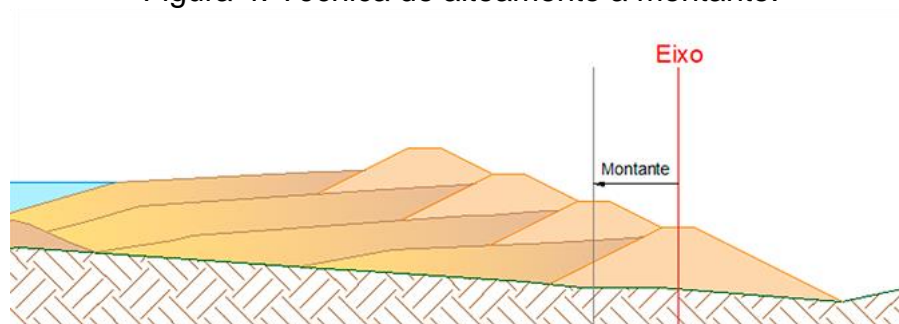
A mineração, por ser uma atividade extrativista, gera impactos diversos, contudo, focaremos, nesta pesquisa, nos rejeitos advindos das atividades mineradora, rejeitos esses que devem ser “descartados” de forma segura. O beneficiamento do minério é um desafio para o setor, pois, além da segurança com o material a ser descartado, é necessário que este seja economicamente viável para as empresas. Dessa forma, existem meios e soluções que podem ser implementados com vantagens e desvantagens, mas nenhuma deles é isento de impactos ao meio ambiente.

No cenário brasileiro, a construção de barragens para deposição dos rejeitos da mineração é o método mais utilizado devido aos aspectos econômicos e de segurança. Os tipos de barragens mais utilizados do setor minerário no Brasil seguem três métodos específicos: o método de montante, o método de jusante e o método de linha de centro, todos, como destacados, possuem diferentes níveis de vantagens e desvantagens e diferentes níveis de riscos. (VALE, 2021)

Neste caso, exploraremos o método de alteamento a montante, pois queremos, nesta seção, dar luz ao rompimento da barragem de Fundão, que ocorreu em 05 de novembro de 2015, pertencente a mineradora Samarco que utilizava este método para descarte dos rejeitos provenientes do beneficiamento do minério de ferro extraídos durante sua operação. Este método consiste em erguer vários degraus contra o talude ou contra a parede da estrutura. Isso ocorre com o uso de rejeito grosso por meio de alteamentos sucessivos sobre o próprio rejeito depositado que dão sustentação à barragem, aumentando, assim, sua capacidade de contenção de rejeitos (VALE, 2021).

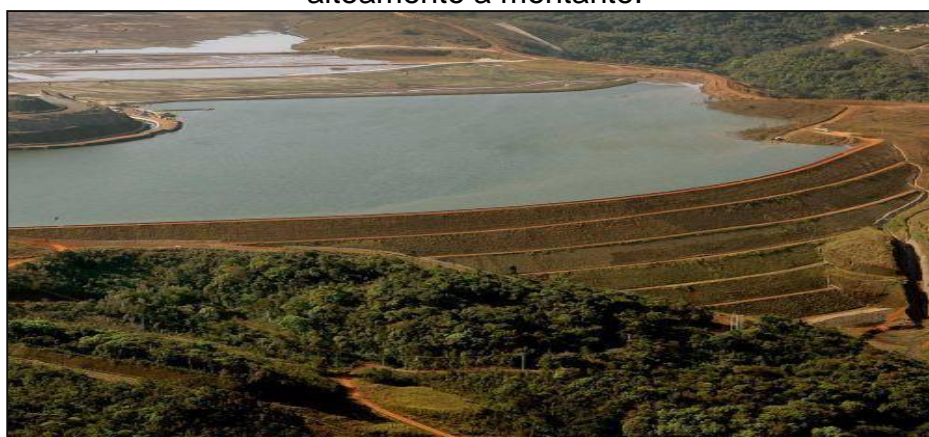
Abaixo, na figura 04, podemos ver o esquema de como funciona o alteamento do método de construção à montante:

Figura 4: Técnica de alteamento a montante.



Fonte: Vale, 2021

Figura 5: Exemplo de barragem de contenção de rejeitos com a técnica de alteamento a montante.



Fonte: Vale, 2021

Segundo Fonseca (2018), o processo de construção da barragem de Fundão utilizou a técnica acima explicitada de alteamento a montante com a utilização do próprio rejeito, proveniente das operações da Samarco. As barragens devem seguir normas e métodos específicos para sua construção. No quadro 05, abaixo, podemos visualizar como funcionou o licenciamento para a construção da barragem de Fundão:

Tabela 5: Cronologia do processo de licenciamento da barragem do Fundão.

Ano	Evento
2005	Apresentação do EIA-RIMA para construção da Barragem do Fundão – Consultoria Brandt Meio Ambiente

2007	Licença Prévia (LP) da Barragem do Fundão/Licença de Instalação (LI) da Barragem do Fundão
2008	Licença de Operação (LO) da Barragem do Fundão
2011	Abertura de procedimento para renovação de Licença de Operação (LO)
2011	Obtenção da prorrogação da Licença até 2013
2012	Apresentação de EIA-Rima da otimização da Barragem do Fundão – Consultora SETE – para Licença Prévia/Instalação (LP/LI)
2013	Apresentação de EIA-Rima para unificação e alteamento das barragens de Fundão e Germano – Consultora SETE – para Licença Prévia/Instalação (LP/LI)
2013	Pedido de renovação da Licença da Operação da Barragem do Fundão – em análise
2014	Licença Prévia/Instalação (LP/LI) concedida para otimização da Barragem
Junho 2015	Licença Prévia/Instalação (LP/LI) concedida para unificação de Fundão e Germano
Novembro 2015	Rompimento da Barragem do Fundão

Fonte: FEAM, 2015.

A Samarco foi a responsável pelo complexo de germano onde ficava localizada a barragem de Fundão, juntamente com as barragens de contenção de rejeito de Santarém e Germano. Este complexo também era composto por uma barragem de

água que tinha como finalidade o controle no carreamento de sedimentos e a captação de água.

Vianna (2012) nos leva a refletir sobre o potencial negativo das barragens, apesar de sua importância econômica, pois quando existem falhas de operação, construção, planejamento etc., os impactos podem se tornar grandes catástrofes. Como exemplo, temos o ocorrido em 05 de novembro de 2015 com a barragem de fundão em Mariana – MG, que teve sua ruptura a partir de uma liquefação iniciada após alguns tremores de terra na ombreira esquerda da barragem (FONSECA, 2018).

Segundo Penido (2018), a onda de rejeitos derivada do rompimento da barragem de Fundão escalou pela barragem de Santarém a pouco mais de 2,5 km de Bento Rodrigues. Tal evento foi responsável pela contenção de parte do material, contudo, em decorrência disso, a estrutura da barragem de Santarém sofreu erosão parcial no maciço e danos na parte da estrutura. No entanto, mesmo com a contenção da lama, a onda que fez a barragem transbordar atingiu a comunidade de Bento Rodrigues, que se localizava abaixo do complexo de Germano, a 8 km de distância da barragem de Fundão.

Figura 6: Complexo da de Germano e do subdistrito Bento Rodrigues antes do rompimento da barragem do Fundão.



Fonte: PASSOS et Al. 2017.

A partir deste evento, Minas Gerais ficou conhecida mundialmente pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério ferro do subdistrito de Bento

Rodrigues “Fundão”, localizado no município de Mariana – MG. Pois, de acordo com o especialista Paulo Saldiva da Universidade de São Paulo – USP, o rompimento se caracteriza como o maior desastre ambiental do Brasil (SOUZA, 2019).

Figura 7: Bento Rodrigues após onda de lama.



Fonte: Viana (2017).

Como efeito, os rejeitos atingiram o rio Doce, contaminando águas, peixes e outros animais, além de causar a morte de 19 pessoas.

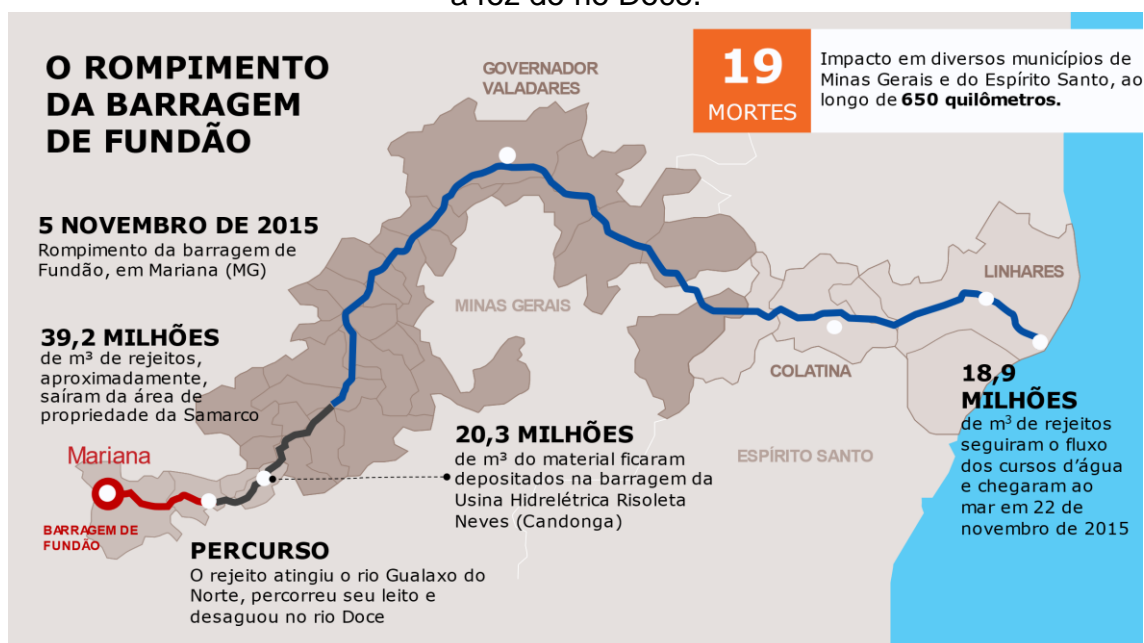
O rompimento da barragem de Fundão gerou uma onda de lama residual tão devastadora e poluente que, durante sua trajetória até o mar do Espírito Santo, dizimou o distrito de Bento Rodrigues, ceifou vidas humanas, soterrou centenas de nascentes, contaminou importantes rios como o Gualaxo do Norte, do Carmo e Doce, destruiu florestas inteiras que estavam situadas em Áreas de Preservação Permanente e causou prejuízos sociais e econômicos de grande amplitude a populações inteiras (LOPES, 2016, p. 2).

Muitos outros municípios foram impactados pelo desastre, contudo, Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo em Mariana - MG, e Gesteira em Barra Longa foram quase completamente inundados e destruídos pela enxurrada de lama que seguiu após o desastre da barragem. Isso ocorreu quando, aproximadamente, 39,2 milhões de metros cúbicos de rejeitos atingiram o rio Gualaxo do Norte, em Mariana, desaguando no rio Doce e seguindo até a foz (ZHOURI *et al*, 2016).

Ao longo desse percurso, a lama causou uma série de impactos em cada trecho por onde passou. Foram 39 municípios, de Minas Gerais ao Espírito Santo, atingidos ao longo de 670 quilômetros. Além dos graves impactos ambientais, o desastre

resultou em danos sociais e econômicos, e o componente social sobressai como o eixo condutor dos desafios que o processo de reparação precisa superar (PENIDO, 2018).

Figura 8: Resumo das principais informações do rompimento e percurso da lama até a foz do rio Doce.



Fonte: Adaptado de Fundação Renova, 2021.

Diversas foram as repercussões em relação aos impactos causados pelo desastre ocorrido em Mariana, tanto pela imprensa nacional quanto pela internacional, que relataram os diversos danos de diferentes ordens, como nos aspectos sociais, ambientais e econômicos que se alastraram em toda a calha do rio Doce. O desastre foi avassalador para a região, trazendo mudança nos modos de vida de muitos sujeitos como areeiros, faiscadores, lavadeiras, pescadores e diversos outros grupos produtivos e comunidades tradicionais que tiravam sua subsistência do rio Doce. Para além do trabalho, o espaço e a paisagem foram afetados impactando também as manifestações culturais e ocupação de seus respectivos territórios. Desse modo, a tragédia ocorrida no rio Doce é sistêmica, tecnológica e social (PORTO, 2016).

Levando-se em consideração esses aspectos, a comunidade de Bento Rodrigues, em consequência de sua proximidade com o complexo de Germano e da barragem colapsada, foi a localidade mais afetada pela onda de lama de rejeitos de minério (FUNDAÇÃO RENOVA, 2021). Para Bento Rodrigues, a enxurrada de rejeitos

trouxe impactos para além das atividades socioeconômica e socioambientais, visto que a comunidade foi soterrada pela lama e, desta forma, a perda do simbólico, da identidade, de parte da história, dos modos de vida etc., causou um deslocamento compulsório para além do físico.

A comunidade abrigava igrejas centenárias com um importante acervo de arte sacra, ruínas arqueológicas, uma rica paisagem natural e toda a imaterialidade figurada na rotina do dia a dia, na dinâmica das relações dos moradores com o espaço, nas tradições locais, nos saberes tradicionais, na tessitura que delimita o ethos do que é ser morador de Bento Rodrigues. A vivência de gerações de famílias e o núcleo existencial de pessoas foram os fatores que tornaram a comunidade de Bento Rodrigues um espaço de memória pulsante (SILVA; FAULHABER, 2020, p.3).

O rompimento da barragem de Fundão causou para as famílias que habitavam o lugar a perda de lugares de memórias, símbolos e identidades. Estes sujeitos foram desterritorializados pelo evento, portanto, as famílias ganharam visibilidade no cenário mundial, ficando conhecidos como atingidos, sendo obrigados a ressignificar a relação com o lugar. Nos próximos tópicos iremos explorar algumas questões para entendimento da reconstituição dos atingidos com o patrimônio, então perdido, com o intuito de reconstituir a "memória afetiva", mantendo vivas as lembranças e as relações simbólicas com o espaço que já não existe fisicamente (SILVA; FAULHABER, 2020).

3.2 O FENÔMENO DA DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO: DO CONCRETO AO SIMBÓLICO.

Preliminarmente, poderíamos dizer que os territórios, em suas diferentes tendências, é fruto da relação entre sujeito e objeto. O território pode ser constituído em torno de lutas, revoluções, instrumentos jurídicos e políticos institucionais, ou seja, é um espaço que pode ser “[...] definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2001, p. 78). Contudo, mesmo compreendendo o território no sentido de lutar pelo seu espaço, entenderemos, nesta seção, o território a partir de vínculos afetivos e de pertencimento com o lugar e com as identidades territoriais construídas coletivamente por meio de signos, símbolos e territorialidades delimitando, assim, um espaço e tornando-o território vivido e justificando nesta vertente a luta dos sujeitos (DE PAULA, 2011).

Para compreensão do deslocamento compulsório causado pelo desastre do rompimento da barragem de Fundão, precisamos compreender a organização espacial por meio das vivências e experiências. De Paula (2010) nos leva a refletir sobre vivência e experiência que, apesar de serem sinônimos, remetem a significados diferentes.

Assim, podemos dizer que o rompimento gerou para as pessoas que habitavam em Bento experiências relacionadas às barragens, visto que estes vivenciaram a perda do lugar, o que gerou o exercício experiencial de desterritorialização onde enxergamos um fenômeno de reorganização social. Através do processo de desterritorialização por barragem, por mais complexo que seja, é possível observar que esse evento experienciado coletivamente influencia no surgimento de organizações, lideranças e movimentos, como é o caso do MAB – Movimento de Atingidos por Barragens⁷.

A noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras,

⁷ Nasceu na década de 1980, por meio de experiências de organização local e regional, enfrentando ameaças e agressões sofridas na implantação de projetos de hidrelétricas. Mais tarde, se transformou em organização nacional e, hoje, além de fazer a luta pelos direitos dos atingidos, reivindica um Projeto Energético Popular para mudar pela raiz todas as estruturas injustas desta sociedade. Disponível em <https://mab.org.br/>

estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa (VAINER, 2008, p. 40).

A partir desse pressuposto, o termo atingido será utilizado para aqueles sujeitos que habitavam Bento Rodrigues e sofreram perdas provenientes desse fenômeno, ou seja, foram atingidas por algo. Neste caso, pelo rompimento de uma barragem e uma desterritorialização compulsória. Essas perdas podem acontecer através dos territórios simbólicos, como algum bem que tenha muito significado como algum objeto que faça sentido para o sujeito; ou físico, como casas e outros espaços e, em casos mais extremos e complexos, a perda de vidas. Dessa forma, podemos perceber que o fenômeno assola os sujeitos também atingindo os seus territórios, criando esta categoria de atingido.

Assim, o território dos atingidos fica mais complexo de viver e conviver, pois, depois da tragédia, Segundo Ertzogue et. al (2017), o

[...] espaço ganha novos usos e sentidos em que o modo de vida é transformado, os projetos de vida são desfeitos, e os laços afetivos são destruídos. Disso deriva o sofrimento dos atingidos. As consequências simbólicas da desterritorialização das comunidades” (ERTZOGUE; FERREIRA; MARQUES, 2017, p. 59).

Nestes casos, é preciso de uma reparação territorial e identitária dos sujeitos, sendo este um processo longo e muitas vezes doloroso. Isso ocorre, pois tal processo demanda um trabalho que envolve o poder público e as entidades envolvidas no processo para construção das ações de reparação individual e coletiva. A reparação precisa ter um foco nos territórios físico, simbólico e cultural com a participação dos atingidos, considerando que não houve só perdas físicas, mas perdas simbólicas. Essas perdas, muitas vezes, podem ser irreparáveis, pois a desterritorialização causada pela barragem de Fundão exige a necessidade de reterritorialização.

Neste cenário, reitera-se a necessidade fundamental de que os deslocamentos sejam conduzidos de forma transparente, com participação ampla dos atingidos, garantindo que suas demandas e perspectivas estejam no cerne das decisões. A proteção integral dos direitos deve balizar os processos, encontrando na moradia adequada estratégia para proteção de um conjunto de outros direitos, econômicos, culturais, entre outros. Dessa maneira, moradia

adequada deve ser compreendida como direito amplo, que inclui toda a rede de relações, formas de uso do território, aspectos materiais e imateriais que garantam a manutenção dos modos de vida das famílias atingidas (CHAVES; MONZONI; ARTUSO, 2019, p. 21).

O processo de transformação territorial experienciado pela comunidade de Bento, a partir do evento relacionado a barragem, gerou conflitos e necessitou de reconfigurações de suas territorialidades. Isso ocorreu a partir da territorialização da barragem e da desterritorialização das famílias e de outros sujeitos sociais que ainda passarão por um processo de reterritorialização o que, de acordo com Ertzogue, Ferreira e Marques, (2017), ocasionou a ruptura das relações sociais e econômicas dos atingidos com o espaço habitado.

Quando tratamos de comunidades atingidas, lidamos com pessoas em seus múltiplos aspectos identitários, o que desencadeia sentimentos, sensações e percepções importantes sobre seu território vivido. Palavras como territorialização, desterritorialização e reterritorialização ganham um novo olhar quando as exploramos com cautela a partir do movimento empático de perceber o outro.

Neste sentido, podemos compreender o processo de desterritorialização por meio de aspectos como extroversão, desenraizamento, massificação e quantificação, reforçando o sentido de desigualdade e hierarquia. Com isso, pode ocorrer a perda do sentido de território. Esse movimento está atrelado aos termos comunidade (tribo ou nação), identidade simbólica, identitária ou funcional, estabilidade e fronteiras. (HAESBAERT, 1995; 2004)

Seguindo esse raciocínio, a reterritorialização implica em processos de enraizamento, introversão e identificação, que redefinem a possibilidade de distinção, diferenciação e alteridade socioespacial. Desse modo, a reterritorialização implica em deixar o estado de simples aglomerados (como massas, subclasses de deslocados e desclassificados, sem identidade, em espaços com limites difusos e grupos suscetíveis à mobilidade). (HAESBAERT, 1995;2004)

Estes modos de territorializar e desterritorializar nos leva a refletir que estamos lidando com pessoas e seus modos de ser e de habitar, ou seja, dos sujeitos e suas territorialidades, que de acordo com Marandola Jr. (2012 p. 17), “esses modos derivam de um conjunto diverso de relações que ao serem construídas temporal e espacialmente resultam em ligações de caráter também diversos cuja manifestação acaba por dar identidade a nós e ao lugar”. Nesse sentido, todo o trabalho de

desterritorialização e reterritorialização dos atingidos requer um olhar humanizador, uma vez que não falamos somente do território físico, mas também, do território simbólico vivido pelas pessoas que muitas vezes não são visíveis ou verbalizadas.

Não há território sem alguém para compô-lo, sendo preciso compreender e fortalecer o sentimento de pertença dos sujeitos para com seu lugar, ou para com seu “novo” lugar. Entende-se que, para que aconteça um processo de reparação e reconstrução simbólica e identitária, é preciso que haja o engajamento e a participação da população atingida, afinal, eles conhecem seu território. É importante que os atingidos tenham voz ativa e participem de todo o processo, garantindo a identificação dos impactos, a dimensionamento das perdas, a valoração material e imaterial dos danos, até o planejamento e o monitoramento da mitigação e a reparação (CHAVES; MONZONI; ARTUSO, 2019).

Há uma complexidade para compreender o processo de desterritorialização da comunidade de Bento, visto que, muitas vezes, as perdas são irreparáveis. Porém, é neste ponto que nos aproximamos da fenomenologia, pois, por meio deste sistema filosófico, é que são fornecidos meios de se abordar a experiência vivida. Isso ocorre visto que os sujeitos e suas perdas apresentam sentimentos e sensações com seu território. Entretanto, as perdas só poderão ser compreendidas mais profundamente através das narrativas de quem vivenciou o evento. À luz disto, este processo nos traz os conceitos de identidade, visto que as comunidades, por meio do território simbólico e das realidades pelo território físico, atravessam sonhos que podem impossibilitar o sujeito de exercer sua identidade.

Concordamos com Woodward (2007) em que, para construção das identidades, é preciso dividi-las em dimensões para então compreender os pontos essenciais de como os sujeitos se identificam dentro da subjetividade. Dessa forma, a marcação de traços se torna essencial para compreensão das diferenças em níveis simbólico, social e subjetivo. Cada traço ou sinal é produto de inscrições simbólicas e representacionais.

Todos vivemos imersos por sonhos e realidades, o que não seria diferente na vida de sujeitos atingidos por barragens. O processo de ser atingido e vivenciar uma desterritorialização pode ocasionar a ruptura de sua própria identidade e representação social, podendo acontecer, também, uma descaracterização de sua identidade territorial. Haesbaert (2006) compreende que identidade territorial se

caracteriza a partir do território, tanto simbólico quanto físico (concreto), sendo que uma das características principais da identidade territorial é sua dimensão histórica advinda do imaginário das pessoas, tendo como referência o território.

Assim, as identidades das comunidades atingidas por barragens podem ser caracterizadas nas memórias coletivas e no imaginário popular dos grupos diretamente ligados ao território que constroem e desconstroem cotidianamente suas relações com o seu território. O sonho de construir é destruído quando acontece uma desterritorialização ou, em casos extremos, o rompimento de uma barragem trazendo uma desterritorialização compulsória. Em ambos os casos, a ideologia de progredir regride gerando um lamento com perdas não só de casas, mas também de outros bens materiais, como a perda da história, da memória, dos sentidos e das percepções dos sujeitos com o espaço vivido.

Haesbaert (2004) elucida que uma mudança abrupta das territorialidades, como podemos entender no caso do rompimento da barragem de Fundão, em 2015, ocasionou para os atingidos que vivenciaram o evento a perda de parte de sua identidade. Estes tiveram que enfrentar mudanças significativas em suas territorialidades com a destruição da maior parte do território de Bento Rodrigues. A parte mais alta do subdistrito não foi afetada pela onda de rejeitos, mas todos os habitantes foram alocados de maneira provisória para a sede município de Mariana - MG (FUNDAÇÃO RENOVA, 2021).

O vínculo dos sujeitos atingidos com o território subterrado pela lama de rejeitos de mineração era muito forte, uma vez que nesse local se materializavam as características simbólicas e identitárias as quais os moradores estavam habituados e, com as mudanças nas relações sociais e no cotidiano, por exemplo, estas referências foram perdidas. Dessa forma, existe a obrigação legal de reassentamento destas famílias, visto que não existe possibilidade de retorno ao território submerso.

Na tentativa de sanar os prejuízos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, foi constituída, por uma ação judicial, a Fundação Renova, uma organização não governamental privada e sem fins lucrativos. A constituição da Fundação Renova se deu por meio de um Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) assinado pela Samarco S/A, mineradora responsável pela barragem de Fundão e suas controladoras e também mineradoras, Vale S/A e BHP Billiton, junto ao Governo Federal e dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. A Fundação

iniciou suas operações em 2 de agosto de 2016 com o dever de reparar e compensar os danos causados pelo rompimento da barragem (ROJAS; PEREIRA, 2017).

Para a construção do reassentamento das famílias atingidas de Bento Rodrigues, a partir de algumas premissas levantadas e determinadas pelos próprios atingidos, uma nova área dentro do município de Mariana foi escolhida. De acordo com a Fundação Renova (2021), a principal premissa apresentada é que a “nova Bento Rodrigues” deve manter sempre que possível as características que existiam na antiga Bento, como a manutenção da vizinhança.

São nos processos de reparação e compensação que parte nossa problemática, em que observaremos como as relações dos atingidos com o espaço conjugam a simbologia e a identidade, e se estas características serão preservadas nestes processos. Buscaremos, por meio de uma abordagem fenomenológica, perceber como as características identitárias aparecem dentro dos processos de mobilidade dos envolvidos e como os moradores se sentem em relação a tais transformações, como a “nova casa” e o “novo habitar”.

Outras questões poderão nortear este trabalho ao adentrarmos no aprofundamento das narrativas dos atingidos, considerando que estaremos diante de uma investigação das relações entre os sujeitos atingidos e a reparação, pois há um reassentamento em curso. Houve o exercício de fazer as casas de acordo com a “identidade das famílias”, em uma espécie de reconstrução da identidade por parte da Fundação Renova. Contudo, retornamos com as indagações: os modos de vida dos moradores da antiga Bento estão sendo considerados no processo de reparação para preservação da identidade? Como os moradores se sentem em relação a esta nova casa, este novo habitar?

Torna-se, então, necessária uma análise comparativa a partir das narrativas dos atingidos sobre o fenômeno para compreender as características identitárias e simbólicas da antiga Bento quanto conhecer processos de reparação dos sujeitos que foram obrigados a se reterritorializar em função de um desastre que obrigou que essas famílias fossem deslocadas.

4. A FENOMENOLOGIA COMO VISÃO DE MUNDO E ABORGEM INVESTIGATIVA

O essencial é saber ver,
Saber ver sem estar a
pensar,
Saber ver quando se vê,
E nem pensar quando se vê,
Nem ver quando se pensa.

Alberto Caeiro heterônimo
de Fernando Pessoa (1914)

Tal qual o poema acima, que nos permite fruir em nossos pensamentos, nos levando compreender o que se vê a partir dos nossos sentidos, esta abordagem é escrita. Entende-se isso, considerando que os desenhos metodológicos são os pilares de sustentação de uma análise científica, visto que eles nos ajudarão a organizar, sistematizar e conduzir o trabalho e, dessa forma, teremos os resultados com os contornos adequados conforme o objeto pesquisado.

Podemos compreender a abordagem fenomenológica como orientação de pesquisa mais adequado nesta produção científica, pois para entender um fenômeno ao invés de criar teorias a respeito do que se investiga, é preciso revelar o fenômeno tal como se apresenta. Nesse sentido, a Fenomenologia será suporte essencial e orientação indispensável para o entendimento da experiência dada pela vivência.

Neste trabalho será importante compreender o conceito de fenomenologia para podermos usufruir das relações entre sujeito e fenômeno em nossas análises, pois é a partir destes entendimentos que poderemos aplicar esta abordagem que dará sustentação e o rigor necessários para esta pesquisa científica. A fenomenologia, nos permitirá compreender e explorar a origem dos fenômenos com a sensibilidade necessária para a utilização de outras técnicas que darão suporte ao entendimento, de acordo com o objeto de pesquisa.

4.1 FENOMENOLOGIA E SUAS RAÍZES

Edmund Husserl pode ser considerado o precursor da fenomenologia enquanto abordagem investigativa. Ainda que a este termo já tivesse sido utilizado, Husserl (2006) o traz como um movimento de pesquisa e análise capaz de atribuir rigor ao sistema filosófico. O autor apresenta a fenomenologia em seu livro 'Investigações Lógicas', onde pode ser compreendida a ideia de como o conhecimento pode ser adquirido e processado a partir de um fenômeno. (DARTIGUES, 2005).

O termo fenômeno pode ser classificado como fato ou evento que pode ser descrito e explicado cientificamente. Para Husserl, estes fenômenos precisam ser trazidos à tona por meio de uma abordagem compreensiva, ou seja, é necessário que o investigador possa compreender à essência dos fenômenos removendo as barreiras cognitivas (julgamentos), hipóteses, pressupostos etc., até alcançar o seu cerne e, dessa forma, teremos o fenômeno compreendido ou 'transcendentalmente' purificado Husserl (2006, p. 27).

Nessa perspectiva, a fenomenologia pode ser classificada como um sistema filosófico que corrobora o entendimento profundo da essência do que é apresentado enquanto fenômeno e, para isto, é necessário a compreensão da consciência do sujeito, levando em consideração as suas experiências constituídas pelas vivências. Note-se, que, o estudo de um fenômeno é complexo, uma vez que este é intrínseco ao pensamento e que só é manifestado por meio da "materialização" do fenômeno (DE PAULA, 2010).

Nesse sentido, o acontecimento vai além da impressão, ele é a relação entre o sujeito e o objeto e, diante desta relação, precisamos perceber como propõe a fenomenologia para além do sentido, isto é, a sua essência. Na visão de Dartigues (2005, p. 20) "a intuição da essência se distingue da percepção do fato: ela é a visão do sentido ideal que atribuímos ao fato materialmente percebido e que nos permite identificá-lo". É como se após a decupagem da parte encoberta dada pela aparência, tivéssemos acesso a essência do fenômeno e, de certa forma, toda essência possui uma identidade que é expressa por meio de sua manifestação. À vista disto, a ciência fenomenológica se faz a partir do que é dado à consciência do sujeito, considerando suas experiências vividas, formulando, então, a realidade.

Husserl (1988), elucida que 'toda consciência é consciência de algo', mas nem tudo que é apresentado se faz pela experiência palpável, quer dizer, pela sensibilidade no âmbito do sentir, mas também pela intuição. A partir disso, a abordagem fenomenológica pode ser compreendida no enxergar além do que é apresentado de forma concreta, além das aparências.

Compreendemos que os fenômenos são inerentes às vontades dos sujeitos, pois as territorialidades e interações acontecem podendo ou não afetar os sujeitos de forma individual e/ou coletiva. Cada objeto é apreendido pelo sujeito dentro de um conjunto de significados e, é neste ponto, que a fenomenologia ganha ênfase entre as ciências, pois como De Paula (2010, p. 41) destaca:

A fenomenologia está no interior das posições da Teoria do Conhecimento, como contrária ao psicologismo e ao idealismo, onde a realidade só existe porque nós a formulamos. Mas o sujeito não é passivo, ele é volitivo: ao lidar com o mundo, com as coisas, doa a estas um sentido.

Os fenômenos acontecem a todo momento, isso ocorre porque existem significados diferentes de acordo com as vivências anteriores dos sujeitos. Logo, o estudo fenomenológico tem a missão de constituir os fenômenos na essência, dando luz aos fatos como eles ocorreram, em outros termos, retornar as coisas nelas mesmas (HUSSERL, 1986).

Retornar às coisas nelas mesmas corresponde ao fato de que existe um conhecimento imanente a cada fenômeno: imanente, pois é aquele conhecimento que norteia sua constituição, é aquela relação entre sujeito-objeto ao qual pouco estamos cientes. Para um conhecimento primeiro do fenômeno não é necessário recorrer a teorias ou outras fontes de conhecimento transcendentais, exteriores ao fenômeno; é necessário, apenas, fazer perguntas regressivas que permitam a elucidação de sua constituição, de sua essência: que clarifiquem a relação entre a irreducibilidade do objeto e a volição do sujeito. Isto é retornar sobre o próprio fenômeno (DE PAULA, 2010, p.42).

A vivência e a experiência, apesar de serem conceitos sinônimos, nos remetem à significados diferentes. Dessa forma, podemos entender que a vivência é expressa por meio das interações dos sujeitos com o mundo. Já a experiência é resultado do aprendizado intrínseco gerado por esta interação. Então, pode-se entender que o resultado de ambos gera o conhecimento experiencial, ou seja, "é na vivência que os

fenômenos surgem; e é a partir da experiência que a produção científica pode acercar sua construção" (DE PAULA, 2010, p. 48).

A partir disso, é importante a análise das vivências propositadas da consciência para que possamos ter o entendimento do sentido dos fenômenos, uma vez que não é possível ter concretude no conceito dos fenômenos vividos. As experiências geradas por meio das vivências primárias darão sentido aos fenômenos, contudo, ninguém poderá vivenciar as vivências de outros sujeitos e/ou grupos, mas poderá ter a compreensão destas através das essências (TEIXEIRA; MARCON; DIAS, 2016)

De acordo com Merleau-Ponty (2006), reaprender a ver o mundo se faz necessário para que possamos perceber a essência de um fenômeno. Para descrição de uma experiência é necessário retornar às próprias coisas, descrevendo-as e não decifrando-as, uma vez que a fenomenologia para Merleau-Ponty (2006, p. 1) pode ser compreendida como "um relato do espaço, do tempo, do mundo 'vividos'". Desta forma, o autor nos leva a compreensão da interpretação da realidade de acordo com experiências, visão de mundo e convicções.

O real deve ser descrito, não construído ou constituído. Isso quer dizer que não posso assimilar a percepção às sínteses que são da ordem do juízo, dos atos ou da predicação. A cada momento, meu campo perceptivo é preenchido por reflexos, por estalidos e por impressões táteis fugazes que não posso ligar de maneira precisa ao contexto percebido e que, todavia, eu situo imediatamente no mundo, sem confundi-los nunca com minhas divagações (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 5).

Nesse sentido, dada a complexidade do entendimento do fenômeno de des-re-territorialização, a utilização da abordagem fenomenológica qualitativa e interdisciplinar se faz necessária para que possamos descrever e compreender com clareza os sentimentos, sensações e percepções das famílias com o ambiente antes e depois do rompimento da barragem de Fundão em Mariana - MG.

A descrição e o entendimento dessa experiência vivida pelas famílias pelo evento de Mariana – MG é de extrema relevância, pois Merleau-Ponty enfatiza o ser no mundo, também elucidado por Lima (2012, p. 34):

o que é percebido por uma pessoa (fenômeno) acontece num campo do qual ela faz parte. Ao considerar o sujeito como corpo no mundo, Merleau-Ponty assinala a importância da experiência perceptiva e nos mostra que a experiência começa no corpo-próprio.

Sendo assim, a abordagem fenomenológica de cunho qualitativo traz uma abordagem compreensiva e interpretativa do objeto de estudo, com o intuito de clarificar e apreender as múltiplas possibilidades geradas pelo fenômeno, valorizando o agir e o pensar das pessoas a partir da experiência. Dessa forma, todos os procedimentos das análises serão voltados para apreender qualitativamente como os indivíduos se enxergam e desempenham o seu papel dentro do processo de reparação, após um deslocamento compulsório, com o intuito de preservação de suas identidades (DE PAULA, 2010).

4.2 A FENOMENOLOGIA COMO ABORDAGEM DE PESQUISA

A metodologia pode ser considerada como a espinha dorsal de um trabalho científico e deve ser escolhida com muita cautela e zelo, pois, a partir disso, teremos sustentação no procedimento de investigação. A condução do percurso a ser trilhado pelo pesquisador é indelével à metodologia na estruturação de forma organizada dos pensamentos e dados, transformando-os em conhecimento científico.

A fenomenologia como abordagem nesta pesquisa nos ajuda a ‘ir às coisas mesmas’ trazendo a essência dos fenômenos dada pelas experiências dos fatos vividos de forma descrita (HUSSERL, 1988). Dessa forma, o método fenomenológico exige do pesquisador a descrição do viver como cerne desta perspectiva livre de definições, (pré)conceitos, percebendo as nuances e limpando as camadas criadas pelas aparências.

Um caminho viável para a pesquisa é por meio da fenomenologia aplicada para compreensão do ser no mundo (relação entre sujeito e objeto), visto que podemos classificar elementos como a vivência dos sujeitos envolvidos. É de extrema relevância que possamos ter, enquanto pesquisadores, formas que nos levem “a compreensão da vivência e apreensão da experiência (e, conseqüentemente, dos fenômenos), [que] foquem o modo como sujeito e objeto se correlacionam, discutam as formas como os indivíduos dão sentido ao mundo.” (DE PAULA, 2010, p. 44).

Sendo assim, o emprego da fenomenologia enquanto abordagem nesta pesquisa se justifica, dado que o rompimento da barragem de Fundão é um fenômeno único e sem precedentes no mundo. Entendemos que poderemos compreender a dimensão desta tragédia a partir da descrição, organização, análise etc. das narrativas das comunidades como em Bento Rodrigues – MG, revelando a essência das conseqüências causadas por esse episódio.

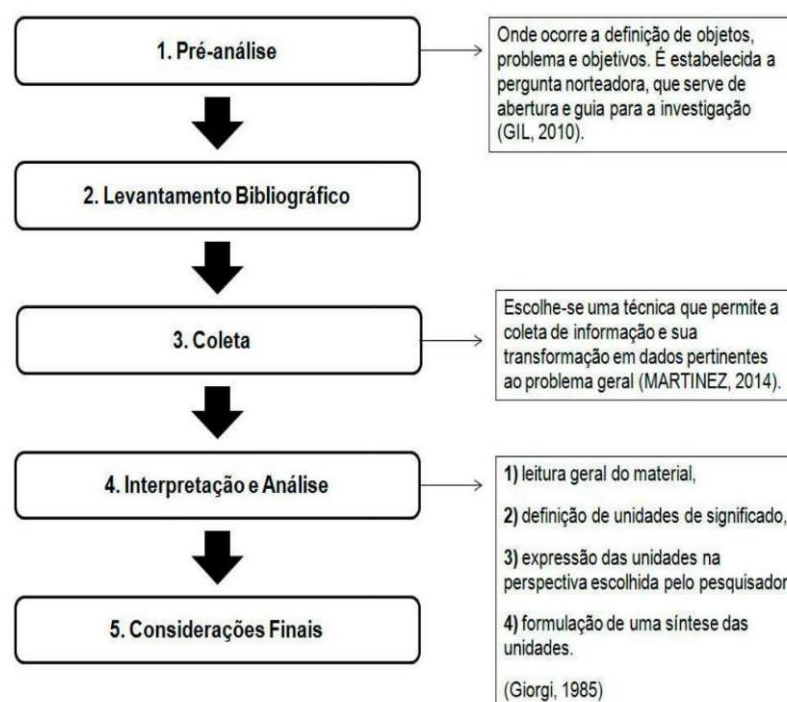
O intuito é que as narrativas dos atingidos falem por si e revelem como esses sujeitos foram afetados e participam do processo de reparação com enfoque para os aspectos identitários e simbólicos, dando luz ao fenômeno que nasce pelo deslocamento compulsório das comunidades atingidas. As análises transcendem o conhecido, pois, como evento único, e a descrição da experiência tal como ela é, gera um acontecimento que necessita de enfoque.

Muitas são as perspectivas com enfoque fenomenológico, contudo, balizado no referencial teórico, foi necessário agregar aspectos das ciências relacionadas à

comunicação para aplicação prática. Isso ocorre por meio das análises e organização das narrativas dos atingidos elucidadas pelo Jornal A Sirene, no qual falaremos adiante. A abordagem de midiatização das narrativas no referido jornal é direcionada ao sujeito, à sua consciência intencional e à experiência de vida a partir do rompimento.

Dessa forma, para apreensão da essência dos relatos trazidos e a compreensão do fenômeno, será utilizado o esquema abaixo desenvolvido por Teixeira, Marcon e Dias (2016) que agrega análises de mídia relacionadas ao fenômeno analisado.

Figura 9: Esquema de método fenomenológico para pesquisas em comunicação.



Fonte: TEIXEIRA; MARCON; DIAS, 2016

A escolha da utilização das Ciências da comunicação é importante nesta etapa de coleta das informações, uma vez que não utilizaremos de entrevistas coletadas em

campo, mas sim de narrativas descritas por um meio midiático que se propõe “dar visibilidade as vozes” dos sujeitos atingidos pelo evento ocorrido em 05 de novembro de 2015.

A retirada compulsória dos moradores de Bento acarretou mudanças drásticas em seus modos de vida, visto que novas formas de exercerem suas territorialidades e lutar pela preservação de suas identidades foram necessárias, por exemplo, na forma de comunicação. Para Gomes (2016), a midiatização é uma forma na qual os sujeitos adaptam suas maneiras de se comunicar. À vista disto, nasce, em janeiro de 2016, cerca de três meses após o rompimento da barragem em novembro de 2015, o Jornal A Sirene.

4.3 “O TOCAR DA SIRENE”: A APLICAÇÃO DO MÉTODO.

O impacto às comunidades por barragens não é um evento novo no Brasil, principalmente pelas construções de hidroelétricas, contudo, o rompimento da barragem de Fundão é um evento específico que gerou um deslocamento forçado de cerca de 600 pessoas, gerando impactos além da perda do território, mas dos tecidos sociais provocando a perda dos seus símbolos, signos e de suas identidades (DA SILVA; BOAVA; MACEDO, 2017).

Dessa forma, este evento causa uma vertente para luta dos direitos dos atingidos. Vainer (2008) destaca que a luta pelo direito estabelecido se dá pelo reconhecimento dos sujeitos que foram atingidos, neste caso, pelo direito à compensação e reparação dos danos causados às famílias, comunidades, pessoas etc. pela Samarco, em novembro de 2015 (VAINER, 2008).

Uma faceta importante da luta travada entre os atingidos e outros movimentos que somaram apoio a estes contra as mineradoras causadoras da tragédia é a manutenção das memórias e identidades de um território submerso em lama. Dessa forma, foi importante, após o rompimento, dar visibilidade à voz dos atingidos, mas também a diversos movimentos sociais e à sociedade civil para luta e criação de um espaço de reivindicações onde o principal interlocutor fosse, de fato, quem vivenciou a tragédia.

Logo após o rompimento, um coletivo denominado “#UmMinutodeSirene” foi criado integrando os atingidos e a sociedade civil e, na sequência, surge em janeiro de 2016 o jornal “A Sirene”, com sua primeira edição midiaticizada em 05 de fevereiro de 2016. O Jornal é independente e reúne a Arquidiocese de Mariana e o Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto (ICSA/UFOP), que procura dar luz aos avanços da reparação, além de resgatar e preservar pelas narrativas dos sujeitos suas memórias. (A SIRENE: PARA NÃO ESQUECER, 2016).⁸

⁸ Tal jornal se configurou como um dos principais instrumentos de disseminação da fala dos atingidos. A definição da pauta, os textos e as imagens são inteiramente feitos por um grupo de atingidos e com apoio de representantes da sociedade civil e de estudantes do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Ouro Preto.

Em sua edição 0 intitulada de “A Sirene: para não esquecer”, o jornal destaca que o editorial é feito “pelos atingidos e para os atingidos”, na luta pela manutenção de seus direitos e memórias, dando-os voz como uma maneira preservar o seu patrimônio e, desta forma, entendemos que sua parcialidade a favor do registro pelo viés dos atingidos. A comunicação estabelecida pelas narrativas descritas e midiaticizada pelo jornal servirão como ferramenta na reparação e reconstrução das identidades rompidas pela desterritorialização compulsória causada pelo rompimento (A SIRENE: PARA NÃO ESQUECER, 2016, p. 2).

É no devir desta discussão que nos interessa explorar o editorial A Sirene, pois é a partir deste que poderemos compreender a experiência dos atingidos e perceber o desastre do rompimento da barragem como um acontecimento registrado por um instrumento jornalístico que foi capaz de criar uma rotina de produção midiática. Essa capacidade surge pela necessidade de registro das memórias e explicações dos impactos causados.

O jornal A Sirene possui sua edição mensal lançada todo dia 05 como forma de rememorar o acontecimento, já que o ocorrido se deu no dia 05 de novembro de 2015. O editorial apresenta em média 16 páginas, salvo algumas edições especiais, como os aniversários do desastre .

Para entendimento do editorial, é importante nos questionarmos o porquê de existir um jornal “feito para e pelos atingidos”. Pois a necessidade se dá na conjuntura da sociedade capitalista onde a midiaticização pelos meios jornalísticos, por vezes, tendem a atender a critérios de noticiabilidade para a publicação.

De acordo com Campos, 2017, a comunicação via jornais vinculadas as diversas mídias e influenciada pelo capital, utilizam a linguagem em seus veículos como forma de narrar e elucidar a realidade, porém nem sempre de forma imparcial. Podemos, por vezes, perceber que a forma de linguagem no editorial A Sirene, que está vinculada a alguns grupos e, acabou utilizando-se de algumas narrativas muito similares a dos grandes veículos para tematizar o evento. Assim, este veículo se apresenta como uma concorrência a outras linguagens comerciais, pois nesta perspectiva a linguagem apresentada pelos grandes veículos acabam deixando despercebidos as experiências sociais que os atingidos vivem.

Desta forma, fica evidente ao longo da leitura das edições, que o tipo de jornalismo e a parcialidade trazida pelo jornal A Sirene que representar em suas páginas novos sentidos para o rompimento da barragem de Fundão, sentidos estes que os atingidos puderam se identificar e ao mesmo tempo apresenta relevância por sua estruturação, pois não apresenta características de um jornal amador, panfletos, mas de um editorial “sério” com ampla participação dos alunos do curso de jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP.

Diante deste contexto, percebemos que, pela sua estruturação, o editorial carrega consigo um conceito, cujo objetivo é tentar construir um lugar de legitimidade de leitura e interpretação das problemáticas pela ótica dos atingidos. “Neste aspecto, podemos destacar o próprio nome do jornal: A Sirene. Uma Sirene serve para alertar, avisar, chamar atenção, assim, o jornal visa chamar a atenção para o problema público que se desencadeou a partir deste acontecimento” (CAMPOS, 2017, p. 38).

Nas edições do editorial, na página inicial, é explicado o posicionamento do jornal frente ao ocorrido, que destaca ser um lugar de memórias onde a voz do atingido possa ser representada. Importante ressaltar que nesta página também traz um resumo da edição e os responsáveis por esta como, por exemplo, os responsáveis pela versão da edição, editores, colaboradores, apoiadores, atingidos, alunos da universidade, fotógrafos, triagem, agradecimentos além de telefones úteis e avisos urgentes.

Existe uma padronização dos editoriais presentes no jornal, como: “A gente explica”, “agenda” e “direito a entender”. As demais composições são elaboradas por reportagens que são construídas com os atingidos com apoio dos alunos de jornalismo da UFOP, possuindo uma linguagem mais simples que traz uma mescla entre a linguagem formal e os dialetos utilizados pelos atingidos nas entrevistas.

E foi por meio da presença da memória, da identidade e da experiência no jornal, apresentadas por meio da categoria tempo. No entanto, nota-se que no jornal A Sirene, justamente por fugir das características de um tabloide convencional, a categoria tempo é acionada para dar lugar à memória e a identidade dos atingidos. O que provoca a emergência da memória e da identidade é a temporalidade afetada

pelo acontecimento já que a memória é reconfigurada ou mesmo configurada a partir do acontecimento.

Figura 10: Capa da edição zero do jornal A Sirene de FEV/2016.



Fonte: A SIRENE: Para não esquecer, 2016

Neste ponto, o jornal se torna peça fundamental no desenvolvimento desta pesquisa, pois as investigações de como o processo de constituição e/ou reconstituição das identidades, a partir dos valores e dos significados sociais e culturais no contexto pós-desastre, se dão por meio das narrativas dos atingidos trazidas pelo jornal.

Propõe-se, assim, uma abordagem trazendo elementos das disciplinas de comunicação e geografia que operacionalizará através da análise de conteúdo (BARDIN, 2009; FONSECA JUNIOR, 2014) midiático orientada fenomenologicamente. Tal abordagem clarificará a representação que os atingidos

têm sobre o que foi morar em Bento Rodrigues por meio de velhos significados que retratam suas identidades. A partir disso, poderemos compreender o poder do lugar de modo que a “memória e a ideia de pertencimento contribuam para repensar o passado, ao mesmo tempo em que trazem uma expectativa de futuro enraizado nesse passado” (SILVA; FAULHABER, 2020, p. 5).

As narrativas trazidas pelo jornal possuem formatos distintos e, dessa forma, será necessário um aprofundamento e uma análise comparativa⁹ das falas dos atingidos midiáticas pelo jornal A Sirene caracterizando-se, portanto, como uma metodologia qualitativa. Baseados nisso, podemos resumir que o desenvolvimento da pesquisa será realizado conforme o esquema de método fenomenológico para pesquisas em comunicação, sintetizado nas fases que veremos a seguir, a partir de nosso objeto.

A “pré-análise” foi a fase de determinação dos limites do objeto a ser investigado pelas narrativas trazidas por um veículo de mídia, o Jornal A Sirene, por quem vivenciou o rompimento da barragem. Esta fase foi o momento em que demarcamos qual seria nosso objeto documental, com importantes falas dos atingidos que nos servirão de material analítico.

Posteriormente, na “Construção do referencial teórico”, optamos por trabalhar a pesquisa bibliográfica teórica e documental constituindo a relação sujeito, objeto e espaço abordando e apreendendo aspectos identitários. É também nesse momento que selecionamos os autores que nos auxiliaram para compreensão do material coletado.

Na fase da “Coleta e tabelamento” escolhemos 68 edições do jornal A Sirene publicadas de fevereiro de 2016 a dezembro de 2021, que trazem narrativas dos atingidos e que foram classificadas em temas. Dessa maneira, o que foi classificado como tema se deu pela relevância com o objeto de pesquisa (manutenção de uma identidade territorial em processos de desterritorialização), e não a frequência com que aparece no discurso.

O “Cruzamento e análise de dados” foram feitos a partir da análise dos temas e da junção das narrativas, destacando-as em unidades de sentido, que caracterizam

⁹ Para Prodanov e Freitas (2013, p. 38) O método comparativo possibilita a análise dos fenômenos concretos “com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles”

a estrutura significativa do fenômeno. E, por fim, as “Considerações finais”, em que revelamos como a essência dos fenômenos encoberta pela aparência pode contribuir para preservação da identidade.

A Coleta e o tabelamento serão utilizados como os procedimentos principais para exercitar o percurso investigativo acima, pois, a partir disso, poderemos conceber as unidades de sentido em que a identidade surge como essência. Optamos por observar as circunstâncias e os possíveis sentidos propostos para preservação desta identidade, por meio das produções culturais, habitar, lugar, a perda, a luta, o futuro etc., pois, através disso, conseguiremos compreender a relação dos sujeitos com o território vivido.

5. ENTRE SUJEITOS E PATRIMÔNIO: CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES DE SENTIDO

No processo de aprofundamento das narrativas foi perceptível que a mudança de território, de forma repentina, levou os atingidos a criarem formas de manterem vivas as memórias identitárias do território concreto e simbólico submerso pela lama. Foi preciso encontrar e situar alguns pontos de convergência que tivessem, na sua essência, um sentido comum para compreendermos como as memórias submersas, pós rompimento, criaram unidades que nos levam a refletir sobre o que é ser parte da comunidade de Bento através sentido individual ou coletivo dado ao lugar.

Partindo de análises comparativas realizadas através das narrativas dos atingidos publicizadas nas **68 edições do Jornal “A Sirene”**, percebemos que os atingidos constantemente evocam a relação com a cultura, a casa, o habitar, o lugar, as tradições, a luta e a expectativa de futuro, Esse movimento nos possibilitou separar tópicos para construção de unidades de sentido, dado que, a partir delas, analisaremos o construir e reconstruir com o intuito de preservar as identidades, os valores e os significados sociais e culturais dos indivíduos no território, no contexto pós-desastre.

Diante disso, um tema comum que emergiu nos jornais foi a relação entre o sujeito e o patrimônio, um paralelo entre o sujeito e a cultura e seus modos de ser e habitar em seu território.

O patrimônio é, então, compreendido dentro de um processo cultural que envolve atos de recordações trabalhadas a fim de serem criadas maneiras para melhor entender e se engajar no presente. Nessa ordem, os locais e os ritos são ferramentas culturais determinantes para a afirmação das identidades. A perda desses referenciais sugere um vazio quanto ao lugar do sujeito no mundo. (SILVA; FAULHABER, 2020, p. 5)

Diversos foram os registros encontrados no jornal que evocam os sentimentos de luta, dos locais, ritos culturais etc. Contudo, é possível perceber que isso se dá para reconhecimento e defesa do patrimônio, seja ele concreto ou simbólico, submerso com os rejeitos de mineração da Samarco S/A e, de certa forma, desta luta emerge a relação de reconhecimento das histórias, do lugar e dos atingidos.

A composição do Jornal A sirene, como dito, é uma forma de luta pela preservação das memórias e, por meio desta, existe uma questão de defesa do

patrimônio e, conseqüentemente, das identidades daquele território que, concretamente, não existe mais. Em certa medida, esse movimento se dá pela perda física que fez com que a comunidade passasse a observar seu patrimônio em seus mais diversos aspectos materiais e imateriais, e uma conscientização de suas territorialidades e identidades contidas em diferentes esferas do habitar.

A conscientização, caracterizada pela perda do território concreto, pode ser entendida como uma consciência de identidade (GONÇALVES, 2015). Foi por meio da organização dos atingidos em unidades dadas, pelo sentimento de pertença e afetividade que a defesa da cultura passa a ser fundamental para o entendimento do narrar suas vivências e experiências, partindo do que era a comunidade antes do rompimento e o que passou ser após o ocorrido. Assim, os atingidos repovoam o patrimônio e, de certa forma, se tornam protagonistas na reconstrução e preservação das suas identidades (MENESES, 2017). A partir destas associações, aprofundaremos estes entendimentos através das unidades de sentido resumidas no quadro abaixo:

Tabela 6 Composição das análises de sentido

	Unidades de sentido	Composição	Crítérios
1.	DO VIVER EM RISCO A CONSTITUIÇÃO DO HABITAR: A CASA COMO LUGAR	Relação entre sujeito, casa, território (territorialidades) e habitar.	Sujeito, o espaço, a vida urbana e suas relações sociais no território
2.	O DESPERTAR DA IDENTIDADE: DA PERDA À LUTA PELA RECONSTRUÇÃO DO PASSADO	Relação entre habitar, o lugar e a casa que não mais existem da mesma forma.	Perda, a luta, e as perspectivas de futuro
3.	PARTICIPAÇÃO DOS ATINGIDOS NA CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO: NOVAS LENTES PARA ENXERGAR O FUTURO	Relação entre concepção de futuro, reassentamento e participação social.	Reconstrução do patrimônio, construção conjunta, reconstrução do passado.

4.	DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO EM TRÂNSITO	Relação entre os sujeitos, Des-re-territorialização e tempo (passado, presente e futuro).	Território submerso, moradia temporária, reconstrução da casa
----	--------------------------------------	---	---

Organização: Autor da pesquisa, 2022.

5.1 DO VIVER EM RISCO A CONSTITUIÇÃO DO HABITAR: A CASA COMO LUGAR

Nesta unidade, iremos aprofundar o entendimento das narrativas a partir das relações dos sujeitos com o território e, diante disso, iremos explorar as essências das territorialidades dos sujeitos para que possamos compreender o sentido e a constituição do viver. A partir disso, traçaremos paralelos sobre a relação entre o sujeito, o espaço, a vida urbana e suas relações sociais no território.

As correlações do viver em Bento são complexas, pois a comunidade existe desde o século XVIII, mas a relação direta com a mineração de forma mais “agressiva” se estabelece a menos de 40 anos com a chegada da atual Samarco S/A. Isso consolida novas formas de utilização do território, inclusive dos modos de vida para os moradores. Apesar de haver uma autenticidade ou uma identidade que os moradores exerciam na relação com o lugar, o dia a dia em Bento era com a consciência do risco, com o medo da moradia sob o perigo constante, de em algum momento ecoar o tocar da sirene, como podemos refletir pela narrativa do atingido Antonio Geraldo dos Santos:

Fazendo uma reflexão com o passado há muito o que lamentar. É possível deduzir que nada foi por acaso [...] começaram comprando tudo o que estava a nossa volta, nos deixaram cercados. Sabíamos quem tinha o domínio territorial da região. Nos tornamos um empecilho para as empresas, que só não encontraram uma maneira de comprar a vida das pessoas, pessoas simples, mas com raízes profundas. Um povo que amava seu cantinho e sua história, que contava do começo de Minas Gerais e mostrava que não havia dinheiro que valesse a liberdade e o orgulho. Surgiu, então, a oportunidade: a barragem de Fundão estava instável, corria o risco de romper. O que fazer? Resolver o problema da barragem ou tomar posse do Bento? Sabemos a resposta (SANTOS, A. G. 2017, p. 8).

Carlos Drummond de Andrade, nos anos de 1970, já denunciava, por meio das suas poesias, quase de forma profética, como a prática extrativista da mineração gerava impactos e transformava os territórios sem levar em conta as histórias e vivências, criando catástrofes para a paisagem, as territorialidades, comunidades e suas identidades.

Olhai as montanhas,/ Olhai as montanhas, mineiros./ Como a Serra do Curral, mutilada/ Vós que não as defendeis, olhai-as enquanto vivem pois,/ A golpes de tratores vão sendo assassinadas/ Pela culpa única de suas entranhas de ferro./ Mineiros, por que não percebeis que essa

ferrugem que vos empoeira os olhos,/ essa terra, vermelha, é o vosso sangue,/ Injustamente derramado, na luta que vos abate?/ [...] Olhai as montanhas, mineiros,/ Como o Itacolomi dos inconfidentes,/ Vós que vos omitis, olhai-as enquanto vivem pois,/ Em centenas de vagões, como urnas funerárias,/ Vão sendo levados seus pedaços, inermes.

Figura 11: Marco da Estrada Real de Bento Rodrigues submerso em lama.



Fonte: Prado (2015)

A imagem acima ilustra o poema de Drummond e nos permite compreender a destruição do patrimônio pela lama e o despertar da comunidade que advém pela busca do reconhecimento de suas próprias existências e histórias. O habitar de forma concreta, neste caso, já não existe, contudo, este passa a ser a defesa do patrimônio, pois diz respeito “à defesa de suas identidades, mantidas pela memória do espaço e pela luta envolvida na celebração de eventos que ocorriam no território destruído” (SILVA; FAULHABER, 2020, p. 5).

Diante do exposto, percebemos que as narrativas trazem uma consciência do perigo eminente do habitar na comunidade, mas esta consciência não foi capaz de causar ações que pudessem mitigar o impacto do desastre: será que esta consciência do risco se deu após a tragédia? Qual sentido tem o habitar? Estes questionamentos

nos permitem explorar como as territorialidades eram constituídas, mesmo com o risco eminente de uma tragédia anunciada.

Figura 12: Depoimentos sobre quem foi a sirene para os atingidos



SEU SEBASTIÃO

“Minha sirene foi Deus. Vi a lama a cinco metros de onde estava; corri muito, se não corresse morreria. Salvei minha irmã de 70 anos, carreguei ela no colo”

ARNALDO

“Acordei às 16 horas e ouvi o Gladismar gritando na praça. Ele foi a minha sirene. Depois disso salvei seis pessoas da lama”



SÔNIA

“Minha sirene foi a gritaiada na praça, a afobação do povo. Não deu tempo de correr. Quando vi, a lama já estava na minha garagem. Eu, meu filho e meu sobrinho nadamos na lama grudenta em zig-zag, fugindo da correnteza, até chegar em um ponto firme”

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 00¹⁰

Compreender que a sirene de cada sujeito se deu de um modo diferente, seja pela religiosidade, pelos gritos ou pela correria das pessoas, o que demonstra que a verdadeira sirene foi pelo espírito de união entre a comunidade, que fez com que cada indivíduo salvasse a si e aos seus familiares/amigos mais próximos. O sentido de viver estava acima dos bens materiais.

Isso nos permite refletir sobre o sentido do habitar que se torna ainda mais complexo, visto que coloca em pauta como o sujeito cria e ordena o mundo, mesmo diante de uma possível catástrofe, o que nos permite interrogar como os atingidos construíram e habitaram lugares em torno do risco. Heidegger (2001) nos permite

¹⁰ Citado em A Sirene, para não esquecer (2016).

tecer argumentos para estes questionamentos, sobretudo quando compreendemos que o modo de habitar traz elementos de como os sujeitos são ou estão em relação ao espaço. Dessa forma, a construção do habitar não se dá apenas pela edificação das alvenarias para habitação, mas na relação de uma construção afetiva e de pertença com a casa, ou seja, “habitar seria, em todo caso, o fim que se impõe a todo construir” (HEIDEGGER, 2001, p. 126), ou uma maneira de alicerçar sua moradia e acreditar que uma tragédia nunca irá acontecer.

De Paula (2010) reflete sobre a concepção do habitar trazida por Heidegger e elucida que no construir ou cultivar os sujeitos devem abrigar e proteger (resguardar) as coisas, e isto, feito internamente na paz de um abrigo.

Resguardar é, em sentido próprio, algo positivo e acontece quando deixamos alguma coisa entregue de antemão ao seu vigor de essência, quando devolvemos, de maneira própria, alguma coisa ao abrigo de sua essência, seguindo correspondência com a palavra libertar (*frein*): libertar para a paz de um abrigo. Habitar, ser trazido à paz de um abrigo, diz: permanecer pacificado na liberdade de um pertencimento, resguardar cada coisa em sua essência. O traço fundamental do habitar é esse resguardo. O resguardo perpassa o habitar em toda sua amplitude (HEIDEGGER, 2001, p. 129 – grifos do autor).

Partindo deste entendimento, do construir para habitar, o sujeito cria, de certa forma, o lugar pelos significados e os ordenamentos dados entre o espaço e as relações, pois é neste lugar cheio de sentidos que existirá o resguardo apontado por Heidegger como a do ser e estar no espaço, até mesmo em sua transformação em lugar¹¹.

O espaço e as relações se tornam um ambiente conhecido para os sujeitos a partir das vivências, criando, então, a relação com o habitar. Dessa forma, podemos dizer que o habitar, enquanto lugar, é o cerne de significados edificados pelas experiências. No lugar crescem as referências afetivas ao longo da vida a partir da convivência com o lugar e o outro (TUAN, 2013). Diante disto, as relações que

¹¹ É um ambiente carregado de afetividade, pontilhado por artefatos sociais ou objetos naturais que servem como pontos de referência e, muitas vezes, evocam memórias pessoais. O lugar é uma parte essencial da identidade dos que o habitam. (MAGNOLI, 2006, p. 24).

aconteciam em Bento doavam sentido ao território por meio das memórias construídas caracterizando-o como lugar, podemos refletir sobre, abaixo, nas narrativas dos atingidos Sandra Quintão (do Bento) e Manoel Marcos Muniz (do Bento):

A Galinhada e o feijão português.
Feijão vermelho não levava porco, Só carne de boi e linguiça.
Minha irmã Terezinha que fazia, mas foi Maria que ensinou.
Teve uma vez numa virada de ano diferente.
Mesa na rua: dona Ducha traz o macarrão, dona Cema traz o que puder trazer.
Cada um traz o prato de casa.
Peço muito a Deus pra ter isso de volta.
Sandra Quintão (do Bento)¹²

As ruas em Bento ganharam nome em 1982, porque foi quando chegou a energia lá. A Rua Raimundo Muniz, onde morava, foi uma homenagem ao meu avô, Raimundo Custódio Muniz. Quando a luz chegou, acharam justo dar o nome dele, pois ele era um contador de histórias. Ele saía de Bento Rodrigues e andava dois ou três quilômetros, no sentido de Mariana, pra contar histórias para as pessoas num lugar que chamavam de 'piteiro'.

A minha rua era sem saída, a única movimentação foi nos anos 1980, quando eles começaram a mexer com garimpo lá perto. Passava carro direto, mas, depois que o garimpo terminou, não víamos quase movimento nenhum.

A Rua Ouro Fino é um caminho que vai pra cachoeira de Ouro Fino, mas eles chamam de Moisés, deve ser por causa de um fazendeiro que tinha na região. O nome Ouro Fino surgiu a partir da extração de ouro que tinha ali perto de um cara chamado Carlos Pinto – inclusive, tem uma rua no Bento com esse nome. Ele trabalhava com maquinário pesado de extração desse ouro e passava ali na estrada. As pessoas costumavam garimpar esse local também, porque achavam um pouco de ouro fininho que ficava lá. Essa história foi que eu ouvi.
Manoel Marcos Muniz (do Bento)¹³

Podemos perceber que o espaço contém vários significados para os atingidos, sendo assim, este espaço ganha a definição de lugar que, por sua vez, passa a incorporar os sentidos dados pelos sujeitos caracterizando as suas identidades. Em concordância com Woodward (2007), que, para constituição de uma identidade, há

¹² Citado em QUINTÃO, S. (2016, p. 9)

¹³ Citado em FILGUEIRAS, S. (2017, p.4)

algumas dimensões e características que advém do concreto e que passam a fazer parte do simbólico e, vice-versa, por meio da interação com o ambiente. Dessa forma, a identidade de Bento, enquanto lugar, para os atingidos pelo rompimento da Barragem, como uma parte do “eu” destes sujeitos, foi tecido em um complexo emaranhado de sentidos conscientes e inconscientes, sentimentos, valores, objetivos, preferências, habilidades e tendências (GONÇALVES, 2007).

“A festa de São Bento, padroeiro da nossa comunidade, era o momento mais esperado para nós. A comunidade se envolvia.”
Cláudia de Fátima Alves, moradora de Bento Rodrigues
(CARVALHO, J; VALVERDE, J, 2020).

“O dia de São Bento é muito importante pra nossa comunidade. São Bento é festejado duas vezes no ano. Em nossa comunidade, a festa é em julho. Nós, que moramos em Bento Rodrigues, temos o privilégio de tê-lo como padroeiro, esse santo tão querido e amado, íntimo de Deus. Não tem como dizer como é a fé, porque ela nasce de dentro pra fora, é algo que não se explica, é algo que se sente, é algo que é capaz de mudar o que se pensa e o que se faz. É muito bom. A devoção a São Bento nos faz acreditar naquilo que é sagrado, naquilo que é invisível.”
Rosilene Gonçalves da Silva, moradora de Bento Rodrigues
(CARVALHO, J; VALVERDE, J, 2020).

A identidade de Bento, enquanto lugar, se dava pela apropriação do espaço pelo seu povo. A apropriação exemplificada advém dos ritos religiosos e objetos que eram utilizados como instrumentos culturais categóricos para a reverberação das identidades, dos sujeitos e do lugar, pois, “um sujeito, ao apropriar-se de um lugar, com o tempo, deixa sua marca e, ao transformá-lo, inicia um processo de reapropriação com o ambiente, colocando nele objetos com o qual se identifica” (GONÇALVES, 2007, p. 28-29). Os sujeitos criam suas territorialidades a partir do sentimento de pertencimento com seu território que, mesmo marcado por relações de poder, escrevem histórias individuais e coletivas que ficam gravadas nas memórias.

As identidades coletivas de Bento podem ser caracterizadas pelas festividades e, principalmente, pelos ritos religiosos como as procissões realizadas nas ruas envoltas da capela de São Bento, também padroeiro do município. Para cada atingido, a apropriação dos espaços da igreja na comunidade se dava de formas diferenciadas, a depender das relações e vínculos dados pelas experiências, pois, “os processos de apropriação são complexos e se dividem em dois aspectos fundamentais:

comportamentais de ação-transformação e de identidade de lugar simbólica – identidade do sujeito com o espaço, na qual se incluem os processos afetivos, cognitivos e interativos” com os patrimônios e as pessoas (GONÇALVES, 2007, p. 29).

Figura 13: Capela de são Bento em Bento Rodrigues



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 41¹⁴.

É nessa troca de sentidos com território que surge a identificação com o lugar, e em decorrência os sujeitos se propuseram a habitar, pela identificação, relação de afeto, do sentimento de pertença com o território.

O território neste caso não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2000, P. 48)

Neste ponto, a relação entre o atingido e seu território se apresenta repleta de sentidos e significados e ganha a conotação de resguardo proposta no conceito de habitar de Heidegger (2001), pois é neste que ele resolve edificar seu lar. A casa pode

¹⁴ Citado como PINTO, L (2019, setembro).

ser considerada um lugar privado, uma vez que o habitar é intrínseco ao construir, a casa é o patrimônio, a forma mais simples para apreensão do sentido de morar (LEFEBVRE, 1970).

A casa representa a segurança, pois é nela que os atingidos podiam exercer o “ser” em sua completude, tendo uma referência no espaço, na existência e na construção de si e, possivelmente, de outros. Em suas casas, os moradores atingidos abrigavam seus símbolos, pertences, cuidavam de seus animais e se sentiam seguros no mundo, visto que esta representava a habitabilidade, uma vez que a casa era organizada ao modo de cada um, consoante às atividades cotidianas que eram desenvolvidas e desempenhadas naquele lugar (MARANDOLA JR., 2008).

Lá em Bento, eu tinha meu fogão à lenha; aqui, eu uso a gás e ele não dá pro mês; e, quando ele acaba, nós esperamos virar o mês pra conseguir comprar outro, senão ficamos sem. Lá, quando quisesse chupar uma cana, tinha; e aqui é o quê? Se não tinha verdura, meu sogro levava pra gente; e aqui? Lá, eu não comprava banana, laranja, mamão; e aqui preciso comprar tudo isso (TORRESa, 2018, p. 14).

Joana D’Arc, moradora de Bento

O rompimento traz para os atingidos, de forma repentina, o deslocamento compulsório das famílias para uma nova residência onde a morfologia espacial difere completamente da antiga, obrigando-os a passarem por uma reterritorialização brusca com novos modos de ser e agir. Dessa forma, podemos perceber que os sujeitos não possuíam laços de pertença com o novo espaço. Além disso, o território, a casa, o lugar perdem o sentido de resguardo, de lembrança, pois os sujeitos não possuem da mesma forma as referências espaciais e identitárias.

5.2 O DESPERTAR DA IDENTIDADE: DA PERDA À LUTA PELA RECONSTRUÇÃO DO PASSADO

Nesta unidade, iremos tecer o entendimento a partir do desastre do rompimento da barragem de Fundão e suas consequências para os sujeitos diretamente atingidos. Começamos trazendo a compreensão da essência, por meio das narrativas que será fundamental para apreensão de como a perda, a luta, e as perspectivas de futuro estão interligados com o habitar, o lugar e a casa que não mais existem da mesma forma. Nosso olhar se pauta no intuito de entender como essas famílias estão fazendo para preservação das identidades coletivas e individuais que, em parte, estão soterradas pela lama de rejeito provocada pela mineração da Samarco S/A.

No dia 05 de novembro de 2015, logo após o rompimento da barragem, a Samarco em conjunto com a defesa civil de Mariana - MG levaram as famílias atingidas para o Ginásio Poliesportivo na sede do município e, um dia após, as famílias atingidas começaram a ser encaminhadas à hotéis e pousadas da cidade. Um mês após o rompimento, as primeiras famílias desalojadas de suas casas foram remanejadas para casas alugadas pela mineradora e se tornaram “celebridades da desgraça” pela tragédia. Podemos verificar por meio das narrativas abaixo (Citado em A Sirene: Para não esquecer, 2016, p. 14):

“Meu primeiro contato com a mídia foi quando ainda estava no meio da lama, lutando para socorrer pessoas.”

“No céu, outra tempestade, só que de helicópteros da Globo, SBT, Record. Nenhum nos ajudou.”

“Às vezes, pedem para fazer cara de triste para as fotos e aproveitam quando choramos.”

“Estou com birra de jornalista”

Figura 14: Atingidos abrigados em um ginásio da cidade de Mariana.



Fonte: Tinoco & Sanches (2015)

Não esperava um dia estar aqui em Mariana como estou hoje. Dependendo dos outros. A barragem foi a pior coisa que aconteceu na minha vida. Trabalhei tanto, lutei tanto... Quero minha casa. Tenho muitos questionamentos. Se receber outra casa pode ser até melhor, mas igual a antiga nunca mais. Atingida VERA LÚCIA, do Bento¹⁵.

A insegurança ou a falta de resguardo, que é constituída no habitar, na relação com a casa, é notoriamente perdida, mesmo os sujeitos atingidos estando em casas locadas, hotéis/pousadas ou casa de parentes, conforme narrado acima. Compreendemos, assim, que o novo espaço físico e edificações não constituem ou fazem parte das identidades dos atingidos, pois não há constituição do sentimento de pertença com território enquanto lugar. A cidade de Mariana era um local de passagem e não de moradia e, neste novo espaço edificado, não possuía os elementos necessários como os sentimentos e símbolos que constituíam e determinavam o uso do território submerso.

Quando a gente vivia lá? Todo mundo vivia num lugar tranquilo. Todo mundo tinha sua casinha. Quem não tinha, pagava seu aluguel, mas era gente dali mesmo. Se chegava um estranho para morar, todo mundo sabia que estava chegando e fazia as amizades. Era um lugar gostoso. Todo mundo conhecia todo mundo. A gente podia dormir com

¹⁵ Citado como TROPIA, F; Peixoto A (2017, janeiro).

a janela aberta e todo mundo morava perto. Eu via todo mundo, todo dia. Os vizinhos, a gente gritava um e outro do muro. Dona Penha me gritava de lá, eu gritava ela de cá (HELENA, 2017, p. 13).

Maria das Graças Quintão, Bento Rodrigues.

Diante do exposto, é compreensível o sentimento de angústia dos atingidos gerado pela perda repentina das relações sociais a partir da des-re-territorialização compulsória de suas realidades. Essas mudanças soam como um aprisionamento dos sujeitos que são privados de exercer sua liberdade como antes. Diante disso, podemos compreender o poder do lugar enquanto patrimônio ligado ao pertencimento e territorialidades que, para Gonçalves (2015), é a liberdade de expressão do ir e vir nas mais variadas formas. Tal entendimento inclui a pequenez de um povo em sua singularidade em viver de forma livre no interior e constituir suas identidades e de seus grupos e segmentos sociais. Santos (2002, p.16) caracteriza o uso do lugar, como, “o território usado, pois são os objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”.

A relação dos sujeitos atingidos com a sede de Mariana não é constituída como um lugar, pois, o que percebemos é que os sujeitos buscavam meios de se encontrar no novo espaço, contudo, não há uma relação de pertença, não há sentimento, paradoxalmente, há perdas e sensação de estranhamento. Muitos dos atingidos não se reconhecem no novo lugar, que antes tinha outras funções, outros significados, ou seja, o novo lugar era utilizado para solução rápida de algumas situações cotidianas, como serviços bancários, saúde etc., contudo, este novo território passa ser “o lar” dos sujeitos “desterritorializados”. De certa forma, a insegurança surge como um marco nesse novo território onde as relações de confiança são geralmente raras.

A “consciência de identidade”, no qual falamos em capítulos anteriores, passa a ser entendida aqui como um despertar para o patrimônio concreto, simbólico e identitário que foi perdido após o rompimento. Podemos ter a compreensão deste fenômeno por meio da narrativa dos atingidos Antônio Dalua, Genival Pascoal e Lucimar Muniz:

É curioso como o rompimento da barragem nos trouxe certos entendimentos, e com eles passamos a valorizar ainda mais o que sempre nos pertenceu, mas não dávamos o devido valor (DALUA et al., 2017, p. 6).

A luta pela preservação da identidade, do habitar, do fazer parte, neste caso, advém do sentimento de perda do território e, neste momento, os atingidos, de forma mais conscientes do lugar, passam a se organizar para preservação da sua cultura, conservação de um território e de suas referências que estão enterradas em lama, mas, que ainda vivem no interior de cada sujeito.

Por termos perdido todas as nossas referências, principalmente a nossa Capela, a imagem de São Bento e tudo mais, pedimos a Deus coragem para prosseguir (DALUA et al., 2017, p. 6).

Os bens materiais e os sentimentos “perdidos” que já compuseram o espaço concreto de Bento, constituindo a identidade e pertencimento, através da doação de sentido entre as pessoas e o lugar, é envolvido pela cultura que, por meio da narrativa acima, percebemos o quanto os ritos religiosos e culturais faziam parte do cotidiano e afirmavam a identidade deste povo. Contudo estas manifestações não podem mais ser exercidas da mesma maneira, pois os símbolos, como as imagens, ruas e até as pessoas não mais existem. Podemos sugerir que existe um vazio enquanto lugar para os atingidos.

No sentimento de vazio do lugar que emerge o grupo, formado por atingidos, denominado “Loucos por Bento”¹⁶ para que exista uma relação mais intrínseca com o território submerso. A luta do movimento é no intuito de preservação das memórias e defesa do patrimônio, é possível associar que esta união entre os atingidos, as idas coletivas à Bento, traz uma ligação identitária de pertencimento à comunidade como podemos analisar por meio da narrativa da atingida Maria Quintão:

Sempre que possível, vamos pra lá [Bento] tentando resgatar não as coisas materiais, mas as nossas vidas. Combinamos as nossas ações e sempre nos reunimos nos finais de semana. Das casas que a lama

¹⁶ O grupo surge como tentativa por parte dos atingidos de ressignificarem o espaço destruído, ao mesmo tempo em que reforça os laços de afetividades com o local. Nessa lógica, o objetivo do grupo seria se reunir aos fins de semana para acampar nas ruínas de Bento Rodrigues e lá reviver um pouco de sua história, buscando realizar as comemorações que antes faziam parte do cotidiano de cada morador (PASCOAL et al., 2017).

desarrumou, já arrumamos duas. Colocamos portas e janelas naquilo que se tornou o nosso refúgio. A festa de São Bento, de Nossa Senhora das Mercês, o Réveillon, o Carnaval, a Semana Santa, a nossa festa junina, são atos que conseguimos realizar e que nos fizeram sentir em casa. Lá, extravasamos o sentimento que fica guardado dentro de nós. Temos, desde o início, o intuito de lutar pela manutenção de nossas tradições e pela recuperação de nossas memórias, que, mesmo soterradas pela lama, são nossas. E também queremos mostrar para o mundo o quanto amamos aquele lugar, onde nascemos e passamos a maior parte das nossas vidas, e que não estamos dispostos a abrir mão dele. Estamos apenas resistindo porque essa luta nos fortalece. Juntos, o nosso grupo “Loucos pelo Bento” pretende vencer com a ajuda de Deus, pois a nossa fé é o que nos dá força (PASCOAL et al., 2017, p. 5)

A luta dos atingidos em Bento para preservação das suas raízes é evidente, pois, em 2016, por meio de mobilizações dos atingidos, instaurou-se, no Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT), uma audiência pública para discussão sobre o tombamento de Bento para que as memórias e o território, mesmo em ruínas, fossem preservados. Este processo para o tombamento nasce por uma proposta da Samarco, que alegou ser necessária a construção de um dique que causaria novos impactos à comunidade já impactada (ASSESSORIA DE IMPRESSA DA PREFEITURA DE MARIANA, 2016).

A justificativa é a de que, com o dique, os impactos dos rejeitos que ainda se mantiveram na barragem do Fundão seriam reduzidos. Porém, a construção desse dique promoveria o alagamento de parte das ruínas de Bento Rodrigues, o que gerou o descontentamento dos atingidos, que se mobilizaram para evitar. (SILVA; FAULHABER, 2020, p. 9).

Fica claro que essas manifestações para defesa do patrimônio não são apenas pelas memórias de uma Bento viva, mas também, para não esquecimento da tragédia ocorrida. Até o final da escrita desta dissertação não houve notícias sobre o tombamento do distrito, mas a luta dos atingidos permanece constante.

A preservação não advém apenas para manutenção do território submerso, mas para que as tradições não se percam, eles materializam os ritos para que estes não fiquem apenas no imaginário e memórias, contudo, os atingidos não podem mais exercer a estas da mesma forma.

Hoje chegamos lá e é tudo rápido, tem de ser tudo cronometrado. Quando a gente morava lá, era muito diferente porque nós

arrumávamos todo o espaço. As pessoas que dançavam quadrilha iam todas caracterizadas. Era muito bonito e gostoso. Tinha fogueira, show, barraquinhas, a rua era muita enfeitada. Agora, não temos mais esse tempo de ficar organizando, de convidar muitas pessoas (TORRESb, 2019).

Figura 15: Procissão de Nossa Senhora das Mercês, em Bento Rodrigues, 2019.



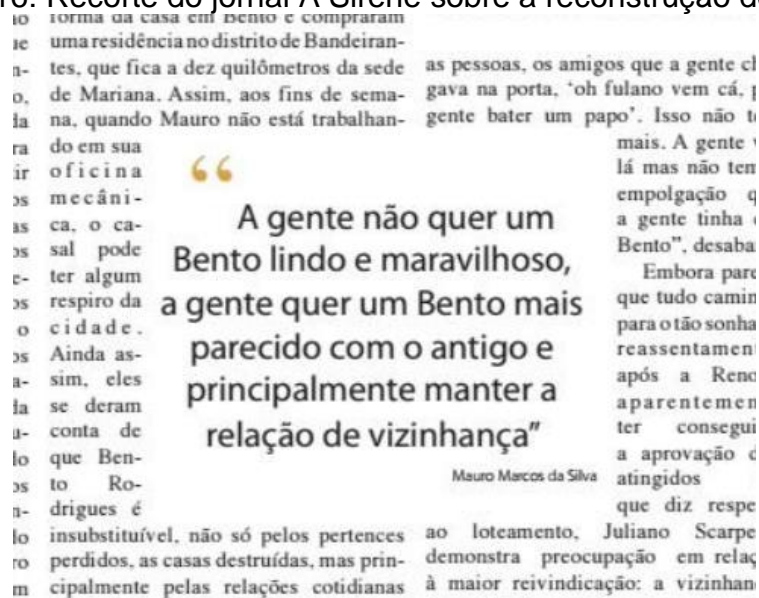
Foto: PASSOS et Al. (2017)

A imagem representa dois sentimentos importantes que enraízam a culturalidade do povo. A sua relação com a religiosidade, expressa na procissão, e a denúncia presente na parede de uma casa destruída pela lama. A escrita “Samarco queria nos matar, mas Jesus nos salvou”, demonstrou o sentimento de pertencimento ao lugar marcado pela religiosidade, pela fé e pela salvação do povo que sobreviveu ao caos.

Há uma luta pela preservação do passado por meios das tradições populares, pelos ritos religiosos e pelo resgate da memória do antigo território. Existe uma ansiedade com o futuro, pois os anseios de voltar a ter um lugar seguem em meio às lutas. Os atingidos compreendem que, o município de Bento Rodrigues, como eles conheciam, não mais poderá existir, contudo, existem expectativas de

preservação/reconstrução de um passado para a nova Bento, como a relação com a vizinhança.

Figura 16: Recorte do jornal A Sirene sobre a reconstrução de Bento.



Fonte: Atingido Mauro Marcos da Silva¹⁷

Ao mesmo tempo que existe uma relação de saudosismo em relação ao passado e uma ansiedade com a nova comunidade de Bento, os atingidos vivem na sede do município de Mariana – MG desde novembro de 2015 e, com isso, novos vínculos foram criados com a cidade, pois enquanto o reassentamento não é entregue eles consolidam um novo estilo de vida. De certa forma, existe uma incerteza em relação ao futuro, pois já existe uma consciência de que estes sujeitos passarão por um novo processo de des-re-territorialização que precisará de uma nova adaptação com o lugar, como podemos compreender por meio da narrativa abaixo.

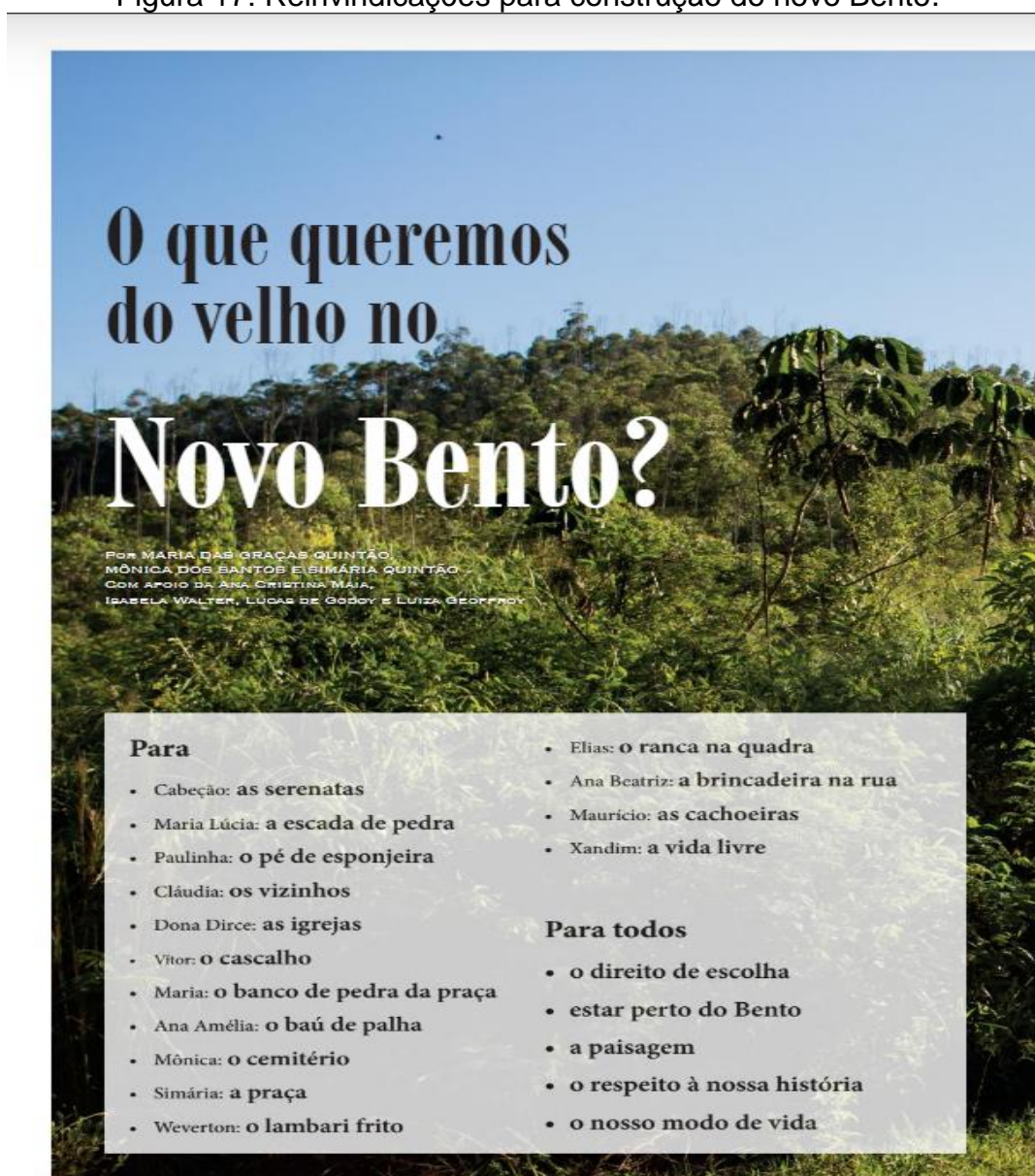
Que as pessoas continuassem com as mesmas amizades, porque eu acho que isso vai mudar muito também. As cabeças não vão ser as mesmas que vão voltar, as pessoas sim, mas as cabeças não. E espero que todo mundo vai ter aquela coisa gostosa de viver lá, apesar de ser um novo lugar. Mas a gente espera que seja tudo tranquilo e pensa mais nesta questão da adaptação. Até falar assim, esta é a minha casa. Esta é a minha rua. Este é o nosso Bento. E assim

¹⁷ (Carvalho, 2018, p. 4)

também são as outras comunidades. Mas vai ter um impacto também no início. É tudo novo de novo (HELENA, 2017, p. 13).

A concepção de tempo e espaço dos atingidos é destacada na relação destes entre a preservação do passado e a construção de um futuro, pois, por meio das vivências e experiências que as identidades dos atingidos foram consolidadas e apreendidas e, a partir disso, eles constroem um novo horizonte de expectativas para as novas vivências na nova Bento que será repleta de significados de experiências passadas e que anseiam um 'resgate'.

Figura 17: Reinvidicações para construção do novo Bento.



Fonte: A Sirene: Para não esquecer, 2016.

Conforme a figura 16, podemos enxergar a relação da construção da nova Bento como uma reconstrução do passado. É como se o tempo presente fosse algo temporário, apenas para planejamento do futuro, como um artifício de rememoração do passado, onde a esperança é de um retorno daquilo que foi vivenciado.

Não é só construir uma casa para moradia, é criar novos laços para desfazer os nós causados pelo rompimento. Para os moradores, é importante ter o retorno das serenatas, das brincadeiras de rua, da vida sossegada e livre, assim como ter de volta o banco de pedra na praça, o pé de espojeira. É ter direito à escolha de estar perto de quem quiser, em sua nova casa com seu próprio modo de viver.

Nesse sentido, diante do movimento de rememoração do passado, a Fundação Renova, responsável pelo reassentamento das famílias atingidas, propôs um modelo de construção conjunta, ou seja, que os atingidos pudessem participar da construção da nova comunidade de Bento e essa participação se deu desde a escolha do terreno até o projeto arquitetônico das casas.

5.3 PARTICIPAÇÃO DOS ATINGIDOS NA CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO: NOVAS LENTES PARA ENXERGAR O FUTURO

Se essa rua, se essa rua fosse minha...
Eu mandava eu mandava ladrilhar,
Com pedrinhas, com pedrinhas de brilhante,
Para o meu, para o meu amor passar!
Cantiga popular

Nesta unidade, discorreremos mais a fundo sobre a concepção de futuro, quer dizer, o processo de construção da 'Nova Bento'. Vimos, anteriormente, a importância e as dimensões do habitar e a luta dos atingidos de manterem vivos os modos de vida. Agora compreenderemos, pela ótica dos sujeitos, descritas no jornal, como está sendo projetado e construído o futuro, que já fora roubado pelo desastre do rompimento da Barragem.

O futuro dos atingidos está na construção de um reassentamento. Embora haja luta destes sujeitos desde o dia 05 de novembro de 2015 para manutenção dos modos de vida. As novas edificações, por si só, não passam de uma construção arquitetônica, vazia de sentimentos e valores, pois, as raízes, as referências culturais etc., estão baseadas onde hoje se encontram as ruínas da 'velha Bento'. De acordo com Rebouças (2000), um reassentamento não pode ser considerado apenas a habitação no espaço, no sentido de uma 'simples' construção em alvenaria. Um reassentamento deve consubstanciar descrevendo as problemáticas engendradas a partir de uma organização espacial e de significados para a restauração da vida dos sujeitos em função de um reassentamento Rebouças (2000).

É importante compreender que não temos lugar de fala, não vivenciamos o rompimento, mas ao ver de perto todo terror instaurado nas narrativas, percebemos o clamor da restauração da vida e modos de viver dos atingidos. Dessa forma, Rebouças (2000) reforça que é preciso, de certa maneira, de uma questão síncrona entre o que é planejado pelos responsáveis pelo reassentamento e vivido e esperado pelos atingidos, pois as concepções de espaço entre esses grupos são diferentes.

De Paula (2010) elucida que existem diversas perspectivas que tratam a temática reassentamento e, com isso, a questão espacial está presente nestas, contudo, não levam em consideração as dinâmicas territoriais, ou seja, as

territorialidades na construção das suas teorias-metodológicas. Então, o reestruturar diante desses aspectos fica restrito mais intrinsecamente em morar no sentido de ocupar um espaço edificado, não o habitar, conforme apresentado nesta pesquisa.

Tanto para Rebouças (2000) quanto para De Paula (2010), a discussão de um reassentamento deve ter um olhar sistêmico onde sejam trazidos à tona a relação entre os sujeitos e o novo espaço. Para que este espaço seja constituído como um lugar para as pessoas que irão o habitar, entende-se, que, “a reestruturação da vida tem seu cerne na mudança da configuração espacial na qual está a residência. Os indivíduos e as famílias tinham seus movimentos cotidianos, suas relações sociais, suas atividades” DE PAULA (2010, p. 69).

Dessa forma, se faz necessário a participação dos sujeitos para repensar a construção de um lugar, onde tenha pertencimento e significado para os que irão adentrar para habitar. Para os atingidos pela barragem da Samarco, fica nítido a relação e a luta pela manutenção com o antigo lugar, como na figura 17, pois, dessa forma, ao serem reassentados, a adaptação com o novo se tornará mais familiar. Percebemos que os atingidos alocados temporariamente na sede da cidade de Mariana permanecem de forma “temporária” desde o rompimento em novembro de 2015, até que a nova comunidade de Bento seja entregue às famílias. Assim, tem-se a nítida percepção dos diferentes modos de se residir na cidade em contraponto a morar no campo.

Inicialmente, nas primeiras assembleias, foi cogitada pela mineradora Samarco S/A, a possibilidade da construção da nova cidade próximo à sede do município, contudo, os atingidos descartaram essa ideia de forma unânime, pois a nova Bento deixaria de ser um distrito para se tornar um bairro da cidade, descaracterizando e afastando ainda mais o antigo do novo.

Se fizesse pro lado de cá (da sede de Mariana), não ia ser mais um distrito, ia ser um bairro. E a gente não queria ser bairro de Mariana (Atingidos por Bento, 2016, p. 8).

Consideramos, a partir dos expostos até aqui, que as narrativas dos atingidos pelo desastre apontam para o desejo de que o habitar no novo território seja oriundo das vivências com os bens patrimoniais, destruídos pela lama, o que nos faz refletir

sobre a maneira como os novos bens patrimoniais serão representados na reconfiguração da Nova Bento.

As empresas responsáveis (Vale, BHP e Samarco) pelo desastre assumiram, por meio do TTAC, a responsabilidade de realizar o reassentamento ou, como consta no site da Fundação Renova, a 'reconstrução das vilas' FUNDAÇÃO RENOVA (2021). Contudo, o processo de reassentamento não é simples, pois envolve diversos mecanismos legais como, por exemplo, os licenciamentos ambientais. Todavia, não aprofundaremos nessas questões, mas destacaremos que essas impactaram diretamente a construção da nova Bento, gerando ainda mais angústia para os atingidos, na construção do novo lugar.

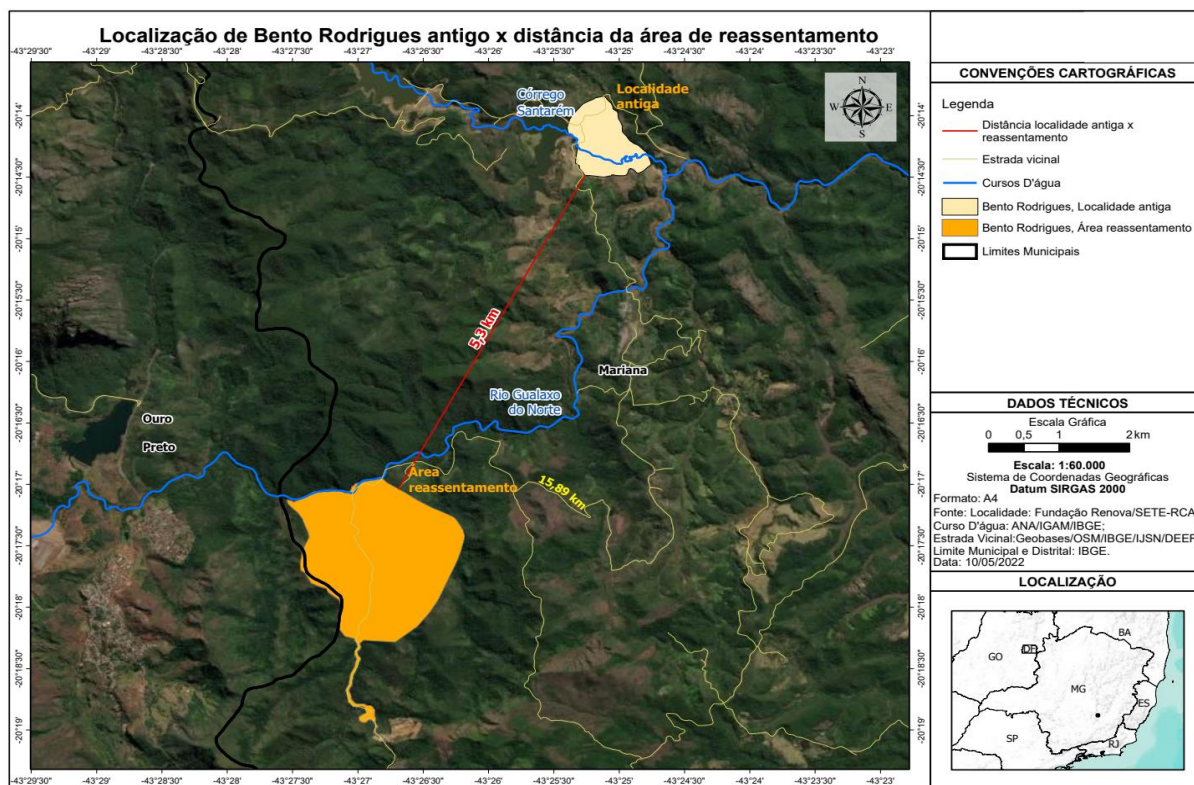
Os atingidos, por meio da luta pelo patrimônio perdido, escolheram a área onde a nova Bento crescerá. Nessa escolha de terreno, os atingidos fizeram questão de estar próximos às ruínas da antiga comunidade, como forma de manter conexão com o espaço e, de certa maneira, manterem vivas suas identidades.

A área onde a nova Bento será edificada é conhecida como Lavoura e fica cerca de 9 quilômetros do antigo distrito. A indicação da área foi feita pelo atingido 'Zezinho do Café', porém, as famílias atingidas tiveram mais duas¹⁸ opções de áreas. Contudo, o terreno indicado por Zezinho foi aprovado por 95% da população, principalmente pela proximidade com a antiga Bento e pelas características da terra agriculturável. Dessa forma, percebemos que a escolha foi uma estratégia de continuar a vivenciar os laços de afetividade e produtividade no território.

Pelo menos lá (no sentido do Bento) dá pra gente continuar a ir nos lugares que a gente ia antes (Atingidos por Bento, 2016, p. 8).

¹⁸ O primeiro, nomeado como Carabina, com 140 hectares, o que equivale a 1.400.000 m², localizado a 2 Km da cidade de Mariana, o segundo é Lavouras, com 350 hectares, o que equivale 3.500.00m² e está a 9 Km de Mariana (FREITAS, 2016).

Figura 18: Distância entre a antiga Bento e o reassentamento.



Fonte: Autor da pesquisa, 2022.

Dessa forma, com a participação dos atingidos, iniciou-se, em maio de 2016, o desenho do projeto urbanístico considerando as dimensões e topografia do terreno 'Lavoura'. Atendendo aos anseios dos atingidos, foi elaborado um mosaico dos imóveis, que considera a relação de vizinhança, os limites de cada lote, área de jardim, área para plantio, para criação de animais, propiciando um acervo de informações sobre cada propriedade (TEIXEIRA, MEDEIROS, PEREIRA, 2020).

Esse acervo de informações foi construído por meio de um documento nomeado "levantamento de expectativas", em que poderia ser registrado o desejo de cada membro das famílias e as necessidades coletivas dos sujeitos atingidos e, mais uma vez, de forma quase unânime, a relação de vizinhança prevaleceu para construção da nova Bento. As informações contidas neste levantamento serviram como princípios dos projetos de arquitetura urbana para a construção da nova comunidade (SYNERGIA, 2016).

Figura 19: Área lavoura com a divisão dos terrenos.



Fonte: Sinergia (2016)

A Fundação Renova (2021) alega, em seus canais de comunicação, que um dos principais requisitos para a construção da nova Bento seria, mesmo que de forma simbólica, o caminho que ligava as duas capelas da cidade, ou seja, da capela de São Bento à Capela da Nossa senhora das Mercês. Esse caminho era conhecido como 'tronco' e fazia parte da Estrada Real.

Outra exigência da comunidade foi que houvesse similaridade dos espaços públicos como a Praça Bento Rodrigues, para que permanecesse na área central da

cidade, nas proximidades da igreja de São Bento. Além disso, os atingidos exigiram que o comércio se mantivesse pulverizado na comunidade, instalado nas residências e em seus anexos, dentre outros pontos, considerando que a configuração exigida remetesse à antiga Bento.

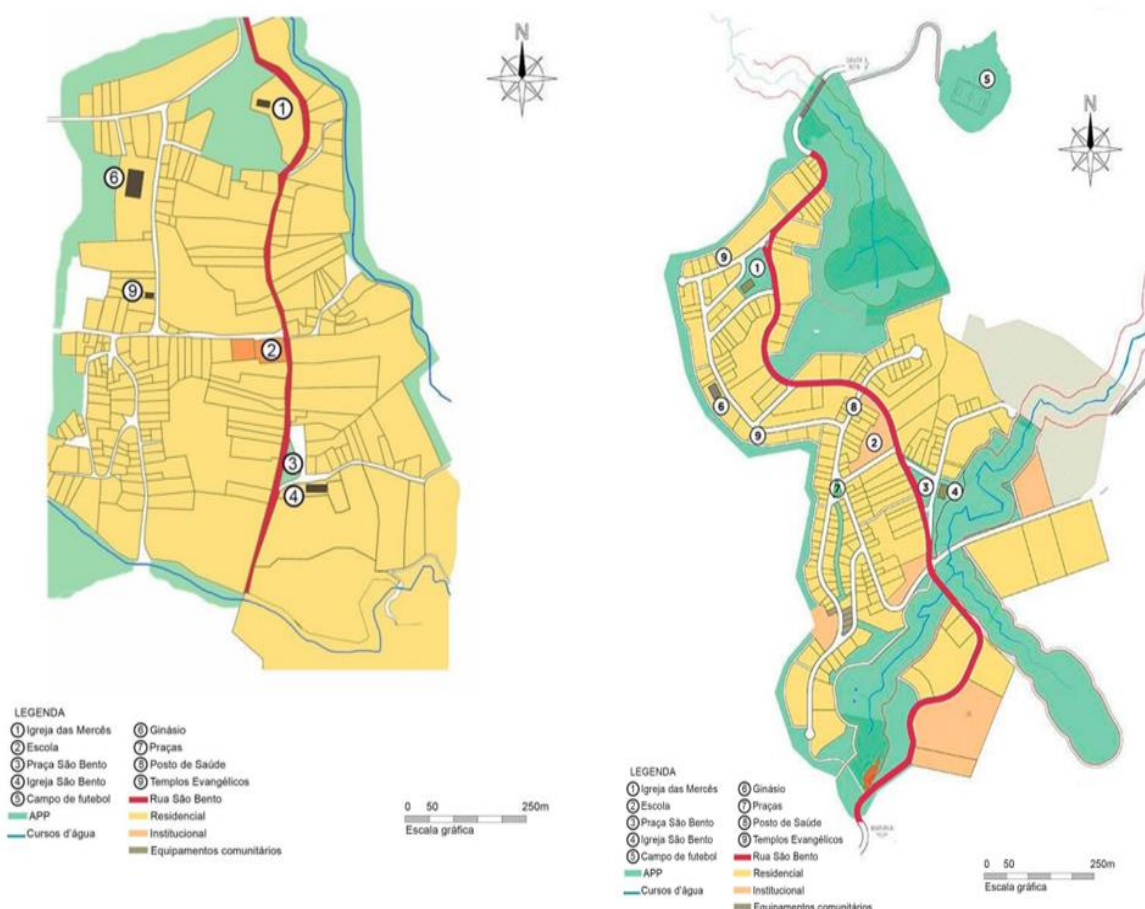
Dessa forma, o projeto urbano da nova Bento remonta algumas características da antiga comunidade, trazendo as especificações dos atingidos a partir de seus relatos e documentações, como a dimensão dos terrenos particulares onde serão construídas as novas residências seguindo o as dimensões de largura e de profundidade.

Alguns fatores impedem que o projeto urbano da nova Bento seja reconstruído com cem por cento das principais características da antiga comunidade, pois existem questões legais, como as Áreas de Preservação Permanentes – APPs. De acordo com Teixeira et. Al (2020):

Um ponto relevante nessa análise mostra a distinção entre os aspectos físicos do antigo e do novo sítio – desde suas condições topográficas, características de solo, a relação da implantação com rios e córregos e até a sua relação com a cidade. Isso certamente vai gerar outra paisagem, com características diferentes da original, conforme mostram os perfis longitudinais da Rua São Bento em Bento Rodrigues, conforme existia em 2015, e na simulação da futura Rua São Bento no Lavoura (TEIXEIRA, MEDEIROS, PEREIRA, 2020, p. 11)

As autoras, em uma comparação morfológica da nova Bento, fizeram um paralelo entre os dois terrenos e como ficaram à disposição do projeto urbanístico:

Figura 20: Comparação do traçado da rua principal das Bentos.



Fonte: Teixeira, Medeiros, Pereira (2020)

Ainda que os projetos se assemelhem pela disposição dos patrimônios públicos, atendendo as demandas dos atingidos, conforme figura 19, a paisagem já não será a mesma, vide a disposição das igrejas, pois na antiga Bento existia a possibilidade de vista de uma para outra, contudo, com a nova disposição esta paisagem já não existe.

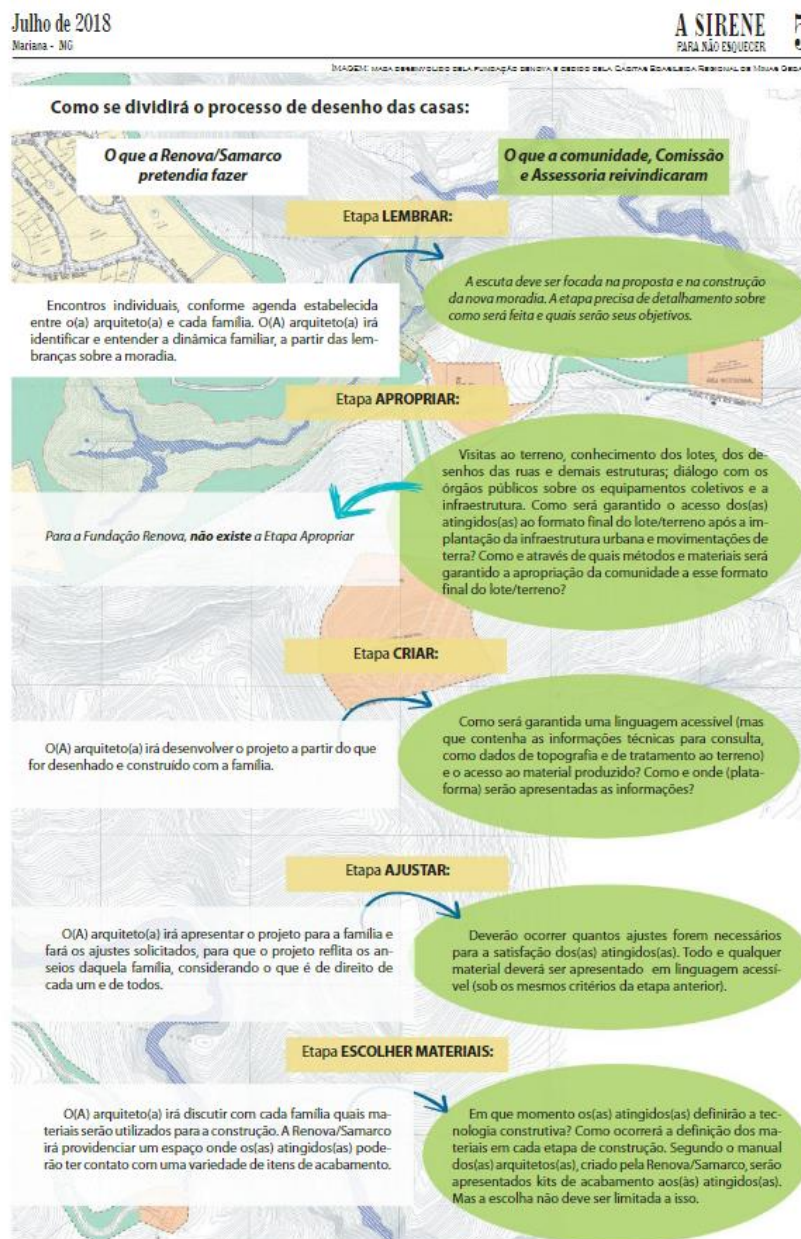
Importante ressaltar que o projeto urbanístico da nova Bento foi refutado pelos atingidos em uma primeira submissão para aprovação pois, segundo estes, os arquitetos e engenheiros responsáveis não respeitaram as considerações feitas no levantamento de expectativas com a comunidade.

O primeiro projeto de urbanização que a empresa fez era muito bonito, mas não tinha nada a ver com a gente. É muito importante que a construção se pareça com o Bento antigo, que a vizinhança seja a mesma, com terra boa pra plantar e tudo. Na Lavoura, tudo vai ser diferente, mesmo assim será o nosso lugar, e, creio eu, temos que pensar dessa forma. Eles pregam muito pela finalização do reassentamento em 2019 e ele precisa sair! Mas a gente ainda fica com dúvida se vai ser nessa data ou não, porque se dentro de 2 anos a Renova não começou nem o desmatamento, imagina concluir tudo. Nós queremos nossas casas e queremos que elas sejam seguras, por isso estamos agendando reuniões com os atingidos e demais órgãos, para que nosso direito seja assegurado. Na área Lavoura, apesar de ter sido considerada o critério de vizinhança, área para criação e plantio, o relevo do terreno se mostra diferente e, isto traz à tona a impossibilidade de ter a casa e as áreas comuns da mesma forma (PARANHOS et. al, 2017, p. 8).

Para auxiliar as famílias atingidas, as assessorias técnicas¹⁹, revisaram as etapas propostas pela Fundação Renova para construção das residências e apontaram algumas adequações e questionamentos. A concepção do projeto se deu em cinco etapas: Lembrar, Apropriar, Criar, Ajustar e Escolher Materiais. Na figura abaixo, podemos vislumbrar qual foi a proposta e quais foram as sugestões e indagações dos atingidos e da assessoria:

¹⁹ Entidades imparciais que foram escolhidas pelos atingidos com apoio do ministério público para apoio aos atingidos nos processos de reparação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

Figura 21: Processo de desenho das casas proposição x ideal.



Fonte: Jornal A Sirene - Ed. 28²⁰

Podemos notar no esquema apresentado pela comissão de atingidos em conjunto com a assessoria técnica que a etapa 'apropriar' não fazia parte da constituição do patrimônio privado das famílias. Contudo, para que haja uma

²⁰ Citado como RIBEIRO, Flávio (2018, julho).

familiarização com a nova Bento, esta etapa se faz necessária, pois isto gera, de acordo com De Paula (2010), uma familiaridade do sujeito com o espaço. Dentro desse processo de reterritorialização, a apropriação é extremamente relevante, pois, a partir dessa familiaridade, os atingidos terão um conhecimento experiencial com a porção territorial. De Paula (2010).

Podemos, a partir disso, refletir que ao conhecer os lotes, ruas, bens públicos e privados, os atingidos reivindicam se apropriar, de fato, dessa nova morfologia que é colocada e, supostamente, construída em conjunto com eles, pois isso significa a criação do seu patrimônio privado. Como vimos, a questão do relevo e da paisagem se apresentará de formas diferentes na área da Lavoura. Em muitos casos, as residências eram edificadas em terrenos planos com currais e áreas para plantio. Por meio da narrativa abaixo, podemos verificar que, durante o processo de concepção dos projetos, a morfologia da residência seria completamente diferente.

O processo deveria ter sido melhor explicado antes de iniciarmos o projeto. Ainda não conhecemos bem a situação do lote onde ficará cada moradia. Eu estou numa área mais plana, mas o que vai acontecer com quem está em um lugar com deformidade no terreno? Vai ter que projetar a casa pensando nisso? Até um degrau na escada você tem que pensar, porque isso vai influenciar no nosso futuro, quando ficarmos velhos. Eu, por exemplo, tenho dois lotes e, nesse processo, eu vou construir a casa para qual deles? Como eu vou projetar minha casa, sendo que dentro desse lote tem projetos para construção de galinheiro, curral, depósito de ferramentas, entre outras coisas? (RIBEIRO, 2018, p.8).

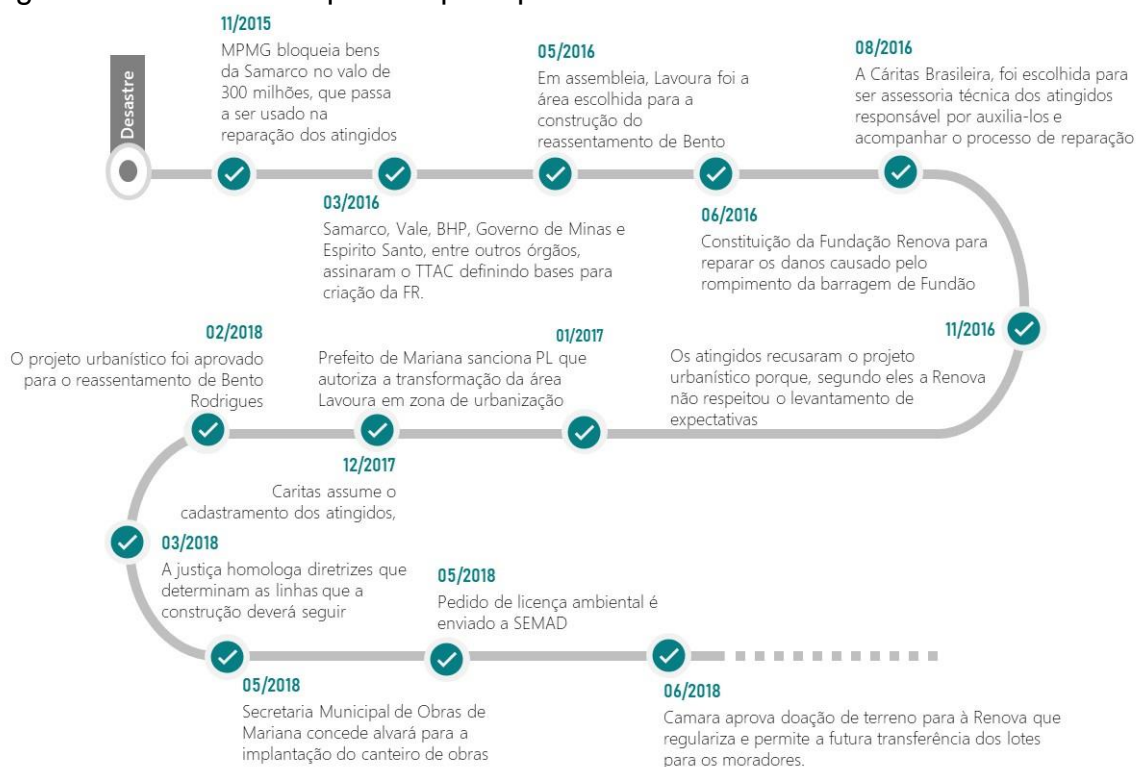
Marcos Muniz, morador de Bento Rodrigues

Percebemos que a participação no processo de concepção do projeto é de extrema relevância, pois, a apropriação dos espaços é importante, uma vez que o quintal vai além do abrigo (casa) dos atingidos, como visto na narrativa acima. O construir, neste caso, é poder pensar na edificação além das paredes, é poder projetar e idealizar, de certa forma, a disposição do varal, do galinheiro, da horta etc., pois, estes auxiliam as famílias com o complemento alimentar por meio do adensamento entre a casa e o quintal. Dessa forma, apropriar do espaço proporciona o desvelamento de elementos importantes que irão compor a relação entre os atingidos e o espaço.

Vimos que a ‘desterritorialização’ compulsória causada pelo rompimento trouxe uma nova configuração, ou novas configurações, uma vez que os atingidos passaram por abrigos como ginásios, escolas, hotéis, pousadas, casas locadas, casa de parentes etc.. Com isso, essas novas reconfigurações exigiram novos modos de vidas dos envolvidos.

A relação entre os sujeitos e os lugares continua referenciada nas ruínas da Bento submersa, pois a nova Bento ainda não foi entregue aos atingidos mesmo após quase 7 anos. Na figura abaixo, podemos compreender parte do processo de construção da nova Bento.

Figura 22: Linha do tempo com principais eventos envolvendo o reassentamento



Organização: Autor da pesquisa, 2022.

O projeto conceitual urbanístico da nova Bento foi aprovado somente em fevereiro de 2018. Logo após, em maio do mesmo ano, segundo a Fundação Renova (2021), o canteiro de obras começou a ser instalado com sua conclusão em dezembro de 2018. A liberação para início das obras aconteceu em agosto de 2018, onde iniciou-se o processo de supressão vegetal e as obras de infraestrutura iniciaram em janeiro de 2019.

As obras dos patrimônios privados (casas) e públicos (escola, posto de saúde etc.) tiveram início em julho de 2019. Ainda, de acordo com a Renova, todos os projetos tiveram a participação dos atingidos e foram aprovados coletivamente, no caso dos bens públicos. Já, para os bens privados até o início das obras havia cerca de 122 projetos conceituais e 96 projetos básicos concluídos por uma equipe de 18 arquitetos que atendem as famílias de forma constante. No mesmo mês foram protocolados na Secretaria Municipal e Obras 76 projetos de casas, da escola e do posto de saúde. A Prefeitura de Mariana havia concedido, até 25 de julho de 2019, 17 alvarás de casas e o alvará da escola do reassentamento da nova Bento (FUNDAÇÃO RENOVA, 2021).

O desenho da nova Bento, sobretudo das casas, representa mais do que os projetos arquitetônicos em si, pois, por meio deste, existe a expectativa de reorganização das vidas das famílias atingidas. Assim, as considerações dessas famílias e a participação desses sujeitos são de extrema relevância para que eles se apropriem do novo lugar e se sintam parte da reparação de seus direitos.

A Fundação Renova (2021) alega que o processo de reassentamento está sendo conduzido de forma coletiva e participativa, desde a escolha do terreno aos projetos dos equipamentos públicos como escola, igrejas, praças, posto de saúde, posto policial, parque linear, entre outros. E, dessa forma, é imprescindível que tenhamos a compreensão da importância da construção conjunta com os sujeitos atingidos para a constituição do habitar, pois, por meios disso, existirá uma matriz para refletir e planejar a reestruturação da vida em função do reassentamento De Paula (2010), como podemos vislumbrar na análise refletida na narrativa abaixo:

O trabalho é enorme e na elaboração e execução desse projeto é fundamental a nossa participação. Somos nós que iremos frequentar as praças e não podemos deixar o arquiteto fazer tudo do seu jeito, muito menos permitir que alguém defina o modelo de nossas casas sem antes nos consultar. E a dificuldade não se restringe as casas e as ruas, mas também ao modo de vida das comunidades. Laços terão que ser refeitos num lugar totalmente diferente e não há técnico que consiga refazer uma comunidade com a nossa identidade sem entender o contexto em que vivemos. Somente os atingidos são capazes de trazer esses elementos de volta (RIBEIRO, 2018, p.8).

A participação dos atingidos, na concepção de cada etapa do reassentamento, é o que Heidegger (2001) evoca no sentido de construir, pois este desempenha a função da expressão do sujeito sobre as perspectivas do morar, ou seja, como os atingidos estão sempre no cerne para concepção do patrimônio no intuito mesmo que inconsciente de o tornar próprio e, sendo assim, para o autor, a construção do próprio é sempre habitar. De Paula (2010) ao refletir sobre a afirmação de Heidegger, diz que:

Este próprio é dar instância e circunstância (mediante a construção de lugares) a nosso estamento de homem que habita a terra, em outras palavras, tornar o lugar consoante à quadratura. Por outro lado, no contexto socioespacial estudado aqui, o próprio deve dar instância e circunstância ao que somos (cultural e socialmente falando), conforme a nossa história de vida e a experiência de habitar que cada indivíduo tem internalizado a si; isto é, geograficidade, uma ligação intrínseca entre homem e espaço (DE PAULA, 2010, p. 108).

Diante desse entendimento, podemos dizer que, caso não haja a participação efetiva, o habitar dos atingidos poderá sofrer uma rejeição, como ocorrido na reprovação do projeto conceitual, pois a ligação entre sujeito e espaço irá gerar uma experiência de habitar de forma mais harmoniosa. Contudo, mesmo a Fundação Renova afirmando que existe uma participação efetiva, o prazo do reassentamento foi descumprido algumas vezes. Em função disso, a entrega do reassentamento está atrelada a uma Ação Civil Pública – ACP na Comarca do município de Mariana, tendo sido submetido recurso para análise em segunda instância, ainda não julgada, que alega, nesse contexto, que foram expostos os protocolos sanitários aplicáveis em razão da Covid-19.

A nova Bento, ao mesmo tempo que ganha forma, sua entrega para os atingidos é uma incógnita, visto que essas pessoas ainda estão em um contexto de desterritorialização, territorializados provisoriamente em um espaço no qual não se sentem pertencentes, além de estarem envolvidos em disputas para manutenção das suas memórias no novo lugar. Memórias essas que estão ancoradas nas ruínas de seus patrimônios, mas que permanecem vivas dentro de cada um e que vem à tona por meio dos discursos, protestos, lutas como forma de preservação de suas identidades.

5.4 DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO EM TRÂNSITO

A descrição e análise do fenômeno de des-re-territorialização dos atingidos de Bento, por meio das narrativas do Jornal A Sirene, se mostrou um caminho complexo, pois exigiu o entendimento relacional entre diversos fenômenos que compuseram esses processos. Dessa forma, o esforço de redução para entendimento da identidade e simbologia foi fundamental para a compreensão da essência, do eixo individual e coletivo do(s) fenômeno(s) para com os sujeitos.

Nessa perspectiva, após a clarificação do fenômeno, por meio nas narrativas, é perceptível que a identidade territorial, por mais que possua aspectos individuais para os sujeitos, também se revela em sua essência como uma constante, quer dizer, a identidade territorial transcende a experiência consciente dos atingidos, trazendo à tona aquilo que está implícito. De certo modo, isso implicou em traçarmos uma conexão com esses aspectos “não tematizados”, mas manifestados de forma inconsciente para que pudéssemos constituir a teorização pela essência do fenômeno.

Ficou evidente, até aqui, que ser morador de Bento e, ter recebido o status de atingidos, representa uma ferramenta que garante o direito dos sujeitos a lutar pelo território, pois esse é um espaço de disputa e de poder (RAFFESTIN, 1993; HASBAERT, 2004.). A justificativa é que o *ethos* do sujeito de Bento está além do local de nascimento, de moradia etc., mas como o cerne de sua existência. O status atingido que surge após o rompimento da barragem de Fundão pode ser rememorado aqui como o poder simbólico em ação.

A partir do momento no espaço-tempo que acontece o fenômeno do rompimento da barragem, diversos outros ocorrem, simultaneamente ou em consequência deste. A luta pelo território dos moradores de Bento era intrínseca às operações da Samarco mas, com o ocorrido em novembro de 2015, a nomeação dos moradores como atingidos se torna um símbolo da tragédia que estabelece uma relação de poder o que, para Hasbaert (2007), é entendido como poder simbólico.

Partindo do entendimento do poder simbólico nomeado e assumido pelos atingidos, em perspectiva com as análises de sentido das sessões anteriores, iremos

evidenciar as percepções e apontamentos sobre uma reconstrução simbólica e identitária pela vivência do fenômeno de des-re-territorialização ligada ao evento recorrente da barragem de Fundão.

Foi comum, nas análises de sentido, o significado que a antiga Bento tinha para seus moradores, visto que não se destacava apenas como uma porção territorial, local de passagem, mas representava, para seus habitantes, o lugar onde compartilhavam suas vivências, doando sentido intersubjetivo ao território, criando, então, suas identidades, suas territorialidades. Dessa forma, Bento, em seus mais de 300 anos, pode se caracterizar pela constituição de um patrimônio em meio às tradições, religiosidades, histórias, paisagens, lugares e aspectos tão subjetivos que não podem ser reconstituídos de forma simplista.

Compreende-se, a partir dessa pesquisa o território como um espaço de histórias, apropriações, sobretudo de territorialidades, que são compostas pelas diversas relações experienciadas entre os sujeitos com o território vivido e, que sofrem influência de outros fenômenos como políticos, econômicos, ambientais etc. (DE PAULA, 2011).

No caso de Bento, o rompimento de Fundão trouxe uma ruptura com o território vivido (DE PAULA, 2011) dos atingidos e mudanças significativas de suas territorialidades, o que é destacado pelas edições do jornal e evidenciado pelas unidades de sentido. A desterritorialização pelo deslocamento forçado dos sujeitos obrigou-os a se reterritorializarem e se adaptarem a um novo território, novos padrões e, conseqüentemente, assumir “um papel” que não foi planejado.

A compreensão das situações destacadas nas unidades de sentido mostra que a desterritorialização causada e a movimentação não voluntária rompe com laços e memórias, modificando a forma com que os atingidos exercem suas identidades. Contudo, no primeiro capítulo desta dissertação, destacamos que o território se divide em duas principais esferas, uma concreta, composta pela materialidade do território e outra simbólica, caracterizada pelas territorialidades. Rememorar esse entendimento é fundamental para que possamos compreender a reconstrução simbólica e identitária a partir de uma catástrofe que ocorreu sem precedentes.

Retomando o conceito de desterritorialização como desenraizamento, levando a perda do sentido de território atrelado aos termos simbólicos, identitários e funcional (HAESBAERT, 1995; 2004). As narrativas extraídas do jornal expõem a faceta dessa movimentação forçada, sofrida pela comunidade, provocando estranhamento pela desculturalização (SANTOS, 2006).

Nas unidades de sentido, temos como ponto fundamental que, apesar de a porção concreta do território de Bento estar em ruínas, isso não descaracterizou o pertencer no sentido de ser de Bento, uma vez que este “ser” está além. Isso nos revela a importância das identidades territoriais, já que esta, apesar da destruição do território, o mantém vivo, confirmando o valor e a singularidade da pertença e da identidade.

Diversas são as consequências ocasionadas pela desterritorialização, neste caso, o rompimento com o território vivido observado nas unidades de sentido, trouxeram mudanças abruptas que interromperam o cotidiano, os sonhos, os planos e desejos dos atingidos, desde o planejamento de um casamento na igreja de São Bento até a perda do ofício que era exercido na lavoura. Isso, em um primeiro momento, se apresenta nas narrativas como se não houvesse mais sentido na vida, pois de que adianta “ter um emprego” se a loja já não existe, se a fábrica de geleia está destruída ou se a escola não está mais lá.

Neste ponto, é importante reverberar que para Haesbaert (2004) existe uma dependência entre a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização, pois são processos simultâneos e essenciais para entender as diversas dinâmicas territoriais e como as práticas são aprimoradas por estes processos.

É evidenciado, nas unidades de sentido, que após o rompimento as pessoas foram alojadas em um ginásio e após esse evento deslocadas para os hotéis, pousadas etc.. Mariana sede se tornou um lugar de reterritorialização em função da desterritorialização sofrida, pois o patrimônio, antes habitado e cheio de significados, se transformou em ruínas. Sem ocupação, sem seus lugares, sem as missas nas capelas, sem saber andar nas ruas, para os atingidos aquele novo território não era um lugar. As conversas nas ruas e praças eram em torno das lembranças do que se

perdera, considerando que Mariana era um local de passagem e agora é de planejamento para uma nova reterritorialização ainda não conhecida.

Então, os fenômenos de des-re-territorialização vivenciados e experienciados pelos atingidos são codependentes, como trazido por Haesbaert. O fenômeno de reterritorialização, no caso de Bento, não se mostra eficiente com o enraizamento proposto no conceito, pois a consciência dos atingidos é que sua estadia na sede do município seja passageira.

Diante dessa consciência, podemos dizer que o conceito de des-re-territorialização ganha novos elementos, pois não há um desprendimento, desenraizamento do ser de Bento pelo deslocamento compulsório causado e não há uma reterritorialização efetivada, enraizada em consequência do deslocamento, então podemos dizer que estes processos não estão efetivados.

Partindo desses pressupostos, ousamos dizer que **os processos de des-re-territorialização estão em trânsito**. Isso, pois os atingidos foram removidos do território, mas as suas raízes permaneceram enterradas na terra e soterradas pela lama. Isto pode ser compreendido nas narrativas em que remontam as lembranças de como era viver em Bento e o ser de Bento. No processo de reterritorialização, compreendemos sua não efetivação quando os atingidos narram a falta de pertença com o território atual, que se sentem inquilinos. Dessa forma, Mariana passa a ser um abrigo e o não-lugar.

Este “trânsito”, associado aos conceitos, pode ser observado também na perspectiva de futuro, pois está diretamente ligado à reconstrução do passado e, o presente é um refúgio temporário, uma vez que os atingidos terão um novo lugar. Diante do movimento para o novo território, a predominância dos sentimentos compreendidos foi a de incerteza, por meio das emoções destacadas pela perda do patrimônio e seus usos, dos lugares de memória. Desse modo, a luta pela reterritorialização é estabelecida e, como dito nas análises, este é um despertar para o patrimônio estabelecido pela perda.

A condição inexorável do atingido com a antiga Bento constituiu a relação deste com o habitar dando, de certa forma, uma constância nos âmbitos funcionais e

existenciais. Contudo, isso também gera, pela falta de reconhecimento com o novo espaço habitado por estes sujeitos, um trânsito entre o passado e o futuro que acontece como forma de reafirmar a identidade, e isto pode ser percebido nos movimentos entre a comunidade e as celebrações que aconteciam na antiga Bento. Os atingidos lutaram para que permanecessem nas ruínas como forma de preservação do lugar de memória e agora lutam para que aconteça o mesmo na nova Bento no intuito de dar sentido ao território em reconstrução.

Nesse sentido, as ações, comportamentos e concepções dos sujeitos desterritorializados se entrelaçam tecendo a constituição do habitar em suas lutas e resistências para reconstrução de seu novo lugar e que se configurará como novo espaço de convivência conforme as suas identidades. Esses aspectos forneceram elementos para compreensão de fenômenos relacionados a reterritorialização.

Assim, compreendemos que o patrimônio perdido foi fundamental para mobilização dos atingidos na luta pela reconstrução de um novo patrimônio e preservação das memórias e identidades. Dessa forma, mesmo com as mudanças sofridas drasticamente, existe a perspectiva de mais uma mudança, porém, essa remete a uma expectativa de futuro e uma reparação aceitável.

Cada sujeito vivenciou a perda de uma forma específica, como pela perda da casa, dos animais, das fotografias, documentos etc. e, é neste ponto, que concordamos mais uma vez com Woodward (2007) quando diz que a subjetividade é um dos pilares para construção da identidade, pois é nela que os sujeitos se identificam.

Percebe-se, então, que as subjetividades dos sujeitos atingidos são a base para as identidades que podem ou não estar ligadas ao coletivo, pois essas darão sentido de pertencimento, ou seja, identificarão os atingidos ao lugar e à imaterialidade. Simbologias devem ser consideradas nas mais diversas perspectivas para reconstrução do patrimônio, remontando as características em relação à materialidade das territorialidades e do território.

Dessa forma, as identidades dos atingidos, de forma individual ou coletiva, permanecem em grande parte na antiga Bento, os atingidos ainda frequentam suas

ruínas como forma de rememorar o passado para projeção de um futuro. Nas ruínas de Bento é que as respostas de futuro são encontradas, pois lá encontram-se os registros de sujeito e suas subjetividades de um passado que vive na memória. A simbologia patrimonial que o antigo território apresenta é fundamental para que os atingidos possam retornar às suas origens e reoxigenar para luta pela preservação das identidades.

A lama atingiu Bento como uma avalanche e, diante disso, os sujeitos abandonaram além do território. As suas vidas e singularidades podem ser compreendidas pelas marcações de traços, pois, estes, são os produtos das representações simbólicas e, dessa forma, a identidade se expressa materialmente (WOODWARD, 2007).

Destacamos que a preservação das singularidades é importante no processo de reconstrução da nova Bento, uma vez que cria o sentimento de pertença dos sujeitos com o patrimônio. Nas narrativas, os atingidos evidenciam que, por mais que exista a luta pela manutenção das territorialidades, como no caso da vizinhança, bens coletivos, praças e igrejas, as casas representam o habitar destes sujeitos e, como elucidado por Heidegger (2001), é que representa mais que uma edificação, mas o lugar de segurança e de identidade do sujeito.

A construção conjunta entre os atingidos e a Fundação Renova para representação das simbologias e identidades advindas do patrimônio individual e coletivo se faz importante para que o espaço edificado denominado como nova Bento possa ter valores e memórias baseadas na participação e na luta pela reconstrução de um patrimônio com referências no passado.

Então, os processos de territorialização dos atingidos com a nova Bento podem partir em duas esferas, uma individual e outra coletiva. Todavia, Haesbaert (2004) nos levar a refletir que ambas passam por um processo de interação entre os indivíduos com o seu território, e a interação entre territórios, formando uma relação de “entrecruzamento” entre eles, ou seja, que os territórios podem ser “reproduzidos” aos que se sentirem pertencentes pelos sujeitos que o territorializam.

O vínculo dos sujeitos atingidos e realocados em outro espaço com o território subterrado pela lama de rejeitos de mineração era muito forte, visto que, nesse lugar, materializavam-se suas características simbólicas e identitárias. Hoje a antiga Bento retrata o percurso de um histórico social de sujeitos que lidam com mudanças nas relações sociais e no cotidiano, ressignificando suas identidades. Podemos perceber, nas unidades de sentido, que as emoções atreladas às ruínas estão entrelaçadas com a origem por meio do patrimônio destruído, ou seja, reviver o patrimônio desperta a ligação com os lugares de memórias que robustecem a reconstrução individual e coletiva.

Devido a ligação com o passado, para o processo de reconstrução e de reassentamento dos atingidos, a criação de vínculos com o novo patrimônio é necessária. Pois, a luta pela preservação dos lugares de memória e a reconstrução do patrimônio irão despertar a pertença dos sujeitos que, por sua vez, doarão identidades e simbologias ao novo lugar, remontando o passado e não permitindo que o fenômeno de rompimento da barragem seja esquecido. Desta forma, os atingidos terão um novo status, mas desta vez de protagonistas na reparação simbólica e identitária.

Finalmente nos perguntamos: qual é a relação entre desterritorialização e reconstrução simbólica? Diante desse questionamento, podemos dizer que, apesar de ter ocorrido um deslocamento compulsório e a destruição do patrimônio, a movimentação dos atingidos provocada pelo desastre do rompimento, levou os sujeitos a criarem redes. Contudo, as relações sociais que existiam na antiga Bento se fortaleceram, mas, para além disso, elas provocaram um movimento de robustecimento das perspectivas simbólicas e identitárias vinculadas às experiências geradas pela vivência do fenômeno. Dessa forma, compreendemos, por meio do fortalecimento das perspectivas destacadas, a possibilidade de que no processo de reterritorialização exista uma reconstrução simbólica e identitária pela doação de sentido, ou seja, que existam características que possam ser reconstruídas, não da mesma forma, mas acrescentando valores do “velho ao novo”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao final dessa produção é uma mistura de sentimentos, sensações e de percepções que nos atravessam quando buscamos criar meios de compreender a reconstrução simbólica e identitária de um povo. Nas descrições contidas nessas páginas narramos a vida de pessoas que passaram pelo maior desastre/crime ambiental do mundo e encontramos, nesta pesquisa, não respostas conclusivas, mas, talvez, pistas para que outros trabalhos sejam escritos e aprofundados em temáticas que deem visibilidade às vozes dos atingidos, que merecem ser escutadas.

Dessa maneira, consideramos relevante compreender os diversos aspectos que compõem a reconstrução simbólica e identitária da comunidade de Bento Rodrigues que, por meio das dinâmicas territoriais como o lugar, as territorialidades e lugares de memórias atreladas aos processos de des-re-territorialização causados por uma catástrofe pela prática da mineração, que geraram um rearranjo na maneira com que os sujeitos se comunicam, mobilizando-os para garantia de seus direitos e pela preservação de suas memórias.

Diversas são as problemáticas que envolvem o reassentamento das famílias na nova Bento, considerando que algumas colocam em xeque a eficácia do modelo adotado pela Fundação Renova. Todavia, as narrativas noticiadas no editorial A Sirene expõem a participação dos atingidos no processo de reassentamento, desde a escolha da área denominada Lavoura até o desenho individualizado das casas. Isso revela que o modelo de reconstrução conquistado pelos atingidos de Bento com apoio das assessorias técnicas traz uma perspectiva de participação social no processo de construção morfológica do reassentamento. Contudo, nem todas as exigências para reconstrução da nova Bento podem ser implementadas atendendo os anseios dos sujeitos, pois a área possui outro relevo e áreas de proteção nas quais não pode existir intervenção.

A característica de participação na reconstrução da comunidade de Bento não é comum, pois os atingidos direcionam, fiscalizam e participam de todas as etapas, da escolha das áreas às aprovações necessárias, contudo, esse é um direito conquistado por meio da luta, de resistência, tendo em conta que esses sujeitos foram desterritorializados sem a autorização, contra sua vontade. Dessa forma, a

reestruturação das condições do habitar não é algo simples, pois mesmo que haja participação na reconstrução de Bento, os interesses diversos e as suas dinâmicas tornam o processo de reconstrução moroso e os atingidos ficam à mercê da organização, o que gera a ansiedade sobre seu futuro.

Reconstruir uma comunidade com as mesmas características de Bento não é algo possível, pois todos os símbolos, identidades, dinâmicas, relações, estavam atrelados à uma comunidade que foi construída através de séculos de história. A maior parte do território de Bento hoje encontra-se abaixo de metros de lama, contudo, para os sobreviventes, Bento continua viva em suas memórias, falas e lutas pela preservação da história e identidade.

Dessa forma, a construção de uma habitação, prédios, ruas, bens públicos não podem refazer o lugar como era, pois isso se justifica na não reconstrução na mesma área, por exemplo, mudando a paisagem, trazendo um novo “cenário” que não será de uma cidade histórica, cortada pela estrada real que faz parte da história do País. O território é um *continuum* que vai da concretude às territorialidades que é composto pelos seus símbolos, signos e identidades. Assim, a tentativa de reconstruir a nova Bento, mesmo que em um traçado muito similar ao território que se perdera pela destruição, não trará as tradições da mesma forma, por exemplo, dando ao atingidos um novo percurso, certamente trazendo um estranhamento inicial com as novas dinâmicas.

As dinâmicas que acontecem no território de Mariana sede, lugar que é o “refúgio” para os atingidos atualmente, influenciam há quase sete anos a forma como esses sujeitos enxergam as dinâmicas territoriais cotidianas. Os atingidos, mesmo inseridos em um contexto urbano e social diferente dos que tinham na antiga Bento, tentam manter as suas tradições, identidades. Isso fica evidente nas análises de sentido, então não se faz factível que a “doação” de uma casa para as pessoas que foram compulsoriamente removidas de seus lares garanta para a comunidade desterritorializada um reestabelecimento destes fatores.

Percebemos, assim, que o fluxo des-re-territorialização é transitório, uma vez que a sede de Mariana é um território de passagem para o novo lugar, para mais um habitar. O refúgio atual é uma estratégia transitória de reestruturação de sua moradia

de forma que os sujeitos não desejam e isso, independe da qualidade da residência atual, pois a identificação com esse espaço não existe. Isso é evidenciado pelo fato dos atingidos irem às ruínas de Bento para realização dos seus festejos e, ao mesmo tempo, lutar pela reconstrução de sua comunidade.

A criação de uma paisagem pensada como um cenário original não é suficiente para permitir um recomeço, mas é necessário um vínculo com o território. É preciso que existam ações que construam e reconstruam memórias coletivas e individuais dos atingidos com o lugar a ser habitado. O sujeito de Bento carrega o orgulho de ser e ainda pertencer àquele lugar e isso pode viabilizar a referenciação dos sujeitos por meio de doação de significado aos novos espaços edificados.

O desastre foi noticiado em todos os veículos de imprensa do Brasil e do mundo, mas destacamos a importância do Jornal **A Sirene: para não esquecer** na vida dos atingidos, pois por meio dele, foram demonstrados, sem mascaramento, o real “grito dos excluídos”. O Jornal serviu como um arcabouço do registro de memórias dos sujeitos, onde os sentimentos foram descritos e transmitidos. A partir das análises desse veículo de imprensa, explicitamos essas considerações, o sentimento de luta, resistência e clamor dos atingidos pelo que é (era) seu por direito. O que ocorreu foi uma perda irreparável e mudança radical na existência do sujeito, contudo, a busca constante pela justiça trouxe para os atingidos, por meio das ruínas de Bento, uma consciência de continuidade, onde o antigo território avassalado pela lama ganha novos significados enraizados nas memórias dos velhos modos de uso deste. Contudo, a partir disso, abre-se um flanco que empodera os sujeitos e dão a possibilidade de reconstruir um novo lugar.

Apesar de haver uma reconstrução em curso, da comunidade de Bento Rodrigues na área da Lavoura, o território ainda é encoberto de incertezas, pois com três prazos não cumpridos pela Fundação Renova, foi-se estabelecida uma nova data que se encerra em dezembro de 2022. Até essa data os atingidos permanecem sem uma referência territorial habitável de lugar, classificando-os como desterritorializados, mesmo que estejam habitando um espaço (sem sentido, simbologias e identidade).

É importante ressaltar que, no caso do reassentamento, por meio da reconstrução da comunidade de Bento, não é possível definir se as simbologias e

identidades serão reestabelecidas da mesma forma. Há um indicativo de que isso seja possível, pois novas dinâmicas, paisagens, objetos serão inseridos após a entrada dos atingidos de forma permanente na nova Bento. Os fatores que envolvem a nova Bento ainda estão em curso. Até o mês de abril de 2022, a maior parte das casas ainda não havia sido concluída, por exemplo.

Ainda é importante ressaltar que os atingidos em “trânsito” entre lugares enfrentam disputas cotidianas pelos seus territórios, seja pelo uso das ruínas de antiga Bento, que o classifica como lugar de memória, quanto pelo reestabelecimento da vida na nova Bento conforme a representação das simbologias impostas na construção morfológica e que ainda não é tangível para os sujeitos pela representação concreta do patrimônio.

Rompimentos de barragem não podem ser normalizados, desastre como o de Mariana nos mostra que precisamos de políticas públicas e medidas reparatórias mais eficientes, pois os incontáveis prejuízos causados ainda têm um longo percurso para que se chegue a uma reparação e a uma compensação aceitável. No caso de uma reconstrução simbólica e identitária abordada ao longo das páginas desta pesquisa, fica evidente que ainda serão necessários outros estudos e aprofundamentos de como podem ser estabelecidas novas formas de reconstruções mais céleres e eficientes, que tragam a perspectiva de participação destas reconstruções.

Todo o processo de reestabelecimento das simbologias e identidades necessitam de uma abordagem interdisciplinar, pois, o entendimento dos impactos sociais, o resgate de memórias, as reconstruções de vilas, as dinâmicas territoriais etc. perpassam por diversas facetas do conhecimento criando a necessidade de integração, visto que os sujeitos no território e suas perspectivas (lugar, territorialidades etc.) acontecem, se todos os fatores que o compõem funcionem.

REFERÊNCIAS

Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Mariana. (2016, abril 20). Conselho do Patrimônio de Mariana decide pelo tombamento de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. **Hoje em Dia**. Recuperado de <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/conselho-do-patrim%C3%B4nio-de-marianadecide-pelo-tombamento-de-bento-rodrigues-e-paracatude-baixo-1.378031>

Atingidos por Bento. (2016, junho). A lavoura perto do Bento. **A Sirene: para não esquecer**. Recuperado de https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed3_junho_issuu

A Sirene: para não esquecer. (2016, fevereiro). Recuperado de https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx.

ABRÃO, Joice Aparecida Antonello. Concepções de Espaço Geográfico e Território: **Sociedade e Território**, Natal, v. 22, nº1, p. 46-64, jan./jun. 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro (trad). Lisboa: Edições 70, 2004.

BARRAGENS. **Vale.com**, 2021. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/business/mining/Paginas/barragem.aspx>>. Acesso em: 06, nov. 2021.

BENTO RODRIGUES. **Fundacaorenova.org**. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/bento-rodrigues/>>. Acesso em 17, dez. 2021.

BREGAGNOLIB, Narayana de Deus Nogueira. O significado da usina hidrelétrica Cachoeira do Emboque, em Minas Gerais, para seus atingidos. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.20.2, 2013, pp.127-156.

CARVALHO, J. (2018, julho). A angústia da espera. **A Sirene: para não esquecer**. Recuperado de https://issuu.com/jornallampiao/docs/lampi_o_3223

CARVALHO, J; VALVERDE, J (2020, agosto). Uma festa espiritual. **A Sirene: para não esquecer**. Recuperado de <https://jornalasirene.com.br/cultura-memoria/2020/08/19/uma-festa-espiritual>.

CHAVES, Kena Azevedo; MONZONI Mario; ARTUSO, Leticia Ferraro. UHE Belo Monte: reassentamentos rurais, participação social e direito à moradia adequada. **Revista direito GV**, SÃO PAULO, V. 15 N. 2. 2019.

DAL GALLO, P. M. & MARANDOLA JR., E. (2021). O conceito fundamental de mundo na construção de uma ontologia da geografa. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 3, p. 551-563, Disponível em: URL: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/82961>.

DALUA, A., Pascoal, G., & Muniz, L. (2017, janeiro). Muros antigos de Bento. **A Sirene: para não esquecer**. Recuperado de https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed_10_janeiro_issuu

DARTIGUES, André. **O que é a fenomenologia?** (trad. Maria J. de Almeida). São Paulo: Centauro, 2005. 152p.

DE PAULA, Fernanda Cristina. Constituições do habitar: reassentamento do Jd. São Marcos ao Jd. Real. 2010, 129 f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)**. Pós-graduação em Geografia análise ambiental e dinâmica territorial, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

DE PAULA, Fernanda Cristina. Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia. **GeoTextos**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. 2ª edição. São Paulo: Ed. 34. 2011.

DO CARMO Valéria Amorim; PÁDUA Letícia Carolina Teixeira. A fotografia de um desastre: um olhar existencial **Rev. Nufen: Phenom. Interd.** | Belém, 9(2), 05-23, mai. – ago., 2017.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Sumário Mineral 2014**. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2014.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Distribuição CFEM**. Disponível em https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao_cfem.aspx Acesso em 07 nov 2021.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder; FERREIRA Dallyla Tais Assunção Milhomem; MARQUES, Elineide Eugenio. “é a morte do rio tocantins, eu sinto isso”: desterritorialização e perdas simbólicas em comunidades tradicionais atingidas pela hidrelétrica de estreito, to **Soc. & Nat.**, Uberlândia, 29 (1): 53-62, mai/ago/2017.

FEAM. **Lista de Barragens 2015. In: lista de barragens_2015_publicao.xls (Ed.)**. FEAM. Fundação Estadual do Meio Ambiente, 2015.

FILGUEIRAS, S.; RODRIGUES, M. M. M. (2017, novembro). Minha vida lá. **A Sirene: para não esquecer**. Recuperado de https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20

FONSECA JÚNIOR, W. C. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2014. p. 280-304.

FJP. Fundação João Pinheiro. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social 2013**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

FJP. Fundação João Pinheiro. **Produto Interno Bruto de Minas Gerais: Relatório Anual 2010- 2013**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2014.

GODOY, Lucas. Relatório técnico: geografia. In: LIMA, Kleverson Theodoro. ANDRADE, Viviane Corrado de. **Diagnóstico Preliminar dos bens culturais identificados no território atingido em Mariana pelo rompimento da barragem de Fundão**. Lagoa Santa: Pólen Consultoria Patrimônio e Projetos, 2017.

GOMES, Pedro Gilberto. Mídiação: um conceito, múltiplas vozes. In: **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 23, n. 2, mai/jun/jul/ago, 2016.

GONÇALVES, Teresinha Maria. **Cidade e poética**: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano. Ijuí: Unijuí, 2007.

GONÇALVES, J. R. S. (2015). O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, 28(55), 211-228.

HAESBAERT, Rogério. **A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CASTRO, I. E., et. al, Geografia: Conceitos e temas. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade São Paulo. 20 a 26 de março de 2005. p. 6774-6792.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43- 70.

HAESBART, Rogério; Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural á essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERT, Rogério (Org.). **Identidade e Territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: accss, 2007, p. 93-123.

HAESBART, Rogério; Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007a.

HAESBART, Rogério; Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural á essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERT, Rogério (Org.). **Identidade e Territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: accss, 2007, p. 93-123.

HAESBART, Rogério; Dos múltiplos Territórios à Multiterritorialidade. In: Heidrich, Álvaro *et al.* (Org.). **A emergência da multiterritorialidade**: a ressignificação da relação do humano com o espaço. 1ª ed. Porto Alegre (RS): Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36.

HAESBART, Rogério; Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) **território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de Globalização**. etc., espaço, tempo e crítica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. **Ensaio e conferências**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. pp. 125-142.

HELENA, L.; QUINTÃO, M. G. (outubro, 2017). Onde o coração faz morada. **A Sirene: para não esquecer**. Recuperado de https://issuu.com/jornalasilrene/docs/jornal_a_sirene_e19_issuu_

HUSSERL, Edmund. **A Ideia da Fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1986.

HUSSERL, E. **Investigações lógicas**: sexta investigação (elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento). São Paulo: Nova Cultural, 1988.

HUSSERL, E. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**: introdução geral à fenomenologia pura. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A Vida de Laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997.

LEFEBVRE, Henri. Introduction à L'Etude de l'habitat pavillonnaire. **Du rural à l'urbain**. Paris: Anthropos, 1970. p. 159-181.

LIMA, ABM., org. A relação sujeito e mundo na fenomenologia de Merleau-Ponty. In: **Ensaio sobre fenomenologia**: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2014, pp. 77-102.

LOPES, Luciano. O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais. **Sinapse Múltipla**, 2016.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. Um panóptico, metamorfoses e a paisagem. In: **Discutindo a paisagem**. São Carlos: Rima, 2006, p. 1-27.

MARANDOLA JR., Eduardo. **O lugar enquanto circunstancialidade**. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, filosofia. São Paulo: Perspectiva.

MARANDOLA JR., Eduardo. **Habitar em risco**: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MARANDOLA, JR, Eduardo. Mundo e Lugar: Ensaio de Geografia Fenomenológica. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther (orgs). **Qual o espaço do Lugar?**: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, p. 281-304, 2012. (Estudos; 302).

MENESES, U. T. B. (2017). Repovoar o patrimônio ambiental urbano. **Revista do Patrimônio e Histórico e Artístico Nacional**, (36), 39-52.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto R. De Moura. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MDIC – Sistema Comex Stat (2018). **Sistema Comex Stat** [Sistema de análise das informações de comércio exterior via internet do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior]. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br>. Acesso em: 23/12/2021.

MIRANDA Maria Geralda; FRIEDE Reis; RODRIGUES Aline Cordeiro; ALMEIDA Dafne Sampaio. Cadê a minha cidade, ou o impacto da tragédia da Samarco na vida dos moradores de Bento Rodrigues. **Interações**: Campo Grande, MS, v. 18, n. 2, p. 3-12, abr./jun. 2017.

O ROMPIMENTO. **fundacaorenova.org, 2021**. Disponível em: < <https://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/> >. Acesso em: 15 de março de 2021.

PARANHOS, C; DALUA, A; SILVA, J. C. G.; SILVA, M. G. O. (2017, novembro). Reassentamento? Até hoje nada! **A Sirene: para não esquecer**. Recuperado de https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20.

PASCOAL, G., Muniz, F. R. M., Quintão, M., & D'Ângelo Júnior, M. (2017, julho). Direitos rompidos. **A Sirene: para não esquecer**. Recuperado de https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed._16_julho_issuu

PASSOS, Flora Lopes; COELHO, Polyana; DIAS Adelaide. (Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. **Cad. Metrop**: São Paulo, v. 19, n. 38, pp. 269-297, jan/abr 2017

PENIDO, Marina de Oliveira. Bio(necro)política da mineração: quando o desastre atinge o corpo-território. **Revista Brasileira de Geografia**. Universidade Federal Fluminense – Niterói (RJ), 2018

PINTO, L (2019, setembro). Não seremos ouvidos sobre o futuro do nosso patrimônio? **A Sirene: para não esquecer**. Recuperado de https://issuu.com/jornalasirene/docs/setembro_2019_issuu

PRADO, A; FERRAZ, L (2015, dezembro). O caminho da lama. **Folha de São Paulo**. Recuperado de <http://temas.folha.uol.com.br/o-caminho-da-lama/capitulo-1/mineracao-abre-cratera-faz-pico-de-montanha-sumir-e-cria-bairros-fantasmas-em-regiao-de-minas.shtml>

PITOFISKY, R. Joint ventures under the antitrust laws: some reflections on the significance of Penn-Olin. **Harvard Law Review**, v. 82, 1969

PORTO, M. F. de S. **A tragédia da mineração e a experiência da caravana territorial da bacia do rio Doce**: encontro de saberes e práticas para a transformação. São Paulo: Cienc. Cult. vol.68 no.3, 2016b.

PRODANOC, C, C; FREITAS, C, F. **Metodologia do trabalho científico [recursos eletrônicos]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: feevale, 2013.

QUINTÃO, S. (2016, março). Sabores da memória. **A Sirene: para não esquecer**. Recuperado de <https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene2sm>

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Sp: Ática,1993.

REBOUÇAS, Lidia M. **Planejado e o vivido**: o projeto de reassentamento da CESP no Pontal de Paranapanema. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

RIBEIRO, F. (2018, julho). Projetos dos arquitetos ou das famílias? **A Sirene: para não esquecer**. Recuperado de https://issuu.com/jornalasirene/docs/julho_2018_issuu

ROJAS, Cláudia M. O.; PEREIRA, Doralice B. O rompimento da barragem de Fundão/MG: reflexões preliminares sobre o modus operandi da Samarco (Vale/BHP Billiton). In: 41 ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2017, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/EyQiPE>>. Acesso em: 1 mar. 2021.

SAMARCO. Samarco Mineração S.A. **Relatório da administração e demonstrações financeiras – 31 de dezembro de 2014**. Belo Horizonte: Samarco Mineração S.A., 2015.

SANTOS, A. G. (2017a, março). De atingido para atingido: reconstrução. **A Sirene: para não esquecer**. Recuperado de https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_mar__o_ed12_issuu

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., Território: Globalização e fragmentação. 5. ed., São Paulo: Hucitec, Anpur, 2002, p. 11-16.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS).** Porto Alegre: Edições Est, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 03-16, 2009.

SILVA, L. A. P. História Oral, história de família: perspectivas teórico-metodológicas na pesquisa em comunicação. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.** v. 19, n.2 – Jul./Dez. 2013.

SILVA, A. F., & FAULHABER, P. (2020). Bento Rodrigues e a memória que a lama não apagou: o despertar para o patrimônio na (re)construção da identidade no contexto pós-desastre. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, 15(1), e20200126.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In CASTRO, Iná Elias *et al.* Geografia: conceitos e temas 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

SOUZA, L. de A. e. Entre o mundo e Mariana: o circuito minerário global e suas repercussões sobre a tragédia de Bento Rodrigues, MG, Brasil. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 13, n. 21, p. 5–41, 2017. DOI: 10.5418/RA2017.1321.0001. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6924>. Acesso em: 8 dez. 2021.

SOUZA, Matheus. Estudo propõe modelo para medir impactos do rompimento da barragem de Fundão. **Jornal da USP**, 2019. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-ambientais/estudo-propoe-modelo-para-medir-impactos-do-rompimento-da-barragem-de-fundao/>>. Acesso em 10 de maio de 2021.

SCHNEIDER; TARTARUGA, Iván G. Território y Enfoque Territorial: lãs referencias cognitivas a los aportes aplicados al análisis de los procesos sociales rurales. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo; LATTUADA, Mario. (Org.). **Desarrollo Rural, Organizaciones, Instituciones y Territorio.** Buenos Aires: Ed. Ciccus, 2006.p.71 -102.

SYNERGIA. **Levantamento de expectativas:** Bento Rodrigues. Mariana, 2016. In: <https://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/bento-rodrigues/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

TEIXEIRA, M. C. V.; MEDEIROS, M. B. .; PEREIRA, A. B. M. A morfologia urbana como instrumento para reconstrução de Bento Rodrigues. **Paisagem e Ambiente**, [S. l.], v. 31, n. 45, p. e164913, 2020.

TEIXEIRA, Carlo Roberto Gaspar; MARCON, Paola; DIAS, Patrícia Ruas. MÉTODO FENOMENOLÓGICO: CONCEITOS E ABORDAGENS NA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO. **Anais de Artigos do Seminário Internacional de Pesquisas em Miatização e Processos Sociais**, [S.l.], v. 1, n. 1, jun. 2017.

TINOCO, D., & SANCHES, M. (2015, novembro 6). 'Parecia que o mundo estava acabando' diz sobrevivente em MG. **O Globo**. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/brasil/parecia-que-mundo-estava-acabando-diz-sobrevivente-emmg-1-17979495>

TORRESa, T.; QUINTÃO, T.; D'ARC, J. (2018, abril). Sobre viver com a reparação. **A Sirene: para não esquecer**. Recuperado de https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_-_abril_de_2018

TORRESb, T; PINTO, L. (2019, julho). Celebrações que resistem. **A Sirene: para não esquecer**. Recuperado de https://issuu.com/jornalasirene/docs/julho_2019_issuu

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina, PR: Eduel, 2013, p. 248.

TROPIA, F.; Peixoto A. (2017, janeiro). Atingido, quem é você? **A Sirene: para não esquecer**. Recuperado de https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed_10_janeiro_issuu.

VALE S.A. **Fato relevante - aquisição da SAMITRI**. Rio de Janeiro, Vale S.A., 2000.

VAINER, C. "**Conceito de 'atingido': uma revisão do debate**". In: ROTHMAN, F. *Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens*. Viçosa, 2008. UFV, pp. 39-63.

VIANA, M. B. Avaliando Minas: índice de sustentabilidade da mineração (ISM). **Tese de Doutorado**. 2012. Brasília, Universidade de Brasília.

VIANA, A. (2017, novembro 5). Rio doce: a lama oculta. OutrasPalavras. Recuperado de <https://outraspalavras.net/mercadosdemocracia/rio-doce-a-tragedia-oculta/>

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (7a ed., pp. 7-72). Petrópolis, RJ: Vozes. 2007

ZHOURI, Andréa et al. O Desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (Org.). **Mineração na América do Sul**. Neorex-trativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016.